

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado na Assessoria da Direção-Geral do INES, de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e 156/2017, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações constantes da Portaria CGU nº 500/2016.

Rio de Janeiro, 2017.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e competências

1.1.1 Relatório de gestão individual

1.1.2 Finalidades e competências institucionais da unidade

1.2 Organograma

1.3 Macroprocessos finalísticos

1.3.1 Principais parceiros

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

2.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

2.2.1 Contexto de planejamento estratégico

2.2.2 Estratégias de atuação

2.2.3 Execução do plano de ação

2.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

2.3.1 Período de abrangência do PDI

2.3.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais

2.3.3 Vinculação do PDI com o PPA

2.3.4 Programas temáticos

2.3.5 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado

2.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

2.5 Desempenho orçamentário

2.5.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.5.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

2.5.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito no orçamento

2.5.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

2.5.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

2.5.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise da prestação de contas

2.5.7 Informação sobre a execução das despesas

2.5.8 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

2.5.9 Desempenho operacional

2.5.10 Renúncia de receitas

2.5.11 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

3.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

3.3 Gestão de riscos e controles internos

3.3.1 Ambiente de atuação

3.3.2 Riscos ou obstáculos e ações implementadas

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1.1 Qualificação da força de trabalho da unidade

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

4.1.3 Riscos identificados na gestão de pessoas

4.1.3.1 Irregularidades na área de pessoal

4.1.3.1.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

4.1.3.1.2 Terceirização irregular de cargos

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

4.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

4.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1 Gestão da frota de veículos

4.2.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da unidade

4.2.1.2 Frota de veículos automotores a serviço da unidade, mas contratada de terceiros

4.2.1.3 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

4.2.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União

4.2.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

4.2.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

4.2.2.3 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da unidade

4.2.2.4 Informações sobre móveis locados de terceiros

4.3 Gestão da tecnologia da informação

4.3.1 Principais sistemas de informações

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

- 4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 5.1 Canais de acesso do cidadão
- 5.2 Carta de Serviços ao Cidadão
- 5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários
- 5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
- 5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

- 6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

- 6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

- 6.3.1 Revisão analítica do balanço patrimonial
 - 6.3.1.1 Revisão analítica do “ativo”
 - 6.3.1.2 Revisão analítica do “passivo circulante”
 - 6.3.1.3 Revisão analítica do “patrimônio líquido”
 - 6.3.1.4 Revisão analítica da “Variação Patrimonial Diminutiva” (VPD)
 - 6.3.1.5 Revisão analítica do “balanço orçamentário”

- 6.4 Evidenciação do del-credere das demonstrações contábeis

- 6.5 Notas explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/1964 e 6.404/1976)

- 6.6 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

- 6.7 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 7.1 Tratamento de deliberações e recomendações do TCU

- 7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

- 7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade em caso de dano ao erário

- 7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

7.7 Outras informações sobre a gestão

7.7.1 Parcerias de cooperação técnico-científica

DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/1993

Situação do cumprimento das obrigações

Alimentação SIASG e SICONV

Informações contábeis

Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

Apuração dos custos dos programas e das unidades

Conformidade contábil

Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

ANEXO 1 – PLANO DE AÇÃO 2017-2021

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAP – Colégio de Aplicação (INES)
CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CGU – Controladoria-Geral da União
DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (INES)
DEBASI – Departamento de Educação Básica (INES)
DEPA – Departamento de Planejamento e Administração (INES)
DESU – Departamento de Ensino Superior (INES)
DIAU – Divisão de Audiologia (INES)
DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (INES)
DINFO – Divisão de Informática (INES)
DN – Decisão Normativa
D.O.U. – Diário Oficial da União
GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro)
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
MEC – Ministério da Educação
Port. – Portaria
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP – Projeto Político-Pedagógico
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RG – Relatório de Gestão
SEF2 – Serviço de Ensino Fundamental – 2º segmento (INES)
SEME – Serviço de Ensino Médio (INES)
SEPAT – Serviço de Patrimônio (INES)
TCU – Tribunal de Contas da União
UNIDADE – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS

ITEM	LOCALIZAÇÃO
Quadro I – Organograma do INES conforme Regimento Interno vigente.....	Capítulo 1
Quadro II – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	Capítulo 1
Quadro III – Macroprocessos finalísticos e de apoio.....	Capítulo 1
Quadro IV – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios.....	Capítulo 2
Quadro V – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU 408/2002.....	Capítulo 2
Quadro VI – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.....	Capítulo 2
Quadro VII – Diagnóstico da surdez e acesso ou permanência na escola.....	Capítulo 2
Quadro VIII – Atendimentos audiológicos e acesso ou permanência no trabalho.....	Capítulo 2
Quadro IX – Força de trabalho da unidade.....	Capítulo 4
Quadro X – Distribuição da lotação efetiva.....	Capítulo 4
Quadro XI – Detalhamento do quadro de cargos em comissão e funções comissionadas da unidade.....	Capítulo 4
Quadro XII – Despesas de pessoal.....	Capítulo 4
Quadro XIII – Contratos de prestações de serviços (pessoal da apoio).....	Capítulo 4
Quadro XIV – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	Capítulo 4
Quadro XV – Imóveis de propriedade de União sob responsabilidade da unidade, exceto imóvel funcional.....	Capítulo 4
Quadro XVI – Aspectos da gestão ambiental.....	Capítulo 4
Quadro XVII – Relatório de cumprimentos das recomendações do Órgão de Controle Interno.....	Capítulo 7
Quadro XVIII – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	Capítulo 7
Quadro XIX – Convênios e instrumentos congêneres em vigor no exercício de 2016	Capítulo 7
Quadro XX – Termos de execução descentralizada em vigor no exercício de 2016.....	Capítulo 7
Quadro XXI – Convênios, termos de execução descentralizada e outros dispositivos, elaborados em 2016 e em processo de formalização prevista para 2017.....	Capítulo 7
Quadro XXII – Declaração de inserçãoe atualização de dados no SIASG e SICONV.....	Declarações de Integridade

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - PLANO DE AÇÃO 2017-2021

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Educação de Surdos, alusivo ao exercício de 2016. O documento foi estruturado em itens, observadas as normas do Tribunal de Contas da União, possibilitando ao leitor dimensionar a gestão institucional, seus sucessos e dificuldades, bem como o impacto de sua atuação no contexto da inclusão social da pessoa surda. No período, alcançamos boa parte das metas estabelecidas, e os recursos orçamentários demonstraram-se adequados às necessidades institucionais. O Plano de Ação 2017 a 2021 (Anexo I), baseia-se no Plano de Desenvolvimento Institucional do INES para o período, em fase de consolidação.

Na esfera de Macroprocessos Finalísticos, merecem destaque as seguintes realizações:

No campo de **Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional**, o INES finalmente teve capacitado e reconhecido seu Comitê de Ética em Pesquisa, cujas atividades de recebimento e análise de projetos de pesquisa iniciam-se em 2017. Também em 2016, foi designada no INES Comissão multisetorial encarregada de conduzir o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 (Portaria 532, de 19/9/2016, publicada em 30/9/2016, com posse e início dos trabalhos em 6/10/2016). Os trabalhos encontram-se em fase de consolidação, e no Anexo I deste Relatório apresentamos o quadro preliminar de Objetivos e Metas para o período.

No campo da **Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão**, houve avanços concernentes à Graduação e à Pós-Graduação.

Na Graduação Presencial, o Curso Bilíngue de Pedagogia – Licenciatura manteve, em 2016, a oferta de 60 vagas, manhã e noite (atendendo à situação de alunos trabalhadores), com 54 candidatos aprovados e habilitados. Foi boa a procura: 343 candidatas, 70 surdos e 273 ouvintes. Destaca-se aumento na proporção de candidatos surdos: 17%, em 2015; 20,5%, em 2016. Houve divulgação em espaços acadêmicos, sistemas públicos de ensino, movimentos surdos e redes sociais, e o cumprimento da Lei 12.711/12 (reserva de vagas para estudantes egressos da rede pública, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita e estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção aos dados censitários). Nos seus dez primeiros anos de existência, de 2006 a 2016, o Curso preencheu 93,7% das vagas ofertadas, com 64% de formados. Um avanço foi a parceria com o Colégio de Aplicação do INES para a oferta de estágio curricular supervisionado, que resultou em 38 vagas de estágio em docência e gestão escolar. Já na Graduação Semipresencial, em 2016, foram adotadas medidas para viabilizar, a partir de 2018, a oferta do Curso de Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade semipresencial, em polos nas cinco regiões do Brasil, com 360 alunos surdos e ouvintes, regido pelo Decreto nº 7.612/2011 (Plano Viver sem Limite). Definiram-se disciplinas e conteúdos, bem como parcerias na área tecnológica.

Com respeito à Pós-Graduação Lato Sensu, a segunda edição do curso *Educação de Surdos: uma perspectiva bilíngue em construção* foi encerrada em 2016, com 27 concluintes, surdos e ouvintes, em fase de elaboração orientada de artigo. Nesse mesmo ano, foi feita a seleção e, dos 139 inscritos, 30 candidatos surdos e ouvintes foram aprovados e habilitados para a edição de 2017-2018. Já quanto à Pós-Graduação Stricto Sensu, o INES, que já conta com 10 grupos de pesquisa em atividade, começou conceber e organizar, em 2016, um curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar.

No campo da **Educação Básica: Colégio de Aplicação**, o número de matrículas no ano caiu de 433 para 400 alunos, dado compreensível no contexto de políticas de inclusão escolar. No quadro docente do Instituto, destaque para termos alcançado 98% dos professores com dedicação exclusiva. Na Qualificação Profissional e Encaminhamento ao Trabalho, houve 60 pessoas matriculadas em cursos voltados à preparação para o trabalho e a geração de renda, das quais 42 foram certificadas. As 15 empresas ofertantes disponibilizaram 204 vagas, das quais 68 resultaram em contratação formal.

No campo **Saúde, Surdez e Educação**, foram realizados, pela Divisão de Audiologia (DIAU) 10.062 procedimentos, em atendimento a 3.716 pessoas, sendo 619 alunos do INES e 3.097 pessoas da comunidade. Houve 1.595 atendimentos a bebês e crianças de 0 a 12 anos (sendo 634 testes da orelhinha), relacionados direta ou indiretamente ao acesso e permanência na escola, e 2.121 atendimentos a partir de 12 anos. Os atendimentos realizados também contribuíram para acesso ou permanência no trabalho (623 pessoas), acesso ao transporte público gratuito (1.155 pessoas) e acesso e permanência em relação a benefícios da assistência social ou a atendimentos em saúde, incluindo reabilitação (222 pessoas). A Divisão de Fonoaudiologia (DIFON) realizou atendimento a 67 alunos do Colégio de Aplicação, a Divisão Médico-Odontológica fez 1.010 atendimentos a alunos, servidores, candidatos em concurso, etc. e a Divisão Sociopsicopedagógica (DISOP) apoiou principalmente alunos e familiares em relação à efetivação dos direitos sociais da pessoa surda.

No campo da **Gestão do Conhecimento**, 4.096 profissionais ligados à educação de surdos de todo o Brasil foram capacitados por ações do Instituto, incluindo 1 congresso internacional; 1 seminário sobre educação de surdos (atendendo 17 cidades de 2 estados); 4 fóruns bilíngues; 9 assessorias técnicas (7 municípios atendidos); 2 palestras e visitas técnicas que acolheram profissionais do Brasil (18 Estados) e de outros 8 países. Foram enviados a instituições ligadas à educação de surdos de todo o País 24.771 itens de materiais produzidos pelo INES – abrangendo publicações, CDs e DVDs – e foram lançadas versões online dos periódicos institucionais. Houve 37 pesquisas cadastradas e em desenvolvimento, das quais 33 cadastradas em 2016 e 4 em 2015, sendo 22 internas e 15 externas. O Curso de Libras presencial, com professores surdos concursados, ganhou mais transparência ao adotar sorteio eletrônico para preenchimento de vagas, e alcançou 1.423 alunos atendidos ao longo do ano. Foram mantidas e ampliadas parcerias¹, viabilizando a capacitação presencial de servidores externos em Língua de Sinais, visando efetivar direitos das pessoas surdas. A TV INES avançou na democratização da informação e do entretenimento acessível: assegurou grade de programação 24 horas; passou a ter o seu sinal retransmitido por satélite para Centros de Apoios aos Surdos em todo o Brasil; passou a utilizar o YouTube como plataforma de acesso por internautas e negociou parceria com o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) para fornecimento de conteúdos jornalísticos para o telejornal Primeira Mão, apresentado em Libras.

¹ **ORGÃOS PÚBLICOS:** AGU – Advocacia Geral da União; Arquivo Nacional; Instituto Benjamin Constant – IBC; Fundação Instituto Oswaldo Cruz - FIOCRUZ / FIOTEC; Hospital Federal Cardoso Fontes – HFCE; Comitê Paralímpico Brasileiro; FUNARJ - Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; ACERP/TV INES; Esc. de Artes Visuais – Parque Lage; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ; Núcleo Estadual de Atendimento ao Deficiente - vinculado a Secretaria Estadual de Trabalho e Renda – SETRAB/RJ e ao Sistema Nacional de Empregos (atendimento ao trabalhador Surdo); Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ; Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ; Museu do INGÁ; Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (escolas públicas); PROCON – Estado do Rio de Janeiro; PROCON – Município do Rio de Janeiro; Guarda Municipal do Rio de Janeiro; RIOLUZ; UPA – Catete; Algumas secretarias municipais de Educação do Grande Rio (escolas públicas); Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Queimados/RJ; Faeterj - Faculdade de Educação Tecnológica do Estado Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: Mitra Arquidiocesana do Rio de Janeiro; Sistema “S”: SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SESI - Serviço Social da Indústria, SESC - Serviço Social do Comércio, FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro; OAB - Ordem dos Advogados do Brasil / Seção: Rio de Janeiro; Fundação Progresso (projetos sociais do Núcleo de Educação e Cultura Fundação Progresso); Fundação Roberto Marinho; ASURJ - Associação de Surdos Rio de Janeiro; ONUHABIT; CAMINHO MELHOR JOVEM (UGT – Jacarezinho); CORAL JOVEM DO RIO; GRUPO DE ESCOTEIROS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO; Associação de Moradores do Morro Santa Marta; Casa Espírita Cristã Maria de Nazaré (ação social); Centro de Integração Empresa Escola - CIEE Rio - Coordenação de Programas Especiais - Programa Pessoa com Deficiência; Colégio SANTO INÁCIO; Colégio QI; TRANSMATER.

1 VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e competências

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244	
Identificação da UNIDADE			
Denominação Completa: Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Denominação Abreviada: INES			
Código SIORG: 252		Código LOA: 26104	Código SIAFI: 152005
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.445/0273-01	
Principal Atividade: Educação superior – graduação			Código CNAE: 8531-7/00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2285 5107	(21) 2285 7546	(21) 2285 7692
Endereço Eletrônico: dirge@ines.gov.br			
Página na Internet: http://www.ines.gov.br			
Endereço Postal: Rua das Laranjeiras, 232 - Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22240-003			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da UNIDADE			
Criação: Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857. Denominação atual: Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957. Balizamento como Instituição Federal de Ensino: art. 206 da Constituição Federal e Lei 9.394, de 1996 (LDB). Balizamento como centro de referência nacional na área da surdez: Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 (D.O.U. de 26/8/2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UNIDADE			
Como órgão específico singular da estrutura do MEC: Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012 (D.O.U. de 6 de março de 2012). Balizamento como instituição educacional bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa): Lei 10.436, de 2002 e seu Decreto de Regulamentação nº 5.626, de 2005. Credenciamento para ensino superior: Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005. Regimento Interno: Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UNIDADE			
A instituição promoveu em regime participativo, ao longo do exercício de 2011, a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico - PPP e de um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período de 2012 a 2016. Tais documentos de planejamento estratégico foram finalizados e divulgados à comunidade por meio da Intranet, bem como aprovados em reunião aberta do Conselho Diretor do INES e encaminhados ao Senhor Ministro de Estado da Educação.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à UNIDADE			
Unidades Gestoras Relacionadas à UNIDADE			
Código SIAFI		Nome	
152005		Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Gestões Relacionadas à UNIDADE			
Código SIAFI		Nome	
00001		Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
152005	00001

1.1.2 Finalidades e competências institucionais da unidade

O Instituto foi originalmente criado pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, e teve sua denominação atual dada pela Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957.

Como Instituição Federal de Ensino habilitada à oferta de Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) e Educação Superior (graduação e pós-graduação), a ação educativa do INES é balizada nos princípios firmados no art. 206 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394, de 1996. A Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005, credenciou a instituição para o ensino superior.

Como centro de referência nacional na área da surdez, sua atuação tem como base o Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nos termos do Art. 5º, § 3º da Constituição, texto desse dispositivo tem valor jurídico de Emenda Constitucional no Brasil e baliza várias ações do INES, conforme demonstrado a seguir.

Em seu Artigo 24, relativo à **Educação**, esse Decreto estabelece que os Estados-Partes promovam:

- Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; e
- Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças (...) surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, ainda na área da **Educação**, o referido artigo desse Decreto também determina que os Estados-Partes:

- (...) tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.
- (...) assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Com respeito ao **Encaminhamento Profissional**, determina-se:

- Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

O Decreto, em seu Capítulo 25, trata da **Saúde**, e define que os Estados-Partes:

- Oferecerão às pessoas com deficiência programas de atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;
- Propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;

O mesmo Decreto, em seu Capítulo 30, que trata da **Cultura**, estabelece:

- As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.

Indicamos, a seguir, artigos da Convenção da ONU que norteiam a atuação do INES especificamente como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**:

- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível;
- Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;
- Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos.
- Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;
- Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.
- Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos;

- Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais;
- [Tomar] medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade;
- As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda;
- [Coletar] dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção.

As finalidades e competências do INES estão delineadas respectivamente em dois dispositivos. O primeiro deles é a Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009, alterada pela Portaria 951, de 21 de julho de 2010, publicada no D.O.U. de 22 de julho de 2010, que aprovou o Regimento Interno do INES. Nesse documento legal define-se que o Instituto é dotado de autonomia limitada e subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação.

O segundo dispositivo a ser mencionado é o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Educação. Nele, define-se que o Instituto é órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação.

Assim, nos termos do art. 1º, § 1º de seu Regimento Interno, são **finalidades do INES**:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e,
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

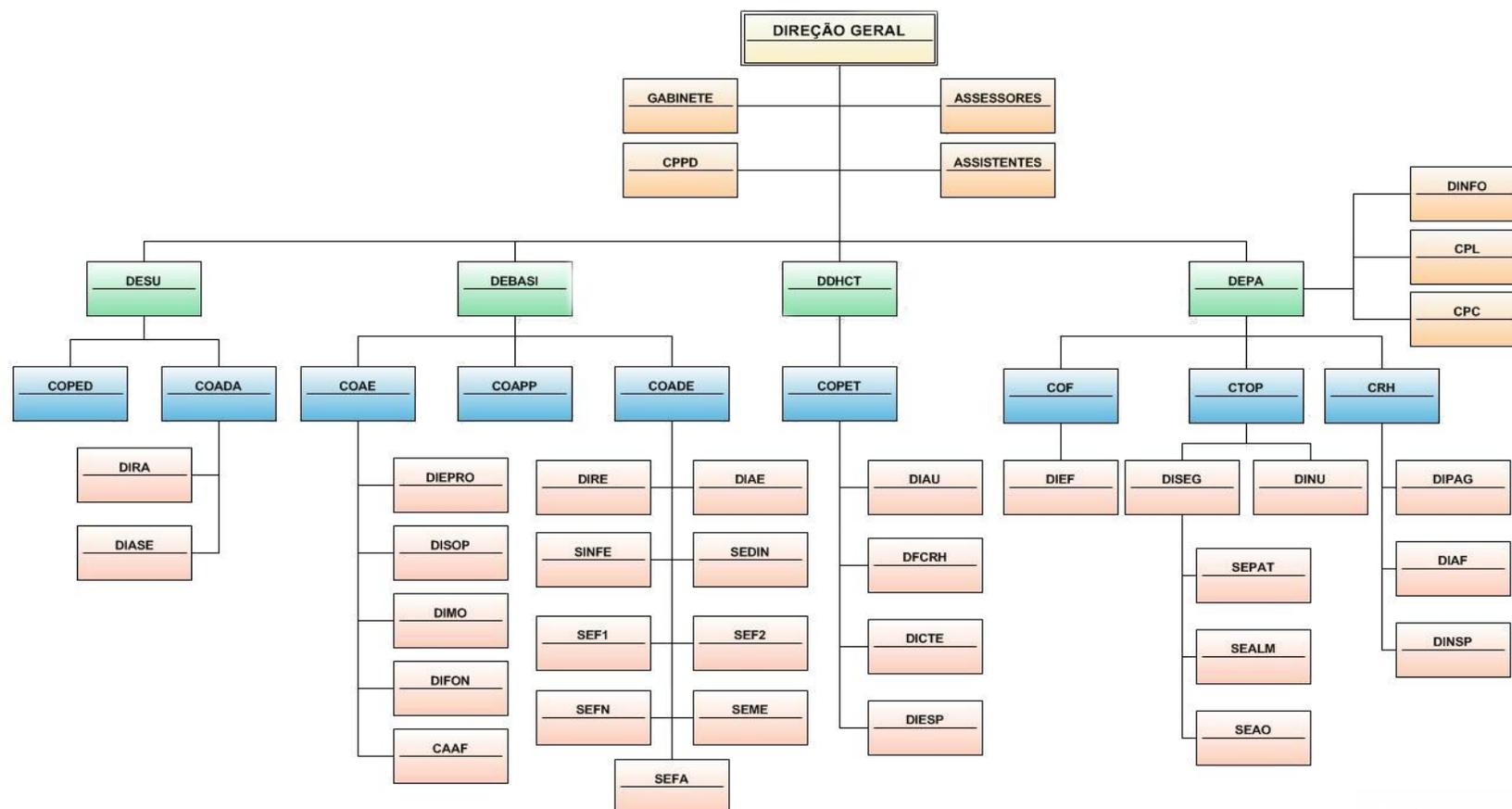
Nos termos do art. 37 do Decreto 9.005/17, são **competências do INES**:

- I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação na área de surdez;
- II - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área de surdez;
- III - assistir, tecnicamente, os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;
- IV - promover intercâmbio com as associações e organizações educacionais do País, visando a incentivar a integração das pessoas surdas;
- V - promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de educação básica, visando a garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas;
- VI - efetivar os propósitos da educação inclusiva, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, com o objetivo de preparar profissionais bilíngues com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação;
- VII - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda;
- VIII - promover programas de intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;
- IX - elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos;
- X - atuar de forma permanente junto à sociedade, mediante os meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando ao resgate da imagem social das pessoas surdas; e
- XI - desenvolver programas de reabilitação, pesquisa de mercado de trabalho e promoção de encaminhamento profissional, com a finalidade de possibilitar às pessoas surdas o pleno exercício da cidadania.

1.2 Organograma funcional

Quadro I: Organograma do INES nos termos do Regimento Interno vigente: Portaria MEC nº 323, de 08/4/ 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).

ORGANOGRAMA



Quadro II - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Direção-Geral	Dirigir, orientar, coordenar e supervisionar as ações do INES enquanto instituição federal de ensino superior e de educação básica e centro de referência nacional na área da surdez, incluindo planejamento estratégico, formulação de políticas, gestão, relações institucionais com o Estado e a Sociedade e com outras instituições do Brasil e do exterior, e comunicação social, sempre visando à cidadania e inclusão social e educacional da pessoa surda nas políticas públicas.	Solange Maria da Rocha Marcelo Ferreira de Vasconcelos Cavalcanti	Diretor(a) Geral	DE: 22/12/10 a: 19/01/15..... De: 19/01/15 ... a
Gabinete da Direção-Geral	Assistir o Diretor-Geral em sua representação social, política e administrativa, supervisionar as atividades administrativas do seu Gabinete e coordenar a comunicação social do Instituto.	Ana Paula de Paiva Figueiredo Paulo Roberto do Nascimento	Chefe de Gabinete	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a
Departamento de Ensino Superior - DESU	Coordenar, supervisionar e orientar os cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e semipresenciais ofertados, bem como as atividades docentes, impulsionando, além do ensino em perspectiva bilíngue (Libras e Português), a pesquisa e a extensão e também o engajamento de alunos em práticas de iniciação científica e monitoria e promovendo a gestão democrática nos termos da lei.	Wilma Favorito Leila Dupret Machado Protásio Ferreira e Castro Tanya Amara Felipe de Souza	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a 04/11/15 De: 04/11/15 a 04/01/16 De: 04/01/16 a
Departamento de Educação Básica - DEBASI	Coordenar, supervisionar e orientar as atividades pedagógicas de educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - do Colégio de Aplicação do INES, impulsionando, além do ensino em perspectiva bilíngue (Libras e Português), a pesquisa e a extensão, assegurando também atendimentos na área de saúde ao aluno do CAP e oferta de cursos visando à qualificação profissional e à geração de renda para a pessoa surda, e promovendo a gestão democrática nos termos da lei.	Monique de Mattos Couto Amanda do Prado Ribeiro	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a
Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico – DDHCT	Planejar, propor, desenvolver e avaliar ações voltadas ao desenvolvimento e produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e pedagógicos; desenvolvimento de recursos humanos; articulação com instituições nacionais e estrangeiras, na área da surdez, para intercâmbio de experiências e informações; desenvolvimento na área de audiologia, principalmente diagnóstico; cooperação técnica visando impulsionar as políticas públicas para pessoas surdas; gestão da memória e do acervo histórico e bibliográfico do INES.	Maria Inês Batista Barbosa Ramos Gabriela Rizzo	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 27/03/15 a
Departamento de Planejamento e Administração – DEPA	Conduzir e desenvolver atividades relacionadas a: organização e modernização administrativa; planejamento e programação orçamentária e financeira; gestão de tecnologias da informação; gestão de pessoas e serviços gerais; gestão da sustentabilidade ambiental; bem como compra, contratação de serviços, alienação e locações de bens, suprimento de fundos, licitações, etc., no âmbito do Instituto, zelando pelo interesse público e pelo cumprimento das normas vigentes.	Alvanei dos Santos Viana Marta Isabel Barros Silveira Duarte	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a

1.3 Macroprocessos finalísticos

Nos termos do documento PDI INES 2012-2016, os macroprocessos finalísticos do INES podem ser assim organizados:

Quadro III – Macroprocessos finalísticos

Macroprocesso	Descrição (processos)	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
* Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional (finalístico)	* Formulação de Políticas Públicas; * Gestão do Desenvolvimento Institucional * Gestão das Relações Institucionais	* Políticas educacionais, linguísticas, de saúde auditiva, de acessibilidade, de promoção de direitos humanos, de assistência estudantil e de comunicação social, dentre outras; * Construção de planejamento estratégico, indicadores, avaliação e acompanhamento, relatórios, atendimento ao cidadão e à sociedade em geral, bem como ao servidor e aos usuários dos serviços do INES; * Interlocução e laços de cooperação com instituições e atores nacionais e internacionais.	* Alunos surdos do INES, seus familiares e cidadãos surdos brasileiros; * Demais instituições parceiras.	* Assessoria da Direção Geral, em articulação com unidades finalísticas de educação, saúde e desenvolvimento científico e tecnológico do Instituto.
* Educação Superior: Ensino, Pesquisa, Extensão (finalístico)	* Ensino de Graduação * Ensino de Pós-Graduação * Pesquisa * Extensão	* Curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura; * Curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue; * Manutenção de grupos de pesquisa; * Oferta de cursos livres à comunidade.	* Alunos surdos e ouvintes; * Pesquisadores internos e externos ao INES; * Comunidade.	* Departamento de Ensino Superior

<p>* Educação Básica: Colégio de Aplicação (finalístico)</p>	<p>* Escolarização * Transição para o Trabalho</p>	<p>* Oferta de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) a alunos com surdez severa e profunda; * Cursos de preparação para o trabalho e de atividades para a geração de renda e ações de triagem e encaminhamento profissional de pessoas surdas, abertos à comunidade.</p>	<p>* Alunos surdos do INES; * Pessoas surdas jovens e adultas da comunidade; * Empresas.</p>	<p>* Departamento de Educação Básica</p>
<p>* Saúde, surdez e educação (finalístico)</p>	<p>* atendimentos clínicos para público interno (alunos) e externo relacionados a prevenção, diagnóstico a indicações terapêuticas em saúde auditiva * Construção e difusão de conhecimento em Saúde Auditiva</p>	<p>* Testes de acuidade auditiva; * atendimentos e orientações fonoaudiológicas; * Exames médicos relacionados à saúde auditiva; * atendimentos a alunos por assistentes sociais e psicólogos; * Pesquisa e ensino relacionados à saúde auditiva e à relação saúde e educação.</p>	<p>* Alunos surdos do INES; * Bebês, crianças, jovens e adultos da comunidade, surdos ou não; * Comunidade acadêmica.</p>	<p>* Divisões de Audiologia, Fonoaudiologia, Médico-Odontológica e Sociopsicopedagógica.</p>
<p>* Gestão do Conhecimento (finalístico)</p>	<p>* Apoio à Educação de Surdos * Produção Editorial; * Cooperação Técnica * Difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras</p>	<p>* Concepção, desenvolvimento e distribuição de materiais de apoio à educação de surdos; * Produção editorial na área da surdez; * Cooperação com os sistemas de ensino para a na área da surdez; * Difusão da Língua Brasileira de Sinais por meio de cursos e da TV INES.</p>	<p>* Sistemas de ensino, suas instituições e alunos; * Comunidade surda do Brasil; * Comunidade acadêmica.</p>	<p>* Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.</p>

1.3.1 Principais parceiros

Os principais parceiros das ações realizadas pelo Instituto são:

- Presidência da República – Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- Ministério da Educação – MEC
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
- Ministério da Saúde – MS
- Instituto Benjamin Constant - IBC
- Unidades Regionais dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SENAI e SENAC
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- No Programa *Viver sem Limite* (Presidência da República / Ministério da Educação), para a realização do Curso de Pedagogia Bilíngue semipresencial: Universidade Federal do Amazonas; Universidade do Estado do Pará; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Grande Dourados; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná, Roraima, Rondônia, Tocantins, Ceará, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba)
- Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro
- Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro) - INEPAC
- Secretaria Municipal de Educação de Niterói-RJ
- Departamento de Trânsito do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ
- Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ
- Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Rio de Janeiro – TRF1
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa – Rede COMEP;
- Universidades públicas e privadas que encaminham, ao Instituto, alunos em regime de estágio curricular obrigatório supervisionado;
- Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Com base no PDI INES 2012-2016, no texto proposto do PNE e no texto da Lei que aprovou o PNE, conforme mencionado anteriormente, os Objetivos Estratégicos e o correspondente Plano de Ação do INES seguem delineados por área de abrangência.

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em uma perspectiva bilíngue (LIBRAS e Português).	* Avançar na estruturação do curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue (LIBRAS e Português) com outras instituições de ensino superior;
III – Subsidiar a formulação das políticas nacionais de saúde, de trabalho e emprego, de assistência social, sociojurídicas, de cultura, de direitos humanos, de comunicação, de esporte e de ciência e tecnologia, no âmbito de sua competência na área da surdez.	* Estabelecer interlocuções com diferentes órgãos de políticas para contemplar as questões dos direitos linguísticos e sociais dos surdos.
IV- Promover e apoiar políticas linguísticas que contribuam para a valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - como patrimônio imaterial do País em todo território nacional, e favoreçam a sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.	* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES; * Manter espaço de Estudos da LIBRAS, liderado por profissionais surdos docentes e/ou pesquisadores da LIBRAS e com participação aberta a linguistas e outros dedicados ao tema; * Promover o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais por meio da TV INES.
VI – Fortalecer e legitimar a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez.	* Redefinir a Política de Pesquisa do Instituto, em consonância com as demandas da área da Surdez e com os novos marcos organizacionais, abrangendo mecanismos de apoio da instituição à participação em estudos pós-graduados e à apresentação de trabalhos;

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
VIII- Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.	<ul style="list-style-type: none">* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia;* Promover a realização de concurso público de provas e títulos para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Magistério Superior, para o curso Bilíngue de Pedagogia, com atuação em regime de dedicação exclusiva, em jornada de 40 horas semanais;* Promover a realização de concurso público para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Intérprete de LIBRAS – Português para atuação em situações de aula e avaliação no Curso Bilíngue de Pedagogia, bem como em atividades de pesquisa e extensão;* Institucionalizar o ensino de pós-graduação, mantendo-se a oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construindo um curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado);* Construir uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior;* Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica, com palestras e mesas-redondas;* Promover – com recursos do Programa <i>Viver sem Limite</i>, da Presidência da República – e coordenar pedagógica e administrativamente a realização de um Curso de Pedagogia Bilíngue, na modalidade semipresencial, com 360 vagas ofertadas, sendo 60 para o INES e 300 para polos nas cinco regiões do Brasil – 30 vagas por polo – sendo 50 % do total de vagas reservadas para candidatos surdos.
IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez.	<ul style="list-style-type: none">* Manter Grupos e Núcleos de Pesquisa de que participem docentes da Educação Básica e da Educação Superior, alunos de pós-graduação, bem como servidores em geral, em temáticas relacionadas à área da surdez, à educação de surdos e à LIBRAS.

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XI - Promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de Educação Básica, visando garantir a escolarização – educação infantil, fundamental, média e de jovens e adultos – a educação profissional e a transição para o trabalho de pessoas surdas.</p>	<ul style="list-style-type: none">* Fazer com que todo o corpo docente da Educação Básica tenha o curso completo de LIBRAS e a utilize, efetivamente, como primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem;* Qualificar novos professores para as atividades de ensino da LIBRAS e de assistência educacional em LIBRAS;* Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS);* Estender a disciplina LIBRAS para o Ensino Médio e atividades em LIBRAS para a Educação Infantil, conduzidas por professor de LIBRAS;* Ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES, preferencialmente no horário em que seus filhos estão na escola.* Ampliar o quadro de profissionais concursados nos cargos de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS e de Professor da carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;* Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos na Educação Básica;* Estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica, em consonância com o Pronatec;* Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva;* Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).

Saúde, Surdez e Educação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento, com ênfase na integração dos diversos setores de Ciências da Saúde;</p>	<ul style="list-style-type: none">* Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico relacionado à saúde auditiva;* Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados às causas da surdez e às possibilidades de prevenção;* Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem o Curso completo de LIBRAS ofertado pelo Instituto ou equivalente até 2015;* Institucionalizar o atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde;* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez – audiologia e fonoaudiologia, psicologia, serviço social, medicina, odontologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia – na perspectiva de simplificar e qualificar o atendimento ao cidadão e de possibilitar, inclusive por meio da construção de indicadores, a construção de conhecimento;* Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez, na perspectiva de viabilizar e agilizar o atendimento;* Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social.* Disseminar o conhecimento produzido sobre a prática fonoaudiológica com alunos surdos, com ênfase na interface entre comunicação e aprendizagem, diretamente para os pais ou responsáveis (abrangendo linguagem, motricidade oral, audição, voz e uso de próteses auditivas) e para a sociedade em geral por meio de assessorias técnicas, participação em eventos, publicação de artigos, produção de materiais (folhetos, vídeos) e campanhas de esclarecimento;* Realizar articulação interinstitucional com vistas ao estabelecimento de convênios para obtenção e adaptação de aparelho auditivo e para avaliação e procedimento de implante coclear;

	* Contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos do Instituto.
--	--

Gestão do Conhecimento

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez.	<p>* Construir um documento de Política Editorial que consiga:</p> <ul style="list-style-type: none"> - abarcar a pluralidade das linhas de ação do Instituto orientadas para os direitos sociais e de cidadania das pessoas surdas; - orientar a implantação de um sistema de intercâmbio; - qualificar, nos sistemas de avaliação (<i>Qualis</i> CNPq, por exemplo), os diferentes itens de nossa linha editorial; - ampliar e diversificar essa linha editorial, inclusive por meio de periódicos eletrônicos e da edição de publicações em LIBRAS eventualmente em novos suportes, como os <i>e-books</i>; <p>* Elaborar e distribuir materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas (os dois segmentos do ensino fundamental e ensino médio), por meio de um Grupo de Trabalho (composto por professores da Educação Básica e da Educação Superior, técnicos, intérpretes), bem como materiais e publicações técnico-científicos;</p> <p>* Elaborar, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais abalizados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o Pronatec, inclusive por meio de parcerias;</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>
XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos.	<p>* Realizar, a cada 2 (dois) anos, um Congresso Internacional Pluridisciplinar;</p> <p>* Efetivar um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;</p> <p>* Realizar, anualmente, eventos como Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, Seminários (incluindo Grêmio Estudantil do INES), Encontros de Pais, etc.</p>
XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos	* Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares;

<p>surdos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Criar um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais; * Estabelecer parcerias com CAS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), em Estados e Municípios, com vistas a mapear as demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento das políticas; * Estimular, nos encontros com órgãos públicos de Estados e Municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.
<p>XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Construir e publicar um documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>, gerenciado por Bibliotecário(a) efetivo(a), incluindo nesse documento diretrizes de relacionamento com Centros similares e com Bases de Dados Nacionais e Internacionais e inserindo o referido Centro no novo Regimento Interno do INES; * Elaborar um Termo de Referência e licitar um projeto de adequação da estrutura física, mobiliário e equipamentos do edifício atualmente utilizado pela Biblioteca do INES, respeitadas normas de acessibilidade. * Ampliar o quadro de profissionais dedicados ao futuro Centro por meio de lotação de mais Bibliotecários, além de Técnicos Administrativos de Nível Médio; Museólogo; Arquivista e Historiador;
<p>XVIII - Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Consolidar a Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Instituto, a TV INES.
<p>XIX – Ampliar as ações de difusão de conhecimentos na área da surdez, bem como da Língua Brasileira de</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Estruturar a área de educação a distância no INES; * Promover a utilização do Estúdio do INES nos processos de educação a

Sinais – LIBRAS, por meio da Educação a Distância.	distância;
--	------------

Gestão Institucional

Objetivos Estratégicos (PDI)	Plano de Ação
XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	* Consolidar o desenvolvimento do Programa de Apoio ao Plano Anual de Capacitação do INES – PAC INES, visando à constante melhoria da eficiência e eficácia dos processos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo;
XXI – Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	* Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis; * Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;
XXII – Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação; * Promover o mapeamento da Gestão da Tecnologia da Informação no INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI; * Realizar um mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional; * Construir um documento de diretrizes da Gestão da Tecnologia da Informação no INES;
XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.	* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência; * Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;

	<p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do bom atendimento ao cidadão; - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.
--	---

2.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

2.2.1 Contexto de planejamento estratégico

As ações do Instituto – dado ser ele órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação, nos termos do Decreto 9.005, de 2017 – estão compreendidas, conforme transcrito a seguir, no contexto de planejamento estratégico do referido Ministério, que, no exercício de referência, bem como nos próximos anos, é pautado pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que “aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”:

META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

ESTRATÉGIA 1.11: priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

META 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS

4.2: promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3: implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.5: estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.7: garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8: garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.10: fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11: promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.13: apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.14: definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.16: incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIA 5.7: apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

ESTRATÉGIA 7.30: universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

9.1: assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.11: implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

10.4: ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.9: institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

12.1: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.3: elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.4: fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.5: ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.8: ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.9: ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

12.10: assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.15: institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.3: induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

13.4: promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.7: fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

13.8: elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência,

pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS 15.5: implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

16.3: expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4: ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

2.2.2 Estratégias de atuação

Os Objetivos Estratégicos traçados – bem como o correspondente Plano de Ação – foram fruto de um processo de discussão e construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016.

A divulgação deu-se por meio de: apresentações abertas no auditório do INES; envio das versões do texto à representação dos diferentes segmentos que compõem o Conselho Diretor do Instituto para compartilhamento com os pares e defesa do texto final em reunião aberta do Conselho Diretor. Após sua aprovação naquela Instância, por unanimidade, o documento foi divulgado via Intranet.

No início de cada ano letivo, os Departamentos finalísticos e não-finalísticos do INES, bem como a Assessoria da Direção Geral, apresentam a toda a comunidade INES, em auditório, relatos acerca dos Objetivos traçados para o ano anterior, do Plano de Ação adotado e dos correspondentes Resultados alcançados. Nesse momento, são explicitados alguns riscos ou obstáculos para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, e também listadas algumas linhas de ação para o exercício seguinte.

As principais estratégias adotadas em 2016, no âmbito do Instituto, foram:

- a) análise e formulação em políticas públicas e gestão;
- b) nomeação e posse de candidatos aprovados e habilitados em concursos públicos;
- c) estabelecimento de parcerias com outros entes do Poder Público e com a iniciativa privada;
- d) realização de eventos;
- e) realização de cursos regulares e cursos livres;
- f) produção de materiais de apoio na área da surdez e educação de surdos;
- g) cooperação técnica com entes federados;
- h) participação de servidores em eventos de capacitação;
- i) criação de comissões;
- j) criação de condições estruturais para a oferta de educação a distância;
- k) consolidação e ampliação do alcance de um veículo de comunicação (web TV) bilíngue acessível a pessoas surdas, pessoas com deficiência auditiva e pessoas ouvintes (TV INES).

2.2.3 Execução do Plano de Ação

Os resultados de execução das ações empreendidas para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no PDI INES 2012-2016 seguem delineados por área de abrangência

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Avançar na estruturação do Curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue e estabelecer interlocuções relativas aos direitos	* Em 2016, foram adotadas medidas estruturantes, principalmente relacionadas à área tecnológica, para operacionalizar o Curso, com previsão para 2018. * O INES prosseguiu sua participação em Grupo de Trabalho designado pelo MEC para a formulação da Política Nacional de Educação Bilíngue – LIBRAS e Português.	-x-	* O INES consolidou seu papel político no cenário da educação nacional, em sintonia com os anseios das comunidades surdas brasileiras.

dos surdos.			
* Apoiar pesquisas.	<p>* O INES conta com 10 grupos de pesquisa no âmbito do Departamento de Ensino Superior cadastrados no CNPq, com participação de alunos bolsistas de Iniciação Científica e Extensão;</p> <p>* Foi apoiado o desenvolvimento de 37 pesquisas, das quais 33 cadastradas somente em 2016, sendo 22 internas e 15 externas, todas cadastradas na Divisão de Estudos e Pesquisas (DIESP);</p> <p>* Prosseguiu a implantação do Plano Anual de Capacitação e de seu Programa de Apoio, que abarcam o apoio institucional a ações de capacitação de longo prazo;</p> <p>* Encontra-se em discussão, no âmbito do Conselho Diretor do INES, minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto.</p> <p>* Em 2016, foi cadastrado o Comitê de Ética em Pesquisa do INES (CEP-INES). Seus integrantes foram designados em Portaria e capacitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (UFF), considerado apto e autorizado pelo Sistema CONEP a iniciar suas atividades em 2017.</p>	-x-	O prosseguimento da oferta de pós-graduação Lato Sensu e a realização das pesquisas impulsionam a construção, a partir de 2015, de uma proposta de programa de estudos pós-graduados em nível de Mestrado.
* Subsidiar formulação de políticas públicas.	<p>* Realizado 1 Seminário Educação e Surdez, do INES, com 536 profissionais capacitados, de 17 municípios de 2 Estados. Esse evento possibilita mapear demandas de apoio, identificar ações que poderão ser realizadas em parceria e acompanhar a concepção e o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à surdez.</p> <p>* Prosseguiu a participação do INES em Grupo de Trabalho formado pelo MEC para a formulação de uma política nacional de educação bilíngue – LIBRAS e Português.</p>	-x-	* O INES consolidou-se em seu papel de referência em políticas linguísticas e educacionais relacionadas às comunidades surdas.
* Matricular anualmente 600 pessoas com curso	* O Curso de Libras presencial, desde 2014 com professores surdos concursados, alcançou 1.165 participantes concluintes, 82,3% do total de matrículas.		* O INES consolidou-se em seu papel de referência na valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais e das produções culturais

de LIBRAS, criar Núcleo de Estudos de LIBRAS e realizar Exame de Certificação Pró-LIBRAS.	* Em 2016, prosseguiu o funcionamento de um Núcleo dedicado a Estudos e Pesquisas sobre a LIBRAS, formado por profissionais surdos, intérpretes, professores e pesquisadores, que está construindo um glossário de termos acadêmicos na área de Pedagogia (Manuário – Glossário Acadêmico Bilingue Libras / Português), que deu origem também a um programa veiculado regularmente na TV INES.		das comunidades surdas.
* Redefinir Política de Pesquisa e definir mecanismos de apoio a estudos pós-graduados.	* Uma minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto em análise por parte da Direção Geral e do Conselho Diretor do INES. * Em 2016, prosseguiu a implantação de seu Plano Anual de Capacitação de Servidores – PAC INES e Programa de Apoio, que contemplam também o apoio a estudos pós-graduados. * Em 2016 foi adotada uma nova Política Editorial, que colocou os periódicos do INES em portal próprio na Internet, entre outras medidas.	-x-	* Prevê-se para 2017 a aprovação da Política de Acervo do Instituto.
* Desenvolvimento Institucional	* Em 2016, iniciou-se a construção do novo PDI INES 2017-2021, em fase de consolidação.		

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Matricular 60 novos alunos no curso de graduação em Pedagogia; * Aperfeiçoar modelo de Edital de concurso,	* O INES alcançou a meta de matrículas no curso de graduação, e o curso teve a maior demanda desde sua criação. * Em 2014 e 2015, no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013, que valoriza o conhecimento de Libras e a experiência em educação de surdos, foram nomeados e	* Ainda falta material acadêmico em LIBRAS, de grande importância para o desenvolvimento do aluno surdo. Têm sido produzidos filmes com material didático em LIBRAS, com supervisão linguística pela Diretora do Departamento de Ensino Superior, atuação de intérpretes de Libras / Português e consultoria de	O sucesso na implementação da graduação a da pós-graduação Lato Sensu – mesmo consideradas as grandes dificuldades enfrentadas pela escassez de Docentes efetivos, de Intérpretes e de Técnicos Administrativos, bem como de suporte em TI para gestão acadêmica – credenciou o INES a ser indicado pelo MEC para, dentro do Programa <i>Viver sem Limite</i> , da Presidência da

<p>valorizando a Libras e a experiência em educação de surdos;</p> <p>* Manter a oferta de pós-graduação Lato Sensu;</p> <p>* Promover a Semana Pedagógica.</p> <p>* Viabilizar a realização de um Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue semipresencial e a distância para todo o Brasil.</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>	<p>empossados 28 professores para o Magistério Superior.</p> <p>* Manteve-se a oferta de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue, com 27 concluintes em 2016.</p> <p>* Em 2016, não foi possível realizar a Semana Pedagógica do INES e a I Jornada de Iniciação Científica, em função de paralisações;</p> <p>* Em 2016, o INES adotou medidas estruturantes para a viabilização do referido Curso, incluindo a nomeação de docentes e tradutores e intérpretes concursados.</p> <p>* Em 2016, o INES levou ao grande público, via TV INES, diversos programas de interesse cultural e informativo das comunidades surdas.</p>	<p>professor surdo.</p>	<p>República, conduzir um novo curso de graduação em Pedagogia bilíngue na modalidade semipresencial, para polos nas cinco regiões brasileiras, alcançando 360 alunos, surdos e não-surdos. Ao mesmo tempo, o Instituto, ao acumular experiência bem sucedida na oferta de pós-graduação Lato Sensu, credenciou-se para iniciar a construção de uma pós-graduação Stricto Sensu em 2016, na forma de um Mestrado Profissional Interdisciplinar.</p>
<p>* Construir documentos com diretrizes para pesquisa e constituir grupos de pesquisa.</p>	<p>* O DESU já possui documento de política e normas para as atividades de pesquisa (política e normas), mas no momento encontra-se em discussão, no âmbito do Conselho Diretor do INES, a elaboração de um documento unificado de Pesquisa, que contemple também as atividades realizadas pelo Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico - DDHCT.</p> <p>* Em 2016, funcionaram dez grupos de pesquisa, em atividade, com docentes da Educação Superior e da Educação Básica e alunos de Iniciação Científica, dedicados a temas relacionadas à educação de surdos e à LIBRAS.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Espera-se que os resultados das ações credenciem o INES a propor a criação de um programa de pós-graduação Stricto-Sensu, na forma de um Mestrado Profissional Interdisciplinar, que vem sendo construído desde 2016 e também constitui Objetivo Estratégico institucional.</p>

* Definir uma política de extensão.	* Em consonância com a Portaria nº 154/2012, que instituiu normas para as atividades de extensão, foram ofertadas atividades à comunidade e bolsas a alunos participantes de projetos de extensão.	-x-	* Em 2017, haverá esforço de ampliação da oferta, inclusive a partir da constituição de uma estrutura para ações em EAD.
-------------------------------------	--	-----	--

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Matricular 500 alunos no CAP INES.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais por meio de concurso, incluindo Intérpretes e Professores de LIBRAS.</p> <p>* Viabilizar acesso à educação profissional.</p> <p>* Estimular a produção artística dos alunos.</p>	<p>* Não foi alcançada a meta de matrícula no Colégio de Aplicação do INES. Das 500 vagas, foram preenchidas 400.</p> <p>* Os Concursos Públicos (Edital nº 09/2012 e Edital nº 29/2013) ampliaram significativamente o quadro docente do Ensino Básico e superaram definitivamente pendência de Tradutores e Intérpretes de Libras terceirizados.</p> <p>* Em 2016, Na Qualificação Profissional e Encaminhamento ao Trabalho, houve 60 pessoas matriculadas em cursos voltados à preparação para o trabalho e a geração de renda, das quais 42 foram certificadas. As 15 empresas ofertantes disponibilizaram 204 vagas, das quais 68 resultaram em contratação formal.</p> <p>* Em 2016, realizou-se exibição de trabalhos artísticos feitos por alunos surdos.</p>	<p>* As ações vêm sendo implementadas, mas se faz necessário superar o déficit do quadro docente da Educação Básica, principalmente em face do número de professores que vêm se aposentando a partir da concessão da RSC prevista em Lei. O concurso público aberto pelo Edital nº 29/2013 proveu 41 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.</p>	<p>* Faz-se necessária melhoria na gestão da informação relativa ao aluno. Trabalha-se na perspectiva de um cadastro único. Espera-se também uma melhor organização do trabalho docente, por meio de Portaria a ser aprovada pelo Conselho Diretor. Também se deve investir mais na divulgação do CAP-INES.</p>

Saúde, Surdez e Educação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Realizar atendimento para	* Foram realizados, pela Divisão de Audiologia (DIAU), 10.062 procedimentos, em atendimento a	-x-	* Consolida-se a importância do campo da Saúde Pública no conjunto de competências

<p>diagnóstico.</p> <p>* Fazer com que profissionais de Saúde frequentem curso de LIBRAS.</p> <p>* Melhorar gestão da informação e atendimento.</p> <p>* Disseminar conhecimento produzido na área.</p> <p>* Elaborar termo de referência para fornecimento de</p>	<p>3.716 pessoas, sendo 619 alunos do INES e 3.097 pessoas da comunidade. Houve 1.595 atendimentos a bebês e crianças de 0 a 12 anos (sendo 634 testes da orelhinha), relacionados direta ou indiretamente ao acesso e permanência na escola, e 2.121 atendimentos a partir de 12 anos. Os atendimentos realizados também contribuíram para acesso ou permanência no trabalho (623 pessoas), acesso ao transporte público gratuito (1.155 pessoas) e acesso e permanência em relação a benefícios da assistência social ou a atendimentos em saúde, incluindo reabilitação (222 pessoas).</p> <p>* Os profissionais das áreas de Audiologia, Fonoaudiologia, Medicina, Psicologia e Serviço Social frequentaram Curso de LIBRAS.</p> <p>* Completada a efetivação de novos profissionais da área, deverá ser reestruturado, em 2017, o atendimento em saúde ao público do INES.</p> <p>* Profissionais da área da Saúde Auditiva do INES ministraram aulas, e palestras e participaram de campanhas relacionadas ao tema da Saúde Auditiva. Além disso, apresentaram trabalhos em eventos nacionais e internacionais no campo da Audiologia, inclusive divulgando ações e materiais do Instituto, e realizaram assessorias técnicas. O Núcleo de Orientação e Saúde do Surdo – NOSS realizou ações de: capacitação e atendimento a alunos (e seus familiares) do CAP INES; disseminação de conhecimentos sobre a relação Saúde-Surdez em instituições de ensino superior; apresentação de trabalhos em eventos; publicação de artigos; distribuição de material didático sobre DST/AIDS e produção de vídeo sobre aleitamento materno.</p> <p>* Em 2015, foram adquiridas e disponibilizadas, 809 baterias a alunos do INES, garantindo desta forma o pleno funcionamento de seus aparelhos</p>	<p>* O NOSS necessita de reforço em seu quadro para poder desempenhar seu papel. Recomenda-se a participação de profissionais surdos, de administrativos e principalmente de profissionais da área de Saúde.</p>	<p>institucionais, o que sinaliza a necessidade de se redefinir o lugar desse campo na estrutura organizacional do Instituto, para ampliar e qualificar o quadro de recursos humanos, assegurar espaços e equipamentos necessários, aperfeiçoar a gestão e potencializar resultados.</p>
--	---	--	--

baterias para aparelho.	auditivos.		
-------------------------	------------	--	--

Gestão do Conhecimento

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Elaborar uma Política Editorial.</p> <p>* Produzir materiais de apoio à educação de surdos.</p> <p>* Construir glossário de termos técnicos para apoiar participação de surdos na educação profissional.</p> <p>* Produzir materiais em LIBRAS, segundo interesse das comunidades surdas.</p>	<p>* Elaborado, no âmbito da Comissão Editorial designada, o documento de Política Editorial foi aprovado e entrou em vigor em 2016.</p> <p>* Foram enviados a instituições relacionadas à educação de surdos de todo o Brasil 24.771 itens de materiais produzidos pelo INES – abrangendo publicações, CDs e DVDs – e foram lançadas as versões online dos periódicos do Instituto <i>Espaço</i>, <i>Fórum</i> e <i>Arqueiro</i>.</p> <p>* O Laboratório de Novas Tecnologias do INES tem produzido diversos materiais em LIBRAS: Editais filmados de Concursos Públicos, incluindo o ENEM em Libras; resenhas filmadas de textos acadêmicos; spots para o Portal INES; Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Interno e normas de funcionamento do Colégio de Aplicação, sempre em Libras; registro de aulas, de eventos pedagógicos e de palestras; materiais para aulas da pós-graduação em Libras; material para assessoria técnica; produção de QR para revista Arqueiro (publicação técnica do INES), etc.</p>	-x-	* A Política de Acervo será discutida em 2017.
<p>* Realizar Congresso Pluridisciplinar.</p> <p>* Realizar eventos anuais.</p>	<p>* Realizados o XV Congresso Internacional e o XX Seminário Nacional, com 1.060 participantes de todo o Brasil e do exterior.</p> <p>* Eventos realizados: Fórum Educação, Linguagem e Surdez: 1.337 participantes; Seminário Educação e Surdez: 536 pessoas capacitadas; 9 Assessorias Técnicas: 515 profissionais capacitados.</p>	-x-	

	<p>* Visitas técnicas: o Instituto recebeu 506 pessoas, entre profissionais e estudantes, de todo o Brasil e também de 8 outros países.</p>		
<p>* Consolidar a TV INES como Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa.</p>	<p>* A TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil – criada em 2013, acessível por dispositivos Desktop, Mobile e Tablet, avançou na democratização da informação e do entretenimento acessível: assegurou grade de programação 24 horas; passou a ter o seu sinal retransmitido por satélite para Centros de Apoios aos Surdos em todo o Brasil; passou a utilizar o YouTube como plataforma de acesso por internautas e negociou parceria com o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) para fornecimento de conteúdos jornalísticos para o telejornal Primeira Mão, apresentado em Libras.</p>		<p>* O lançamento da TV INES teve impacto na mídia e nas comunidades surdas. Apresentadores e repórteres surdos ganharam destaque na mídia convencional, ajudando na difusão positiva da comunidade surda brasileira e de sua Língua de Sinais. O novo portal da TV INES, mais interativo, possibilita, além da avaliação, comentários e compartilhamento de vídeos em redes sociais e o envio de vídeos pelo público.</p>
<p>* Criar sistema de informação e acompanhamento da cooperação técnica.</p> <p>* Estabelecer contatos e parcerias com CAS relativos a políticas.</p>	<p>* Efetivados 9 assessorias técnicas, 1 seminário e 2 palestras, em diferentes Estados brasileiros, alcançando 1.557 profissionais, na sua maioria ligados à educação de surdos, principalmente da rede pública.</p> <p>* Nas ações de Cooperação Técnica com municípios, o INES demanda que as prefeituras informem resultados de levantamentos acerca do número de surdos do município, perfil, tipo de atendimento ofertado, etc. Isso impulsiona o autoconhecimento dos municípios e ajuda o INES a compatibilizar a cooperação às necessidades locais. O INES viabilizou a participação dos CAS no Congresso Internacional.</p>	-x-	<p>* Ainda se faz necessária a criação de um sistema de acompanhamento da Cooperação Técnica.</p>
<p>* Reformar e restaurar edifício que abriga a Biblioteca.</p> <p>* Ampliar quadro de profissionais especializados nas áreas de Informação e Memória.</p>	<p>* Em 2016, foi concluída a reforma da Biblioteca. Foram iniciados os trabalhos de organização do acervo histórico e iconográfico, sob responsabilidade de Historiadora, e em 2017 deverá ser iniciado processo de restauro de itens raros.</p> <p>* No concurso público aberto por meio do Edital nº 9/2012, foi provida uma vaga para o cargo de</p>	-x-	

	Arquivista, e no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013, foi provida uma vaga de Técnico em Arquivo.		
* Realizar campanhas que valorizem potencialidades dos surdos.	* Em 2016, foi realizada Mostra de Artes Plásticas com produções de pessoas surdas.	-x-	* O evento deu visibilidade a trabalhos de jovens surdos criativos e talentosos.
* Estruturar a área de educação a distância.	<p>* Em 2016, o INES realizou ações estruturantes para viabilizar a oferta de um curso de graduação em Pedagogia Bilíngue na modalidade semipresencial para polos nas cinco regiões do Brasil a partir de 2017. O Departamento de Ensino Superior do Instituto criou o Núcleo de Educação <i>Online</i> (NEO) – através da Portaria nº 81 de 23 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 25 de março de 2015. Foi formulado Plano de Gerenciamento do Projeto, estabelecendo pacotes de trabalho que se desenvolveram ao longo de 2015 e 2016. Os subprodutos do projeto serão:</p> <p>I. Plataforma colaborativa EAD/online – plataforma adequada ao público-alvo do curso: alunos ouvintes e surdos. Foco em animações, vídeos, jogos, chat, fóruns, que permitam aos professores atividades e materiais que atendam a falantes da língua portuguesa e a falantes de Libras.</p> <p>II. Sistema acadêmico de gestão – sistema integrado à plataforma colaborativa, permitindo a professores e funcionários o acesso a dados de fluxo de alunos, controle de disciplinas, processos de avaliação, registro de atividades e emissão de certificados. Necessário ter acesso <i>mobile</i> a professores e alunos – <i>tablets</i> e celulares.</p> <p>III. Sistema de integração total entre os polos MCU – sistema de videoconferência e sistema de gestão acessível via internet.</p> <p>Em 2015, houve visita <i>in loco</i> do MEC, para autorização, e o Curso obteve nota 4. Nesse ano, foram também atendidas diligências em processo de credenciamento e autorização de EAD.</p>	-x-	* O INES confirma seu papel de referência na área da surdez e da educação de surdos como agência nacional de formação.

2.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Ao longo de 2011, o INES construiu coletivamente um Plano de Desenvolvimento Institucional, que foi aprovado por unanimidade em Reunião Extraordinária aberta do 7º Conselho Diretor do Instituto, no dia 18 de novembro de 2011. Sua publicação deu-se na Portaria INES nº 306/2012, Boletim de Serviço 11/2012. Em outubro de 2016, iniciou-se a construção do PDI INES 2017-2021.

2.3.1 Período de abrangência do PDI

O PDI INES abarcou o período de 2012 a 2016.

2.3.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais

No PDI INES 2012-2016, a missão do Instituto ficou assim definida:

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, órgão da administração direta, específico e singular da estrutura do Ministério da Educação, Centro de Referência Nacional na Área da Surdez – com a missão de promover a inclusão social e a cidadania das pessoas surdas nas políticas educacionais do Brasil em uma perspectiva bilíngue (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa) e de colaborar para que tal propósito se efetive também nas políticas nacionais: de saúde; de trabalho e emprego; de assistência social; sociojurídicas; linguísticas; de cultura; de direitos humanos; de comunicação; de esporte e de ciência e tecnologia – é instituição federal de ensino habilitada à oferta de Educação Superior (ensino, pesquisa e extensão), e à oferta de Educação Básica, em suas diferentes etapas e modalidades.

Os 23 objetivos e 136 metas do PDI estão estreitamente vinculados às competências regimentais do Instituto, consubstanciadas nos campos finalísticos em que foram reunidos no Plano – Políticas Públicas e Relações Institucionais; Educação Básica; Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão do Conhecimento; Saúde, Surdez e Educação – somados ao campo da Gestão Institucional. São múltiplas as dimensões da atuação do INES como órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação:

- Como instituição de **Educação Básica**, que mantém um Colégio de Aplicação de orientação bilíngue (LIBRAS e Português), que oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional;
- Como instituição de **Ensino Superior** que realiza, em contexto bilíngue (LIBRAS e Português), a formação inicial (graduação) e continuada (pós-graduação Lato Sensu) de profissionais da educação, bem como a pesquisa e a extensão;
- Como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**, que atua:
 - No diagnóstico e atenção inicial em saúde auditiva, abertos à comunidade;
 - Na produção editorial orientada para a difusão de informações e conhecimentos nessa área, por meio impresso, audiovisual e eletrônico;
 - Na valorização das práticas culturais das comunidades surdas e no ensino da Língua Brasileira de Sinais aberto à comunidade;

- Na cooperação técnica com Estados e Municípios em relação à formulação e implementação de políticas públicas e à difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, na perspectiva da inclusão social e cidadania das pessoas surdas;
- Na promoção de eventos nacionais e internacionais que visam socializar os resultados de pesquisas na área da surdez.

2.3.3 Vinculação do PDI com o PPA

A Lei 11.593 de 2012, que instituiu o Plano Plurianual 2012-2015 - PPA, incluiu entre as diretrizes desse documento que orientou as ações do Governo Federal no Brasil a “garantia dos direitos humanos” e a “valorização da diversidade cultural”. Podemos dizer que o PPA 2016-2019 – publicado em 13 de janeiro de 2016 – mantém o mesmo espírito, ao fazer do PNE e de seus compromissos com os direitos humanos e a diversidade cultural o alicerce do Eixo Estratégico *Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico*.

O documento *Dimensão Tática: Programas Temáticos*², relativo ao PPA 2012-2015, pôs em relevo aspectos que dialogaram com as vertentes da missão deste Instituto.

Em primeiro lugar, o texto diz que os objetivos da **Educação Básica** de formar “indivíduos autônomos e capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” e de “contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para a redução das desigualdades sociais existentes” não podem ser alcançados, sem que a educação seja norteada pelos “princípios da **equidade**, da **valorização da diversidade**, dos **direitos humanos** (...) da garantia de padrão de qualidade, da **acessibilidade**, da **igualdade de condições** para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de cor/raça, etnia, sexo, local de domicílio ou condição de **pessoa com deficiência**”. [*grifo nosso*]

Em segundo lugar, o documento faz menção à **Educação Superior**. Realça que “um primeiro desafio que se coloca é a continuidade da expansão da oferta de vagas e matrículas na graduação”, mas lembra que “a expansão da oferta **em condições adequadas para o acesso de todos os segmentos populacionais** é um importante instrumento de inclusão social”. [*grifo nosso*]

E conclui que “outro desafio é a manutenção e ampliação das medidas que garantem **condições de acesso à educação superior para todos**, como a expansão e interiorização da rede pública federal gratuita, da concessão de bolsas de estudo e de financiamentos estudantis, além do apoio à permanência dos estudantes de baixa renda, de forma a reduzir a evasão”. [*grifo nosso*]

2.3.4 Programas temáticos

As principais ações finalísticas do INES, no período abrangido pelo PPA 2012-2015, foram compreendidas no âmbito do Programa Temático 2030 – Educação Básica (que passou a ser o Programa Temático 2080 - *Educação de Qualidade para Todos*, no PPA 2016-2019, publicado em 13 de janeiro de 2016), no qual a ação que lhe cabe era a 2030.20RI.26104.0033 (2080.20RI.26104.1007, no PPA vigente) – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica.

Com base no Anexo I da Lei 11.593 de 2012, transcrevemos Objetivos, Metas e Iniciativas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira o INES participou de sua efetivação. O PPA

² Disponível em:

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp_004_dimensao_tatico_sociais.pdf Acesso em 06 dezembro 2012.

vigente será contemplado no PDI INES 2017-2021, do qual extraímos trechos relevantes que compõem o Anexo I deste Relatório.

Programa 2030 - Educação Básica:

“OBJETIVO 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.”

*Comentário: Esse objetivo inclui tanto a **Iniciativa 02BY do PPA**, de “manutenção das instituições federais de educação básica” (como o INES, com seu Colégio de Aplicação) quanto a **Meta do PPA** de “elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência”, para a qual colabora a ação do INES de cooperação técnica com as redes regulares de ensino de Estados e Municípios, e também a produção e envio de materiais de orientação e apoio, bem como o apoio à **Iniciativa 02C1 do PPA**, relativa ao “acesso à rede mundial de computadores, a equipamentos e recursos tecnológicos digitais”, visando à “utilização pedagógica das tecnologias de informação e comunicação”, o que vem sendo feito desde 2012 com o projeto de acesso a tablets por parte do corpo docente e discente do Colégio de Aplicação do Instituto.*

Além disso, o INES também ajuda a efetivar outros Objetivos contemplados no Programa 2030:

“OBJETIVO 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.”

“OBJETIVO 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.”

*Comentário: Esses objetivos contemplam tanto a escolarização básica - ofertada no Colégio de Aplicação do INES – quanto a **Iniciativa 02BQ do PPA**, relativa à “formação inicial e continuada, presencial e a distância”, que inclui a “formação para docência intercultural” e para a “educação bilíngue”, algo que o Departamento de Ensino Superior do INES realiza com o curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura e com o curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue.*

A análise detalhada do PPA 2012-2015 indica que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **outros Programas Temáticos do PPA vinculados ao MEC**. Igualmente, para fins didáticos, transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas,

e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

Programa 2031 Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação):

“OBJETIVO 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.”

Comentário: O INES tem realizado nos últimos anos parcerias com o Sistema S que têm viabilizado a participação de pessoas surdas em cursos certificados de Educação Profissional, e isso também efetiva meta do Plano Nacional de Educação.

Programa 2032 – Educação Superior: graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão:

“OBJETIVO 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.”

*Comentário: No PPA, para esse Objetivo, incluem-se as Metas de “ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior” e de “ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020”, bem como as correspondentes **Iniciativas 03GA**, de promover acesso, permanência e sucesso na educação superior considerando “as especificidades das pessoas com deficiência”, e **03GD**, de promover “a pesquisa e a extensão” e garantir “condições de acessibilidade”. Todas essas metas e iniciativas são contempladas na Educação Superior do INES, e efetivam também metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.*

Por fim, cabe registrar que a análise do PPA mostra que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **Programas Temáticos do PPA vinculados a outros Ministérios**. Novamente transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda (Ministério do Trabalho e Emprego):

“OBJETIVO: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.”

Comentário: O INES realiza ações em 5 (cinco) frentes que concorrem para a promoção do Trabalho Decente:

- *Termo de Adesão entre INES e Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, em sua modalidade Bolsa-Formação, prevê participação prioritária de pessoas com deficiência;*
- *cursos de preparação para o trabalho e para a geração de renda;*
- *cadastramento e encaminhamento profissional de pessoas surdas;*
- *parcerias com instituições da rede regular de educação profissional, com vistas em acesso, permanência e formação profissional de pessoas surdas;*
- *diagnóstico clínico de surdez como um dos meios de viabilizar a participação de pessoas surdas em processos de habilitação e reabilitação profissional, bem como seu acesso ao mundo do trabalho via contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho.*

Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) (Ministério da Saúde):

“OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.”

Comentário: O INES atua em consonância com a **Iniciativa 02PR do PPA** - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência, especificamente segundo a diretriz prevista para a “atenção básica” no Art. 3º da Portaria MS nº 2.073 de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva: ‘realizar ações de caráter individual ou coletivo, voltadas para a promoção da saúde auditiva, da prevenção e da identificação precoce dos problemas auditivos, bem como ações informativas, educativas e de orientação familiar.’ Todas essas atividades são realizadas pelas Divisões de Audiologia e de Fonoaudiologia do INES.

2.3.5 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado

As ações do INES nessa esfera estão inseridas no Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e são as seguintes:

- 2109.2004.26104.0033 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- 2109.2010.26104.0033 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- 2109.2011.26104.0033 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- 2109.2012.26104.0033 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- 2109.20CW.26104.0033 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos;

- 2109.4572.26104.0033 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

2.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A Direção Geral desta UNIDADE – com os Diretores de Departamento - bem como seus Departamentos internamente realizam reuniões periódicas com as coordenações e divisões para acompanhamento das atividades definidas em planejamento, definindo-se prazos e, em caso de necessidade, procedendo-se a ajustes que se mostrem necessários, acompanhados por meio de relatórios escritos de andamento dos processos ou por meio de apresentação presencial da situação. As atividades contempladas por lançamento de dados em Sistema possibilitam o acompanhamento também por esse meio, para fins decisórios.

2.5 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.5.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Esta Unidade tem a seu cargo subtítulos de ação, conforme especificado a seguir.

2.5.1.1 Execução física e financeira de subtítulos de Ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UNIDADE na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20RI		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica					
*Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1007					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.241.320	37.241.320	29.475.896	14.817.718	14.817.718	0	14.658.178
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	2530	0	2090	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Estudante Matriculado	Unidade	0	

Fonte: SIOP/Tesouro Gerencial

Em, 17/03/2017

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UNIDADE na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	4572		Tipo: Atividade			
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
*Iniciativa						
Objetivo	Proporcionar aos servidores as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento na carreira, ao aprimoramento profissional e a melhoria da eficácia administrativa e pedagógica. Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
708.000	708.000	152.087	147.964	147.964	0	4.123
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Servidor Capacitado		Unidade	500		568	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
12.555	12.555	0	Servidor Capacitado	unidade	464	

Fonte: SIOP/Tesouro Gerencial

Em, 17/03/2017

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UNIDADE na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	2004		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.					
*Iniciativa						
Objetivo	Conceder, em caráter suplementar, benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos e demais considerações da sua descrição. Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
992.676	1.154.663	1.139.997	1.139.997	1.139.997	0	0
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Pessoa Beneficiária.	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0			0	

Fonte: SIOP/Tesouro Gerencial

Em, 17/03/2017

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UNIDADE na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
*Iniciativa						
Objetivo	Conceder benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento aos servidores e empregados federais, inclusive pessoal contratado. Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
72.000	223.992	222.244	222.244	222.244	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Criança atendida		Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0			0	

Fonte: SIOP/Tesouro Gerencial

Em, 17/03/2017

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UNIDADE na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	2011		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
*Iniciativa						
Objetivo	Viabilizar auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual e demais considerações da sua descrição. Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
780.000	977.206	953.953	953.953	953.953	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pessoa Beneficiada		Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

		Cancelado		medida	
0	0	0			0

Fonte: SIOP/Tesouro Gerencial

Em, 17/03/2017

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UNIDADE na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	2012		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
*Iniciativa						
Objetivo	Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e demais considerações da sua descrição. Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.040.000	2.580.940	2.564.694	2.564.694	2.564.694	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pessoa beneficiada		Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0			0

Fonte: SIOP/Tesouro Gerencial

Em, 17/03/2017

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UNIDADE na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	216H		Tipo: Atividade			
Título	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos					
*Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						Processados
21.600	21.600	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Agente Público Beneficiado			unidade			0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0			0	

Fonte: SIOP/Tesouro Gerencial

Em, 17/03/2017

Ações não previstas LOA do exercício – Restos a pagar OFSS

Identificação da Ação					
Código	20RI		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica				
*Iniciativa					
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da Educação Básica, à ampliação da oferta de Educação Integral e à alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Código: 0598				
Programa	Educação Básica	Código: 2030	Tipo: Apoio às políticas		
Unidade Orçamentária	26104 – Instituto Nacional de Educação de Surdos				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

12.477.815,24	10.221.735,55	1.476.043,72	Aluno Matriculado	Unidade	2.079
---------------	---------------	--------------	-------------------	---------	-------

2.5.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Em 2016, houve contingenciamento de cotas de limite de empenho, impossibilitando desta forma executar em tempo hábil o repasse para a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, UG 153163, através de termo de execução descentralizada, com o objetivo de desenvolvimento de atividades de extensão para execução do Programa Nacional de Certificação de Proficiência no ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de certificação em Tradução e Interpretação da LIBRAS, em âmbito nacional.

O Prolibras foi instituído pelo Ministério da Educação – MEC, a partir do disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o qual, por sua vez, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.5.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica.

2.5.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	10.893.186,45	9.398.250,92	9.398.250,92	1.047.811,33	447.124,20
2014	920.622,05	463.503,41	337.703,41	428.232,39	154.686,25
2013	676.561,83	372.536,31	372.536,31	0,00	304.025,52
Total	12.490.370,33	10.234.290,64	10.108.490,64	1.476.043,72	905.835,97

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 17/03/2017

Análise crítica:

De acordo com o art. 36 da Lei 4.320, de 17/03/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e

Distrito Federal, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Entendem-se como Restos a Pagar Processados, as despesas legalmente empenhadas cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como os compromissos do Poder Público de efetuar os pagamentos aos fornecedores. Já os Restos a Pagar Não Processados são as despesas legalmente empenhadas que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, ou seja, aquelas em que não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho.

A inscrição de Restos a Pagar Não Processados no INES deve se basear na análise prévia dos saldos de empenhos pelas áreas envolvidas com a execução orçamentária, de modo a dar suporte ao ordenador para autorizar suas inscrições ou cancelamentos. Durante o exercício financeiro subsequente são levantados os valores de Restos a Pagar pendentes de liquidação e/ou pagamento e, de acordo com a análise prévia da condição de cada empenho, sendo os mesmos encaminhados aos Departamentos para manifestação sobre o pagamento ou cancelamento.

Quanto ao pagamento da despesa inscrita em Restos a Pagar, sejam Processadas ou Não Processadas, o mesmo deverá ser feito no ano seguinte ao da sua inscrição, porém esse prazo poderá ser postergado por meio de Decreto Presidencial, como ocorreu com os Restos a Pagar Não Processados inscritos nos anos de 2008 e 2009 que tiveram a vigência prorrogada até 30 de abril de 2011 pelo Decreto 7.418, de 31/12/2010 e pelo Decreto 7.468 de 28 de abril de 2011 que os mantiveram válidos após 30 de abril de 2011 desde que se referissem a despesas executadas diretamente pelo órgão e com execução iniciada até essa data.

Em 23 de dezembro de 2011 foi publicado o Decreto 7.654 que atualizou a legislação de restos a pagar e estabeleceu que a inscrição de despesas com restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho dependerá da observância das seguintes condições: a inscrição ficará condicionada à indicação pelo ordenador da despesa; os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e após essa data permanecerão válidos os restos a pagar não processados que se referirem a despesas executadas diretamente pelo órgão com execução iniciada até 30 de junho, ou sejam relativos a despesas do Programa de Aceleração do Crescimento, do Ministério da Saúde ou Ministério da Educação financiadas com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para os valores inscritos no exercício de 2011 e 2010 não se aplicou, de acordo com o Decreto 7.654/11, a exigência da indicação pelo Ordenador de Despesa. Já para os valores inscritos a partir do exercício de 2012 a indicação pelo Ordenador de Despesa foi exigida adequando-se o procedimento de inscrição ao Decreto 7.654/11. Essa indicação ocorreu por meio de transação no SIAFI realizada pelo Ordenador de Despesa ou por pessoa por ele indicada e com perfil de senha para tal finalidade. As áreas envolvidas no processo de execução de despesas foram contempladas com relatórios que permitem identificar os empenhos que se encontram com saldo e, a partir de suas análises, já estão solicitando o cancelamento dos empenhos que não mais serão executados, reduzindo assim a necessidade financeira de nossa instituição.

O Instituto movimentou na conta Restos a Pagar Não Processados inscritos em Exercícios Anteriores o montante de R\$ 12.490.370,33, tendo sido cancelado o valor de R\$ 1.476.043,72 e liquidado o valor de R\$ 10.234.290,64, ficando com saldo a pagar para o exercício de 2017, o valor de R\$ 905.835,97.

Verificamos também que não houve impacto na gestão financeira da Unidade no exercício de 2016, decorrente do pagamento de Restos a Pagar. A permanência de saldo em Restos a Pagar em mais de um exercício financeiro refere-se:

- 2013: a valor de contrato que foi rescindido unilateralmente, sendo que o contratado recorreu à justiça com o objetivo de cobrar serviços que alegam ter executado e não ter recebido o pagamento.

- 2014 e 2015: a serviços executados e não faturados, materiais não entregues pelos fornecedores e repactuação que ainda não foram homologadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Durante todo o exercício de 2016 houve atuação e cobrança da área financeira junto aos setores responsáveis pelas aquisições com o objetivo de orientar quanto aos prazos de entrega desses materiais e/ou serviços contratados, visando a um controle permanente dos Restos a Pagar não processados.

2.5.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro IV - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de execução descentralizada	-	1	-	-	2.867.150,07	-
Totais	-	1	-	-	2.867.150,07	-

Fonte: SIAFI

Em, 17/03/2017

2.5.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise da prestação de contas

A análise de prestação de contas de execução descentralizada com transferência de recursos restringe-se, no caso do INES, ao repasse à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para execução do PROLIBRAS. A responsável pela análise é a Dra. Tanya Amara Felipe, Diretora do Departamento de Ensino Superior (DESU), que conta com o acompanhamento do Colegiado daquele Departamento, instância consultiva, e com o apoio da Assessoria da Direção Geral do Instituto, com profissionais da área do Direito e da área de Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Análise crítica:

Em 2015, ocorreu um repasse para a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, UG 153163, através de termo de execução descentralizada, com o objetivo de desenvolvimento de atividades de extensão para execução do Programa Nacional de Certificação de Proficiência no ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de certificação em Tradução e Interpretação da LIBRAS, em âmbito nacional.

Do valor total repassado foi devolvido o valor de R\$ 369.026,81, através da 2016RA000009, de 11/03/2016, sendo R\$ 343.969,02 referente ao saldo e R\$ 25.057,79 referente a rendimentos.

O Prolibras foi instituído pelo Ministério da Educação – MEC, a partir do disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, ao qual, por sua vez, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.5.7 Informações sobre a execução das despesas

2.5.7.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	17.684.776,18	13,25	11.403.153,99	9,91	8.757.657,57	7,37	7.820.677,68	7,51
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência	4.479.886,80	3,36	0,00		19.552,40	0,02	0,00	
d) Pregão	13.204.889,38	9,90	11.403.153,99	9,91	8.738.105,17	7,36	7.820.677,68	7,51
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	11.509.410,83	8,62	13.963.759,50	12,14	5.787.827,62	4,87	6.661.049,36	6,40
h) Dispensa	10.951.796,49	8,21	12.445.283,62	10,82	5.399.142,30	4,55	5.993.913,92	5,76
i) Inexigibilidade	557.614,34	0,42	1.518.475,88	1,32	388.685,32	0,33	667.135,44	0,64
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos	0,00		0,00		0,00		0,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	98.974.098,88	74,17	85.747.213,68	74,54	98.974.033,06	83,33	85.747.213,68	82,34
k) Pagamento em Folha	98.852.385,28	74,08	85.513.773,57	74,34	98.852.319,46	83,22	85.513.773,57	82,12
l) Diárias	121.713,60	0,09	233.440,11	0,20	121.713,60	0,10	233.440,11	0,22
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	128.168.285,89	96,05	111.114.127,17	96,60	113.519.518,25	95,57	100.228.940,72	96,25
6. Total das Despesas da UNIDADE	133.442.923,55	100	115.028.165,11	100	118.780.555,91	100	104.134.978,66	100

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 20/03/2017

Análise crítica:

Nas Despesas realizadas via Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, poderemos verificar que esta Unidade tem cada vez mais optado pela modalidade do Pregão Eletrônico, sendo esta a mais utilizada para as contratações em 2016.

Na modalidade Concorrência teve por objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento de software e serviços para desenvolvimento de material didático online, bem como serviços técnicos para disponibilização, administração, operação e suporte para hospedagem de computação em nuvem para software de gerenciamento dos processos acadêmicos e pedagógicos com aderência a ambiente virtual de aprendizagem, a serem utilizados no Curso de Pedagogia Bilíngue semipresencial do INES.

Quanto às Contratações Diretas, por meio de Dispensas e Inexigibilidades, não há como alterar esses tipos de contratações uma vez que suas maiores incidências se referem aos serviços essenciais à manutenção da Unidade, tais como: luz, gás, água e tratamento de esgoto, serviços de publicações em Diário Oficial da União e serviços de Correios - e que comprovadamente não há outros fornecedores que executem esses serviços, pois muitos decorrem de contratos de concessões e outros por serem do próprio governo, e também a execução do contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES (Interprogramas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis, ininterruptamente, para todo o território nacional.

Em 2015 e 2016 não houve despesas relacionadas a suprimento de fundos.

No tocante ao pagamento de pessoal, houve uma variação, de aproximadamente 15,43% a mais sobre o exercício de 2015, ocasionado pelo pagamento do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) aos docentes, pagamentos de exercícios anteriores na ordem de R\$ 1.735.929,92 para pessoal ativo e R\$ 2.339.770,43 para pessoal inativo e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc.), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

2.5.7.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
31.90.11 – Vencimentos e vantagens	39.430.816,07	35.406.814,46	39.430.816,07	35.406.814,46	0,00	0,00	39.430.816,07	35.406.814,46
31.90.01 – Aposentadorias	36.361.912,68	33.755.915,94	36.361.912,68	33.755.915,94	0,00	0,00	36.361.846,86	33.755.915,94
31.90.03 – Pensionista	9.200.968,55	8.298.537,41	9.200.968,55	8.298.537,41	0,00	0,00	9.200.968,55	8.298.537,41
Demais elementos do grupo	13.858.68	8.052.505,	13.858.68	8.052.505	0,00	0,00	13.858.68	8.052.505,

	7,98	76	7,98	,76			7,98	76
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.39 – Out.Serv.Terceiros - P.Jurídica	18.477.204,78	16.264.664,13	7.933.701,15	9.215.041,26	10.543.503,63	7.049.622,87	7.933.701,15	9.215.041,26
33.90.37 – Locação mão-de-obra	5.121.912,58	5.018.716,05	4.468.264,71	4.534.765,60	653.647,87	483.950,45	4.468.264,71	4.534.765,60
33.90.46 – Auxílio Alimentação	2.368.336,99	1.936.511,10	2.368.336,99	1.936.511,10	0,00	0,00	2.368.336,99	1.936.511,10
Demais elementos do grupo	4.503.749,68	3.685.796,79	4.165.952,98	2.906.741,92	337.796,70	779.054,87	4.165.952,98	2.906.741,92
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
44.90.39 – Out.serv.terc. - P.Jurídica	2.795.010,00	1.248,88	370.000,00	0,00	2.425.010,00	1.248,88	370.000,00	0,00
44.90.52 – Material Permanente	1.324.324,24	2.607.454,59	621.980,62	28.145,21	702.343,62	2.579.309,38	621.980,62	28.145,21
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Tesouro Gerencial
Em, 20/03/2017

Análise crítica:

Quanto às Despesas por Grupo e Elemento de Despesa, dos Créditos Originários da Unidade, neste quadro podemos verificar que aquelas relacionadas à área de pessoal têm maior relevância.

No exercício de 2016, o aumento da folha ocorreu pelo pagamento do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional e etc.), instituído pelo Plano de Cargos e Salários - Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para docentes, bem como pela passagem de ativos para a inatividade.

Quanto às Outras Despesas Correntes, apresentam um grande aumento, comparando-se com o exercício de 2015, na natureza de despesa: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, em virtude da execução do contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES (Interprogramas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis, ininterruptamente, para todo o território nacional.

Quanto à natureza de despesa - Locações de mão-de-obra, esta unidade visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de cargos em extinção - pedreiro, carpinteiro, bombeiro, porteiro, motorista, vigilante, cozinheiro, etc..., sem os quais não poderia manter a unidade funcionando.

No quadro Despesa de capital, na natureza de despesa de Material Permanente, no exercício de 2015, houve uma grande despesa tendo em vista o investimento em equipamentos para atender o Programa Viver sem Limite.

2.5.8 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Em 2016 e 2015, não houve utilização do cartão de Pagamento do Governo.

2.5.9 Desempenho operacional

Em 2016, o Instituto conseguiu alcançar bons resultados, o que pode ser constatado pelo conjunto de indicadores de desempenho que integra este Relatório. Mantém-se como obstáculo para efetivação de direitos sociais das pessoas surdas por meio de ações do INES a condição socioeconômica desses cidadãos, sujeita aos efeitos da crise econômica e do desemprego, e que gera evasão em todos os níveis de ensino e até mesmo em ações de preparação para o trabalho e geração de renda.

Falta-nos, igualmente, avançar na construção e implementação de um modelo de gestão por competências, que fortaleça a capacidade de ação e oriente esforços de capacitação. Esse ponto, bem como a criação de uma unidade de acompanhamento do desenvolvimento institucional, foram inseridos nos objetivos e metas para o período 2017-2021, constantes do Anexo I.

2.2.9.3 Ações do Orçamento de Investimento

Não se aplica.

Análise crítica:

Em 2016, o orçamento do INES, aprovado na LOA e somado aos créditos suplementares, totalizou um montante de R\$ 143.016.554,00 (cento e quarenta e três milhões, dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), valores gastos para custear as despesas correntes e de capital. Deste montante, R\$ 98.852.385,28 (noventa e oito milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos) foram gastos com Pessoal Ativo, Inativo e Encargos Sociais; R\$ 4.938.211,29 (quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e onze reais e vinte e nove centavos) com Benefícios; R\$ 25.508.649,34 (vinte e cinco milhões, quinhentos e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos) com outras despesas correntes e R\$ 4.119.334,24 (quatro milhões, cento e dezenove mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos) com investimentos.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesas com Pessoal e Encargos Sociais era de R\$ 85.525.586,00, que comprovadamente não foi suficiente para custeá-las, devido ao acréscimo de despesas ao longo do exercício decorrente do aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, RSC, etc...), demandando um acréscimo de aproximadamente 16,96%, onde foi necessário gerar um crédito suplementar de R\$ 14.508.355,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais do ano de 2016 com o de 2015, houve um aumento de aproximadamente 15,24% (R\$ 13.231.321,00), ocasionado pelo pagamento do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) aos docentes, pagamentos de exercícios anteriores na ordem de R\$ 1.735.929,92 para pessoal ativo e R\$ 2.339.770,43 para pessoal inativo e pelo aumento

vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Analisando os quadros acima detalhados, podemos concluir que a dotação orçamentária atribuída ao INES ofereceu plenas condições de realização das atividades definidas para o período.

O contingenciamento do orçamento e as alterações do cronograma de repasse financeiro tiveram influência no montante inscrito em restos a pagar. Essa situação comprometeu todo o cronograma de execução dos processos de licitação, fazendo com que muitos deles fossem concluídos no último trimestre do exercício, ocasionando, assim, um grande do valor empenhado, inscritos em restos a pagar.

Podemos concluir que os esforços realizados em 2016 concorrem para que as metas traçadas no Plano Nacional de Educação, aprovado na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que tem por objetivo orientar os esforços do Governo Federal e dos sistemas de ensino até 2024, poderão ser alcançadas em menos tempo, o que representa efetivação de direitos dos cidadãos surdos brasileiros.

2.5.10 Renúncia de receitas

Esta Unidade Jurisdicionada não realiza gestão de renúncias tributárias.

2.5.11 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Relação candidato / vaga

Objetivo: aferir em que medida a escolarização bilíngue ofertada pelo Colégio de Aplicação do INES atende à procura por vagas na Educação Básica por parte de surdos, via ingresso ou transferência.

Horizonte: atender integralmente a demanda da comunidade onde se situa o Colégio, bem como de surdos que não têm atendimento próximo de sua residência e também as situações de transferência, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de surdos cadastrados em situação de pré-ingresso ou transferência dividido pelo número de vagas ofertadas pelo Colégio de Aplicação do INES.

Resultado: O número de vagas ofertadas foi determinado pela meta do PDI = 500. O número de surdos matriculados = 400. Equação: $400 / 500 = 0,8$.

Análise crítica: O INES atendeu em 100% à demanda de vagas (ingresso + transferência), mas a matrícula efetiva ficou em 80% das vagas disponíveis. Conforme mencionado em relatório anterior, tal flutuação nos resultados desse indicador pode se relacionar à crescente oferta de educação bilíngue em escolas-polo do município do Rio de Janeiro, bem como o processo de inclusão escolar que alcança outras regiões de origem de nossos alunos, como a Baixada Fluminense.

2. Relação alunos / docente

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Colégio de Aplicação contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes na oferta de escolarização do INES.

Equação básica: a relação alunos / docente é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultados: Em 2016, havia 199 professores designados no Colégio de Aplicação, mas desses, 36 eram professores substitutos (contratados temporariamente do INES ou então contratados do IFRJ em exercício no INES) e outros 43 estavam: ocupando chefias; em atividades fora de sala de aula (gestão e outras); em licença sem vencimentos e afastados para cursar mestrado ou doutorado. Assim, havia 120 (cento e vinte) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. O número máximo de alunos em processo de escolarização ao longo de 2015 foi de 400 (quatrocentos e trinta e três). Incluímos no cálculo apenas os professores do quadro permanente em efetiva regência de turma (120) e os alunos em escolarização (400). O resultado da operação $400 / 120 = 3,33$.

Análise crítica: O aluno do INES conta com um bom quadro de docentes dedicados ao ensino, considerados os seguintes fatores nesta instituição especializada:

- a) as peculiaridades do alunado (surdez severa e profunda);
- b) o fato de o INES receber muitas crianças ou mesmo jovens sem língua adquirida e em grande medida oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- c) o crescente ingresso de alunos surdos com outras condições de saúde nas turmas de escolarização (síndromes, quadros psiquiátricos, outras deficiências associadas).

O quadro docente efetivo, que havia crescido bastante entre 2014 e 2015, em razão de concursos públicos realizados, apresentou ligeiro decréscimo, devido à aposentadoria de docentes após a incorporação de vantagens financeiras relativas ao RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências, definido na Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012) a seus vencimentos. Com o início dessa incorporação em 2016, pode-se dar como certo o reequilíbrio da relação professor-aluno a partir do expressivo aumento de aposentadorias voluntárias.

3. Índice de titulação do quadro docente efetivo

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo docente efetivo para orientar ações relativas ao apoio à sua qualificação, na perspectiva da melhoria de seu desempenho pedagógico e da consequente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos do Colégio.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo docente efetivo do CAP-INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo docente efetivo é igual a $N \times 0,5 + G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $N + G + A + E + M + D$, onde N = curso normal; G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Resultados:

N = 2 x 0,5	G = 10 x 1	A = 2 x 2	E = 68 x 3	M = 63 x 4	D = 18 x 5
N = 1,0	G = 10	A = 4	E = 204	M = 252	D = 90

Equação: $604 / 182 = 3,31$ $561 / 163 = 3,44$

Análise crítica: Considerando-se que a pontuação mínima esperada seria de 163 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo apenas com Graduação, que é a exigência mínima em concursos para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica – e pontuação máxima possível seria de 815 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com Doutorado – vemos que o INES vem avançando ano a ano quanto aos resultados deste indicador de qualificação docente: **60%** da pontuação máxima em 2013, **63,5%** em 2014, **65%** em 2015, **69%** em 2016 – podendo e devendo melhorar os resultados desse Indicador nos próximos anos. Se o ingresso de docentes surdos nomeados em 2014 e 2015 trouxe ao Instituto, de maneira geral, profissionais em início de atividade e apenas com a titulação mínima exigida para o cargo, por outro lado o mesmo certame trouxe também profissionais com maior titulação – mestrado e doutorado. Os mapeamentos e o apoio previstos no Plano Anual de Capacitação e em seu Programa de Apoio vêm colaborando para a melhoria desse quadro. A aposentadoria voluntária de docentes mais antigos e que detém menor titulação do que os recém-concursados – que ocorreu de modo significativo a partir de 2016, com a incorporação de vantagens relativas à norma que instituiu o Reconhecimento de Saberes e Competências (Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012) – favoreceu igualmente a melhoria de resultados neste indicador.

4. Relação entre docentes substitutos e número total de docentes

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento à diretriz governamental e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Colégio de Aplicação.

Equação básica: número de professores substitutos dividido pelo número total de professores (efetivos do quadro permanente, mais substitutos, contratados pelo INES ou pelo IFRJ) e multiplicado por 100.

Resultados: Em 2016, tivemos 36 professores substitutos ou temporários (do INES e do IFRJ) para um total de 199 docentes vinculados ao CAP-INES: $36 / 199 = 0,18$ (= 18%)

Análise crítica: O INES vinha melhorando continuamente seus resultados nesse indicador, diminuindo a participação de substitutos em relação ao total do quadro docente – em 2013, havia sido de **0,19**, ou seja 19%, em 2014 foi de **0,13**, ou seja, 13%, e em 2015 foi de **0,09**, ou seja 9% – devido ao concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, por meio do qual foram providas 40 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 2014 e 2015. E em 2015, concluíram-se prazos de contratos, o que também concorreu para a melhoria dos resultados na época, conforme previsão em relatório anterior. Já em 2016, a marcha de aposentadorias decorrente da incorporação de vantagens (ver item anterior) acarretou um retorno aos níveis de 2013.

5. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue

Objetivo: aferir em que medida os docentes das diferentes etapas da Educação Básica têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue, em atendimento ao disposto no Decreto 5.626, de 2005.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores da Educação Básica do INES habilitados para a educação bilíngue com sujeitos surdos.

Equação básica (deverão ser feitos 4 (quatro) cálculos, um por Etapa de Ensino): número de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio do CAP-INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores da respectiva Etapa de Ensino, no CAP-INES.

Resultados: O cálculo foi efetuado considerando-se apenas os professores respondentes de questionário aplicado pela Direção do Colégio. Outras possibilidades de aferição deverão ser consideradas no próximo exercício, dado o fato de que profissionais mais antigos do Instituto dominam bem a Libras pelo tempo de convívio e trabalho com surdos, mas muitos não chegaram a fazer curso de Libras e tampouco obtiveram Certificado de Proficiência. Os resultados por Etapa foram:

Etapa SEDIN: 1,0 (100%)

Etapa CAAF: $2 / 2 = 1,0$ (100%)

Etapa SEF1 (1º segmento): = 1,0 (100%)

Etapa SEFN (Noturno): = 0,7 (70%)

Etapa SEF2 (2º segmento) / SEME: = 0,96 (96%)

Análise crítica: Os resultados demonstram que se mantém o patamar do exercício anterior. Cabe realçar que o Edital do mais recente concurso público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico valorizou conhecimento prévio da Língua de Sinais. Adicionalmente, cabe informar que todos os profissionais nomeados e empossados a partir de aprovação no referido Concurso ingressaram automaticamente em turma específica do Curso de Libras ofertado pelo próprio Instituto.

6. Taxa de evasão escolar

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão escolar com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos de cada etapa da Educação Básica do INES desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica no ano letivo.

Resultados: O número de alunos desligados ao final do ano letivo = 77. O número de alunos matriculados no ano letivo = 400. Equação: $77 / 400 = 0,19$.

Análise crítica: O resultado de permanência de alunos matriculados vinha oscilando: 86% em 2013, 90% em 2014, 86% em 2015, mas em 2016 teve alteração mais expressiva, passando a 81%. Os

seguintes fatores deverão ser analisados: 1. a situação de vulnerabilidade socioeconômica de parcela considerável das famílias, particularmente a dependência do Benefício de Prestação Continuada – BPC e do Bolsa Família, identificada a partir de questionário socioeconômico aplicado para fins de atribuição de cestas básicas recebidas em parceria com o Poder Judiciário no apoio a penas alternativas e a partir de pesquisa de Mestrado em Educação (UNIRIO) conduzida por profissional do Serviço Social do Instituto, em especial no contexto de recessão e desemprego; 2. a grande distância entre moradia e escola para a maioria dos alunos, também objeto de análise na mencionada pesquisa. Mas a análise desse dado deve ser feita em conjunto com a variação no *ingresso de alunos*, que tem apresentado decréscimo ano a ano.

7. Taxa de utilização da biblioteca do INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente e docente do CAP INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por eles.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca pelos alunos.

Equação básica: número de acessos à Biblioteca por parte de alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio (SEF2 e SEME) e de docentes desses segmentos em Atividades de Interação com Educandos (acesso = pesquisa em terminais de internet + pesquisa de itens do acervo + empréstimo de itens do acervo) dividido pelo total de alunos SEF2 e SEME + total de docentes SEF2 e SEME.

Resultados e análise crítica: Se em 2015 houve apenas 7 ocorrências de pesquisa em acervo e 7 empréstimos de itens do acervo por parte de alunos do CAP-INES, em 2016 a pesquisa restringiu-se a 2 alunos, assim como os empréstimos (2 alunos fizeram um total de 19 empréstimos). Possivelmente, o uso de novas tecnologias *mobile* (*smartphones* e *tablets*) pode ter redirecionado as estratégias de pesquisa, uma vez que muitos textos importantes no contexto da Educação Básica – Literatura, por exemplo – encontram-se disponíveis na internet, inclusive no portal www.dominiopublico.gov.br, que é a Biblioteca Digital do Ministério da Educação. Isso é confirmado pelo dado de 25 alunos do Colégio de Aplicação terem feito pesquisa nos terminais de internet na Biblioteca do INES, ao longo de 2016.

8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes em Atividades de Interação com Educandos em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do CAP-INES.

Equação básica: Número de docentes em Atividades de Interação com Educandos do Colégio de Aplicação que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano, dividido pelo número de docentes do CAP-INES.

Resultados: Para o cálculo deste Indicador, contabilizamos apenas os docentes efetivos do CAP INES em regência de turma em sala de aula ou em laboratórios e oficinas, que são 120 (cento e vinte).

Desses, 36 (vinte e dois) realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento. Equação: $36 / 120 = 0,30$.

Análise crítica: O resultado de **30%** de engajamento de docentes do Colégio em atividades de pesquisa e extensão é satisfatório, pois é o dobro do que foi alcançado no período anterior. A Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ratificou o entendimento de que são atividades inerentes à carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico “o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão institucional”, o que guarda estreita relação com o escopo de atuação de um centro de referência nacional. Se em 2014 e 2015 assumiu um expressivo contingente de novos professores efetivos que, apesar de terem elevada titulação acadêmica e conhecimento básico da língua de sinais, detinham ainda pouca familiaridade com o campo da educação de surdos a ponto de já contribuírem na difusão de conhecimentos, o fato é que a experiência está se construindo e mais profissionais estão se engajando.

9. Índice de tempestividade no atendimento educacional infantil

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento a crianças surdas na Educação Infantil do INES se realiza no tempo certo em relação à ocorrência da surdez nessas crianças, na perspectiva de orientar ações institucionais e interinstitucionais que, reduzindo tal intervalo, assegurem a tais alunos adequado desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Horizonte: Diminuir progressivamente a diferença entre a idade média de ocorrência da surdez (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) em crianças atendidas na Educação Infantil do INES e a idade média de início do seu atendimento nessa Etapa de Ensino, por parte do Instituto.

Equação básica: Idade média de Início do Atendimento em Educação Infantil - IAEI das crianças matriculadas nessa etapa de ensino no INES menos idade média de Ocorrência (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) da Surdez (de *causa conhecida* – pré-natal, perinatal ou pós-natal – ou *idiopática*) - OS, onde IAEI é obtida pela soma das idades de ingresso de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças e OS é obtida pela soma das idades de ocorrência da surdez de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças, sendo atribuído 0 (zero) ano para os casos individuais de surdez de causa pré-natal ou perinatal.

Obs.: As *causas conhecidas* da surdez podem ser divididas em: **pré-natais** (hereditárias ou relacionadas a doenças adquiridas pela mãe durante a gravidez, tais como rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes, intoxicações intrauterinas; agentes físicos como raio X, alterações endócrinas como diabetes ou tireóide, ou ainda relacionadas a carências alimentares; **perinatais** (traumatismos obstétricos; anóxia); **pós-natais** (doenças infecciosas; bacterianas – ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe; virais; intoxicações; trauma acústico). A surdez é dita *idiopática* quando sua causa é desconhecida.

Resultados:

A) Idade média de início do atendimento no INES (Informações fornecidas pelo SEDIN)

--- soma das idades: 20

--- nº de crianças: 08

--- equação: $20 / 08 = 2,5$

B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria) (Informações fornecidas pela DIAU)

--- soma das idades: 14

--- nº de crianças: 08

--- equação: $14 / 08 = 1,75$

Resultado final: A) - B) = $2,5 - 1,75 = 0,75$

Análise crítica: Depois de significativa diminuição (20%) de 2014 para 2015, os resultados de idade média de início de atendimento no INES retornaram a 2,5 anos, tendo havido porém redução na idade média de ocorrência da surdez diagnosticada em audiometria. A Divisão de Audiologia do INES havia realizado, em 2015, 1.033 testes da orelhinha em bebês, e em 2016 realizou 39% a menos: 634 testes. Mas chama a atenção a sensível redução na matrícula de crianças surdas na Educação Infantil do INES, de 70% (27 crianças em 2014 e apenas 8 em 2015) e a elevação na idade média de ingresso. Isso pode indicar que está havendo um deslocamento em relação à preferência das famílias quanto à matrícula inicial em Educação Infantil de suas crianças, mas pode também indicar evasão. O INES precisa fazer uma avaliação detida da realidade da educação infantil e da situação de saúde auditiva de seus alunos para buscar respostas aos resultados desse indicador.

10. Taxa de sucesso nas ações de preparação para o trabalho e a geração de renda

Objetivo: aferir em que medida as ações de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à comunidade, na perspectiva da promoção do Trabalho Decente, têm possibilitado a permanência e a conclusão com aproveitamento por parte de pessoas surdas adultas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas que concluem com aproveitamento os cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à pessoas surdas da comunidade.

Equação básica - observação: vínhamos trabalhando com a equação “número de concluintes dos cursos dividido pelo número de ingressantes”, mas optamos por redefinir a abordagem, uma vez que o número de ingressantes pode não refletir a capacidade e a adequação da oferta de vagas em relação à demanda. Assim, propõe-se como nova equação “número de concluintes dividido pelo número de vagas ofertadas”.

Resultados: Em 2016, houve 60 vagas em seis cursos diferentes (operador de computador, publisher, brindes para festas 1 e 2 e artesanato com materiais reaproveitáveis 1 e 2) e 42 concluintes. Portanto, 70% foi o resultado da taxa de sucesso nessas ações.

Análise crítica: consideramos positivos os resultados, mas realçamos a necessidade de a Instituição buscar parcerias que possibilitem às pessoas surdas o acesso a efetiva profissionalização, por exemplo, com institutos federais e escolas técnicas do Sistema S.

11. Índice de efetividade na transição para o Trabalho Decente

Objetivo: aferir em que medida as oportunidades de acesso ao Trabalho Decente às quais o INES encaminha pessoas surdas cadastradas – via treinamento em serviço ou participação em processo seletivo, em empresas têm se traduzido em contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho firmado entre essas pessoas e as empresas ofertantes das vagas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas com mais de 14 anos de idade e cadastradas pelo INES que, por meio do acesso a treinamento em serviço em empresas e de participação em processo seletivo realizado por empresas alcançaram efetiva inserção em Trabalho Decente.

Equação básica: número de pessoas Surdas ingressantes em Trabalho Decente - STD, onde STD equivale ao resultado da soma de contratos individuais de aprendizagem ou de trabalho firmados, dividido pelo número de Oportunidades de Acesso ao Trabalho tornadas disponíveis pelo INES - OAT, onde OAT compreende A (vagas de treinamento em serviço em empresas) + B (participação em processo seletivo em empresas).

Observação: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Resultados: Em 2016, houve 204 oportunidades de acesso ao trabalho, que compreendem (A) vagas de treinamento em serviço em empresas + (B) vagas em processo seletivo em empresas. Dessas vagas, 68 foram preenchidas. Equação: $68 / 204 = 33,4\%$

Análise crítica: O resultado de 33,4% de efetivações no trabalho de pessoas surdas encaminhadas pelo INES em relação às vagas disponibilizadas está aquém do que podemos realizar, mas um fato positivo é que houve 15 empresas ofertantes de vagas, nos mais diversos ramos de atividade econômica.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Quadro V – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Professores Equivalentes	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	200	201	206	219	213

Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	NA	NA	NA	NA	NA
Alunos de Residência Médica (AR)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Quadro VI – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	NA	NA	NA	NA	NA
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	NA	NA	NA	NA	NA
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,6	4,4	3,51	3,57	3,12
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Em 2016, contou-se com 39 (quarenta) docentes em atuação no Curso de Graduação, sendo 33 Doutores, 3 Mestres e 3 Especialistas. Aplicando-se a fórmula do Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD, temos: $[5 \times 33 + 3 \times 3 + 2 \times 3] \div [33 + 3 + 3] = [165 + 9 + 6] \div [39] = [180] \div [39] = 4,61$. Resultado: o ICQD do Curso Bilíngue de Pedagogia do INES foi de **4,6** (quatro vírgula seis).

Análise crítica: Nos termos da legislação vigente e com base em consulta informal à CGU, firmamos o entendimento de que os componentes dos indicadores em tela, de maneira geral (alunos em tempo integral; envolvimento discente com pós-graduação [Stricto Sensu]; conceito CAPES/MEC para pós-graduação [Stricto Sensu]; hospital universitário; residência médica; oferta semestral de cursos) não correspondem à realidade de uma instituição como o INES – que tão-somente mantém um curso de graduação (desde 2006) e um de especialização Lato Sensu (desde 2008) – e sim à de Universidades Federais. Nos quadros acima, assinalamos “NA” nos casos que correspondem a esse entendimento.

Quanto ao Quadro V, nos termos da Decisão do TCU em tela, “aluno efetivamente matriculado é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso”. Quanto ao Quadro VI, registramos que a implementação do curso iniciou-se em 2006, com apenas 8 (oito) professores efetivos, 4 deles com doutorado, e com esse quadro se manteve por alguns anos. Com a ampliação do número de turmas, foi necessária a contratação de professores temporários e isso impactou nos resultados. Em 2013, com o compromisso assumido pelo INES de conduzir um curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue de abrangência nacional, foi lançado o Edital nº 29/2013, que logrou aprovar e nomear, em 2014 e 2015, 28 (vinte e oito) novos docentes de Magistério Superior para o Quadro do Instituto, com titulação de Doutorado, o que teve impacto positivo sobre a qualificação docente. Isso explica a sensível melhora no perfil de qualificação do corpo docente do INES. A seguir, apresentamos outros Indicadores para o campo da Educação Superior, construídos pela Instituição.

1. Relação candidato / vaga

Objetivo: aferir em que medida a Educação Superior ofertada pelo INES atende à procura por vagas por parte de surdos e ouvintes.

Horizonte: atender integralmente a demanda das pessoas surdas e não-surdas por Ensino Superior, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de candidatos em processo seletivo para ingresso no curso de graduação em Pedagogia dividido pelo número de vagas ofertadas pelo INES para o referido curso no ano letivo. Cálculo: 343 / 60.

Resultado: Relação Candidato/Vaga					
2016	2015	2014	2013	2012	2011
5,71	6,35	6,06	5	5	4

Análise crítica: O desenvolvimento do Curso, sua divulgação (na rede pública de ensino, na internet, nas redes sociais e nos movimentos surdos) e a inserção de egressos têm contribuído para que se mantenha regular a demanda. Demonstra-se o acerto da definição de turnos Manhã e Noite (anteriormente, Tarde e Noite), estabelecidos para atender à situação do aluno trabalhador.

2. Relação alunos / docente em tempo integral

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Ensino Superior do INES contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de Ensino Superior pelo INES.

Equação básica: a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultado: Relação Aluno/Docente em tempo integral					
2016	2015	2014	2013	2012	2011
5,12	5,02	5,56	10,69	11,5	10,8

Análise crítica: A demanda pelo Curso Bilíngue cresceu e se mantém estável. Ao mesmo tempo, muitos alunos concluíram e apresentaram suas monografias, alcançando a formatura e a colação de grau. Nos últimos anos, houve ampliação expressiva do número de professores efetivos, com boa titulação e em regime de dedicação exclusiva, nomeados a partir da aprovação em concurso público de provas e títulos.

3. Relação entre docentes temporários e número total de docentes

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores temporários em relação ao total de professores do Ensino Superior do INES.

Equação básica: número de professores temporários dividido pelo número total de professores.

Resultado: Relação Docentes substitutos/total de docentes					
2016	2015	2014	2013	2012	2011
0,00	0,00	0,19	0,57	0,55	0,63

Análise crítica: O resultado positivo verificado em 2015 e mantido em 2016, de zerar a participação de substitutos na força de trabalho docente, deve-se à nomeação, em 2014 e 2015, de professores efetivos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013.

4. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue

Objetivo: aferir em que medida os docentes da graduação ofertada pelo INES têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores habilitados para a educação em contexto bilíngue com sujeitos surdos e não-surdos.

Equação básica: número de professores do Ensino Superior do INES (graduação) com curso completo de Língua de Sinais ou com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores do Ensino Superior do INES (graduação).

Resultado: Taxa de prontidão docente para educação bilíngue					
2016	2015	2014	2013	2012	2011
1,00	0,55	0,16	0,24	0,26	0,27

Análise crítica: Os resultados indicam que foram plenamente alcançados os objetivos de prontidão para o ensino bilíngue, relacionados a dois fatos: as nomeações, em 2014 e 2015, de docentes efetivos aprovados no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013, e o fato de esse edital já valorizar o conhecimento da LIBRAS e a experiência de trabalho com surdos.

5. Taxa de sucesso no Ensino Superior

Objetivo: aferir em que medida a formação inicial desenvolvida pelo INES possibilita que os ingressantes no Ensino Superior do Instituto completem os estudos no respectivo tempo recomendado.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem no prazo recomendado o curso de graduação INES em que se matricularam.

Equação básica: número de concluintes de graduação dividido pelo número de ingressantes 4 (quatro) anos antes.

Resultado: Houve 32 concluintes de graduação em 2016 para 58 ingressantes em 2012 (para o período 2013-2016, quatro anos de tempo previsto para realização do curso). Sendo assim, temos $32 / 58 = 0,55\%$.

Resultado: Taxa de sucesso no Ensino Superior					
2016	2015	2014	2013	2012	2011
0,55	0,64	0,73	1,2	0,46	0,22

Análise crítica: Alguns fatores interferem nos resultado deste Indicador, como as dificuldades enfrentadas por alunos surdos na elaboração de suas monografias, a estruturação de recursos tecnológicos e humanos para registro filmado de apresentação em LIBRAS, e os trancamentos de matrícula motivados principalmente por questões de trabalho ou de vulnerabilidade socioeconômica. O INES vem investindo em ações que deverão melhorar esses resultados: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação e publicação de um Manual para a Elaboração de Monografias em Libras; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, etc. Não obstante, consideramos positivo o resultado de 55% de concluintes no prazo previsto.

6. Taxa de evasão

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos do Ensino Superior INES (graduação) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados na graduação INES no início do ano letivo.

Resultado: Houve 22 desligamentos em 2016, para 233 matrículas no ano letivo (ativas e trancadas). Sendo assim, temos $22 / 233 = 0,09$

Resultado: Taxa de Evasão					
2016	2015	2014	2013	2012	2011
0,09	0,21	0,16	0,21	0,11	0,07

Análise crítica: Houve sensível melhoria em relação à evasão, possivelmente relacionada às mudanças e aos apoios efetivados – geração de material de apoio acadêmico (resenhas, manual para elaboração de monografias) em Libras; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); ajuste de horários de oferta do curso para atender à condição do(a) aluno(a) trabalhador(a).

7. Taxa de utilização da biblioteca do INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente do INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por docentes e discentes da Educação Superior do Instituto.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca Especializada Vicente Penido Burnier pelos alunos e professores da Educação Superior do Instituto.

Equação básica: número de acessos (incluindo 5 situações: pesquisa bibliográfica; elaboração de ficha catalográfica; frequência do usuário; consulta ao acervo e empréstimo de materiais) de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação) dividido pelo total de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

2.430 acessos por parte de alunos ou docentes / 227 alunos de graduação ou pós-graduação com matrícula ativa + 39 docentes (graduação e pós-graduação) = 2.430 / 266 = **9,13**.

Taxa de utilização da biblioteca do INES					
2016	2015	2014	2013	2012	2011
9,13	10,03	3,90	3,74	1,71	X

Análise crítica: Os alunos têm utilizado com frequência a Biblioteca, mas os docentes podem fazê-lo com mais regularidade. De todo modo, o resultado é positivo, e manteve o patamar alcançado no ano anterior. Medida a ser adotada, em conformidade com o PDI, é a aprovação de uma Política de Acervo e a constituição de uma Comissão responsável pela avaliação e aquisição de acervo.

Os resultados de utilização da Biblioteca podem ser impactados pelo uso crescente de novas tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de acesso ao conhecimento, incluindo livros e artigos científicos, a exemplo do portal www.dominiopublico.gov.br, Biblioteca Digital do Ministério da Educação, dos Bancos de Teses e Dissertações e do Portal de Periódicos da CAPES.

8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes do Ensino Superior do INES em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do Ensino Superior INES.

Equação básica: Número de docentes da Educação Superior INES (graduação e pós-graduação) que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano dividido pelo número de docentes do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Observação: Para todos os fins de cálculo, docentes que ministrem aulas tanto na graduação quanto na pós deverão ser contabilizados apenas uma vez.

Resultado: Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez					
2016	2015	2014	2013	2012	2011
0,38	0,15	0,13	0,82	0,90	0,89

Análise crítica: O resultado anterior (2014 e 2015) explicava-se pelo ingresso de um número elevado de novos docentes via Concurso Público nesses anos, que tiveram que construir uma experiência para ter condições de atuar na difusão de conhecimento na área da surdez e, em 2016, passaram também, como os mais experientes, a ter uma atuação desse tipo.

9. Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica

Objetivo: Dimensionar o grau de envolvimento dos discentes do Ensino Superior INES (graduação) nas atividades de monitoria e iniciação científica.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de alunos em ações de monitoria e iniciação científica, para o aperfeiçoamento de sua formação e ampliação de horizontes de inserção futura na vida acadêmica – na docência, na pesquisa ou em ambas.

Equação básica: Número de alunos de graduação que participaram de atividades de iniciação científica ou monitoria no ano letivo dividido pelo número de alunos de graduação INES habilitados, nos termos das normas vigentes, a participar de tais atividades.

Resultado: Houve participação de 31 alunos de graduação em atividades de I.C. ou Monitoria para 123 alunos habilitados (exclui-se o quantitativo de alunos de último período, conforme normas vigentes, bem como alunos que apenas estão cursando dependência). Resultado $31 / 123 = 0,25$.

Resultado: Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica					
2016	2015	2014	2013	2012	2011
0,25	0,13	0,03	0,03	0,09	X

Análise crítica: A instalação dos programas de apoio é recente, mas já está alavancando uma significativa participação de alunos, com 17 bolsistas de iniciação científica e 14 de monitoria, ao longo de 2016, 25% dos alunos habilitados.

10. Avaliação do curso de Graduação do INES segundo egressos

Objetivo: aferir a adequação da proposta curricular e das competências construídas no curso de graduação em Pedagogia do INES em relação à empregabilidade e às habilidades e competências requeridas no exercício profissional com base na percepção de seus egressos, como um balizamento

para intervenções que se mostrem necessárias em termos de: currículo; planos de ensino; metodologias; perfil / qualificação do corpo docente; prontidão para a educação bilíngue; recursos didáticos, etc.

Horizonte: ampliar gradativamente a percepção positiva por parte dos egressos por meio de ações que aperfeiçoem o planejamento e desenvolvimento do curso de Pedagogia do INES.

Equação básica: percentuais médios obtidos a partir do posicionamento de egressos com respeito a afirmações sobre o curso bilíngue de graduação em Pedagogia do INES:

Com relação ao curso de Pedagogia do INES, de que você participou, expresse sua opinião com base em sua trajetória no curso e posterior inserção (ou não) no trabalho:

1. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram ótimas condições de empregabilidade e foram fundamentais para que eu alcançasse uma excelente inserção profissional, mostrando-se altamente relevantes para um exercício profissional competente.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

2. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram boas condições de empregabilidade, foram importantes para que eu alcançasse uma boa inserção profissional e se mostraram em boa medida condizentes com o que é requerido para um bom exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

3. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram razoáveis condições de empregabilidade e contribuíram para minha inserção no trabalho, mostrando-se adequados ao que é requerido no exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

4. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram pouca condição de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se aquém do que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro

- () discorda
- () discorda totalmente

5. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, não me asseguraram condições de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se incompatíveis ou insuficientes em relação ao que é requerido para o exercício profissional.

- () concorda totalmente
- () concorda
- () é indiferente ou neutro
- () discorda
- () discorda totalmente

Análise crítica: Encontra-se em pauta a formulação de uma Política de Acompanhamento de Egressos, que dará origem a uma sistemática de gestão da informação capaz de nutrir com dados o correspondente indicador. Em 2016, foi elaborado o projeto de pesquisa sobre egressos, que está sendo desenvolvido por um grupo de docentes do DESU e do NEO. A coordenação desse projeto é do Professor Dr. Ricardo Janoário, do DESU

REFERENCIALIDADE NA ÁREA DA SURDEZ

1. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez à escolarização formal

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas à educação.

Horizonte: Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas à educação.

Equação básica: Número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela Divisão de Audiologia do INES – DIAU que foram encaminhadas formalmente para matrícula na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) – do INES ou de outras instituições escolares (B + C + D) – dividido pelo número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela DIAU-INES (A + B).

Observação: Em 2014, o INES construiu formulários que são preenchidos no ato de agendamento / atendimento em audiologia, para nutrir com dados este Indicador. Os dados já começaram a ser coletados e mostram uma ampliação no percentual de atendimentos relacionados direta ou indiretamente relacionados ao acesso e permanência na escola por parte de crianças em idade de escolarização:

Quadro VII: Diagnóstico da surdez e acesso ou permanência na escola

	Total de pessoas atendidas		Bebês para teste da	Crianças de até 12 anos	Percentual de atendimentos
	Da	Alunos do			

Ano	comunidade (A)	INES (B)	orelhinha (C)	(D)	relacionados à escolarização
2013	3.506	581	1.550	1.067	78% (3.198 / 4.087)
2014	3.094	994	1.587	986	87% (3.648 / 4.088)
2015	2.667	457	1.033	837	74% (2.327 / 3.124)
2016	3.097	619	720	875	59% (2.214/3.716)

2. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez ao Trabalho Decente

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas ao Trabalho Decente.

Horizonte: Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas ao Trabalho Decente, abrangendo, para esses sujeitos, as situações de: ingressar na Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem (maiores de 14 e menores de 24 anos, nos termos da Lei 11.180, de 2005); firmar Contrato de Trabalho, ainda que em regime de experiência (maiores de 16 anos, nos termos da CLT); participar de processo de reabilitação profissional (art. 203 da Constituição; Decreto 129, de 1991, que promulga a Convenção 159, da OIT; Decreto 3.048, de 1999).

Equação básica: Número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES, que foram encaminhadas para: matricular-se em curso de Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem; firmar Contrato de Trabalho, ainda que em caráter de experiência; ou participar de processo de Reabilitação Profissional junto ao INSS, dividido pelo número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

Observação 1: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Observação 2: Na passagem de 2013 a 2014, quando se iniciou o registro para esse indicador, foi apurada a seguinte relação entre o atendimento audiológico de jovens e adultos realizado pelo INES e a utilização desse atendimento pelos usuários desse serviço para o acesso ou a permanência no trabalho.

Quadro VIII: Atendimentos audiológicos e acesso ou permanência no trabalho

Ano	Jovens e adultos atendidos em exames audiológicos	Jovens e adultos atendidos em exames audiológicos para acesso ou permanência no trabalho	Resultado em termos percentuais
2013	1.470	587	40%
2014	1.515	885	29%
2015	1.254	553	44%
2016	2.121	623	29%

3. Taxa de sucesso em Curso de Libras

Objetivo: aferir em que medida o ensino de Libras desenvolvido pelo INES tem assegurado permanência e conclusão com bom aproveitamento.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem com sucesso sua aprendizagem de Libras em curso ministrado pelo INES.

Equação básica: número de concluintes com aproveitamento do Curso de Libras nos dois semestres letivos, dividido pelo número de matriculados nos dois semestres letivos.

Resultados: 1.165 concluintes / 1.423 matriculados = **0,82**.

Análise crítica: O resultado alcançado, de 82% dos alunos matriculados concluírem o Curso de Libras, pode ser considerado positivo. O número de desistentes no Curso de LIBRAS, segundo o relato dos alunos, está relacionado principalmente à situação socioeconômica, agravada pela recessão vigente em 2016 e alto índice de desemprego. O gasto com passagens é apontado como principal motivo de desistência e/ou trancamento da matrícula.

O fato de que todos os professores de Libras do INES são profissionais surdos concursados e certificados concorre positivamente para o sucesso do Curso.

4. Índice de qualificação da produção editorial científica do INES na área da surdez

Objetivo: aferir em que medida o produto editorial *Espaço*, informativo científico do INES a partir da nova Política Editorial – que visa difundir o conhecimento resultante de pesquisa na área da surdez – atende aos requisitos estipulados pelo Sistema Qualis, da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, para passar do Grau B4 para o Grau B3 até 2015. Buscar melhores resultados na avaliação do periódico científico institucional favorecerá a democratização do acesso à informação e ao conhecimento (via disponibilização on-line e indexação em bases de dados), em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), bem como a captação e divulgação de artigos originais de pesquisadores de ponta na área da surdez, em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência.

Horizonte: elevar o resultado da avaliação do período científico Espaço, do INES, no Sistema Qualis, da Capes, de B4 para B3 até 2015, por meio do cumprimento anual dos critérios próprios do Grau almejado. A meta é alcançar e manter o resultado 1, que indicará que todos os 10 quesitos estão plenamente atendidos.

Equação básica: número de itens plenamente atendidos pelo periódico científico *Espaço*, do INES, em relação aos critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, dividido pelo total de 10 (dez) critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, a seguir discriminados:

- “1 – (X) É publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica;
- 2 – (X) Atende às normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior);
- 3 – (X) Tem circulação nacional;
- 4 – (X) Está disponível on-line;
- 5 – (X) Possui periodicidade mínima de 2 números anuais;
- 6 – (X) Apresenta regularidade na edição dos números;
- 7 – (X) Possui conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições;
- 8 – (X) Publica ao menos 12 artigos por ano, com diversidade institucional dos autores;
- 9 – (X) Pelo menos 40% de artigos estão vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 10 – (-) Está indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

Observações: 1. Nos termos do sítio < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis> >:

“Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.”

2. Nos termos do Documento de Área - Educação, disponível no sítio < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> >, os critérios que possibilitam a um periódico alcançar a classificação B3 são os seguintes:

“Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições . Publicar no mínimo 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores; pelo menos 40% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3

instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

Resultados: vide preenchimento dos quesitos acima: **90%**.

Análise crítica: O Resultado de 90% de atendimento dos critérios sinaliza a possibilidade de se alcançar, no médio prazo, uma elevação no Grau obtido no Sistema *Qualis*. Um importante impulso para esse resultado positivo foi a implementação, em 2016, da Política Editorial construída por um grupo de trabalho nos últimos anos. O Instituto, e particularmente o Departamento onde se desenvolvem as ações da Comissão Editorial, passou a contar com Tradutores e Intérpretes de Libras concursados e o Instituto passou a contar com uma jornalista também concursada. O INES busca, junto ao Ministério do Planejamento cargos para o Quadro de Pessoal do INES relacionados ao seu papel editorial, incluindo Revisor de Texto, Fotógrafo, Web Designer, etc.

5. Índice de democratização do acesso ao conhecimento e à informação na área da surdez, produzido e/ou disseminado pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida os conhecimentos e informações gerados e/ou veiculados pelo INES via produção editorial (vídeos institucionais, anais de eventos, livros, publicações avulsas, periódicos escaneados ou em versão eletrônica, documentos históricos, etc.) têm seu acesso democratizado – em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência e em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), no sentido de estarem disponíveis para visualização e/ou *download* no Portal do Instituto na internet, observadas as normas de acessibilidade e respeitados os direitos autorais e demais dispositivos legais vigentes.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de itens da produção editorial do INES disponíveis no Portal do Instituto na internet.

Equação básica: número de itens (títulos) da produção editorial do INES plenamente disponíveis no Portal do Instituto na internet dividido pelo número de itens (títulos) catalogados da produção editorial do INES.

Resultados: Segundo dados de 2015, os títulos disponíveis da produção editorial do INES são 4 títulos de periódicos, 1 título de coleção textual e videográfica, 5 títulos de anais de eventos e 2 títulos de manuais e panfletos informativos:

1. PERIÓDICOS (4 títulos)
 - Arqueiro (periódico técnico)
 - Espaço (periódico técnico-científico)
 - Fórum (registro de evento)
 - Revista Audiologia
2. COLEÇÕES TEXTUAIS E VIDEOGRÁFICAS (1 título)
 - Coleção Educação de Surdos: 10 volumes
3. ANAIS DE EVENTOS (5 títulos)
 - Congresso Internacional e Seminário Nacional

- Fórum Bilíngue
 - Seminário Nacional Políticas e Práticas
 - Semana Pedagógica
 - Semana de Iniciação Científica
4. MANUAIS E PANFLETOS INFORMATIVOS (2 títulos)
- Direito das Pessoas Surdas
 - Saúde do Surdo

Desses 12 títulos existentes em estoque físico, 5 (cinco) encontram-se disponíveis no Portal do Instituto na rede mundial de computadores ou via link para o sítio eletrônico da TV INES, o que corresponde a 41%.

Análise crítica: Deve-se destacar a ampliação significativa em relação ao resultado do ano anterior (17%), e principalmente a disponibilização de todos os números dos diferentes periódicos do Instituto bem como de sua memória Institucional, em atendimento às diretrizes da Lei de Acesso à Informação e em consonância com a missão de um centro de referência.

6. Taxa de qualificação de profissionais ligados à educação de surdos por meio de eventos locais, nacionais e internacionais promovidos pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida os eventos promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez alcançam profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento das pessoas surdas em todo o Brasil.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nos eventos promovidos pelo INES.

Equação básica: número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nos eventos locais, nacionais e internacionais (Fóruns, Encontros, Seminários, Congressos, etc.) promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, dividido pelo total de participantes efetivos desses eventos.

Resultados: 4.096 profissionais ligados à educação de surdos de todo o Brasil foram capacitados por meio de ações do Instituto, incluindo 1 congresso internacional, 1 seminário na Região Norte (11 municípios atendidos), 2 fóruns no Rio de Janeiro, 14 assessorias técnicas (49 municípios atendidos), 5 palestras, 1 Programa de Prática Profissional e visitas técnicas que acolheram pessoas/profissionais do Brasil (18 Estados) e de 9 outros países. Equação: $4.096 / 4.096 = 1$.

Análise crítica: O resultado de **100%** deve-se à definição de foco – na apresentação de eventos como congressos e fóruns, indicar o público alvo, para evitar a inscrição de pessoas que acabam não participando com proveito (alunos muito jovens; amigos ou parentes de surdos); o mesmo no estabelecimento de parcerias para seminários e assessorias técnicas – e à não realização, em 2016, do Encontro de Pais de Surdos do Estado do Rio de Janeiro, cujo público majoritário é composto de pais, mães ou responsáveis por pessoas surdas.

7. Participação de profissionais ligados à educação de surdos em ações de cooperação técnica com Estados e Municípios, promovidas pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida as ações de cooperação técnica com Estados e Municípios – promovidas pelo INES para apoiá-los na formulação e implementação de políticas públicas nessa área, visando à inclusão social e educacional das pessoas surdas, e para a difusão de conhecimentos e informações – têm alcançado profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento educacional das pessoas surdas em todo o Brasil.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nas ações de cooperação técnica do INES com Estados e Municípios – Seminários, Assessorias Técnicas (de responsabilidade do INES), Palestras de profissionais do INES em eventos locais, a convite dos organizadores, bem como Visitas Técnicas ao INES.

Equação básica: número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nas ações de cooperação técnica promovidas pelo INES dividido pelo total de participantes nessas ações.

Resultados: Equação: $1.557 / 1.557 = 1,0$.

Análise crítica: O índice de 100% reflete o interesse despertado, bem como sinaliza a efetivação do papel do INES como centro de referência nacional na área da surdez. Em 2016, em termos de cooperação técnica no Brasil, o INES promoveu 1 seminário que atendeu 17 cidades de dois estados, capacitando 536 profissionais; 9 assessorias técnicas que atenderam 7 cidades de estados diferentes e capacitaram 515 profissionais, e, além disso, recebeu 506 profissionais de 18 estados brasileiros e de 8 países estrangeiros em capacitações e visitas técnicas. Deve-se trabalhar para manter a participação desse público específico e ampliar a realização de Seminários nas regiões que mais necessitem.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

Tomando por base a referência a conselho de administração, entendemos que o Conselho Diretor previsto no Regimento Interno da Instituição cumpre funções semelhantes, uma vez que, com ampla representatividade – direção, docentes, discentes, técnicos administrativos e pais de alunos – tem como competências: a proposição de diretrizes de funcionamento; o parecer sobre proposta orçamentária; a participação no planejamento estratégico e no acompanhamento de sua execução; o estabelecimento de critérios para a realização de concursos; a concepção de requisitos e normas de avaliação de desempenho, progressão, mudança de regime de trabalho de técnicos e docentes, etc. Suas regras são estabelecidas em regimento próprio.

O INES mantém as seguintes Comissões:

- Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): A criação de uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) em cada instituição federal de ensino reporta-se ao Decreto nº94.664,

de 1987. Tendo passado por mais algumas regulamentações durante esse período, atualmente as Leis nº12.772 e 7.806, ambas de dezembro de 2012, definem que a CPPD deve “prestar assessoramento ao colegiado competente ou ao dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente”;

- Comissão Própria de Avaliação (CPA): A legislação básica que fundamenta a avaliação institucional é a seguinte: Lei 9.394/1996 (LDB); Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e as atribuições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES; Portaria MEC nº 2.051/2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES. As competências da CPA são:
 - sensibilizar a comunidade interna para a importância da autoavaliação institucional;
 - escolher a metodologia da aplicação de uma avaliação institucional voltada para o INES;
 - avaliar o INES de forma global, tendo em vista o permanente aperfeiçoamento das atividades fim e meio, bem como sua integração;
 - avaliar a qualidade do processo pedagógico;
 - apresentar à comunidade interna, convidando a comunidade externa para os momentos de apresentação, os resultados das avaliações do INES;
 - manter os relatórios da CPA disponíveis no site do INES.

Com respeito aos demais Comitês, temos a informar que:

- 1) em 2016, iniciou-se a implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), elaborado em 2014, já conduzido por um Comitê de Tecnologia da Informação. A realização sistemática de concursos públicos para Analista e Técnico de TI superou por completo as pendências com terceirizações nessa área considerada estratégica. Adicionalmente, cumpre informar que, nos termos das diretrizes de Política de Segurança em TI do PDTI / INES, o Instituto passou a utilizar, em 2015, ferramenta de segurança tecnológica (antivírus) adquirida em 2014, com softwares licenciados por 36 meses;
- 2) em 2016 contamos já com engenheiro concursado, que analisa propostas e projetos de obras. Foi instituída, via Portaria, Comissão de Fiscalização de Obras. Encontra-se pendente a efetivação do Plano Diretor de Obras;
- 3) Também em 2016, foi designada no INES Comissão multissetorial encarregada de conduzir o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 (Portaria 532, de 19/9/2016, publicada em 30/9/2016, com posse e início dos trabalhos em 6/10/2016). Os trabalhos encontram-se em fase de consolidação;
- 4) Em 2016, o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto (CEP-INES) foi cadastrado, capacitado (pela Universidade Federal Fluminense) e autorizado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a iniciar suas atividades de recebimento e análise de projetos, a partir de 2017.

Temos a informar, por fim, que em atendimento a diretrizes vigentes e a recomendações dos órgãos de controle, o INES adquiriu e instalou Sistema de Almoxarifado e Patrimônio, para o qual foi realizada capacitação.

O INES ainda não pôde implantar sua Unidade de Auditoria Interna em 2016, considerando ter enfrentado grave carência no quadro de pessoal, sanada, em parte, somente a partir de outubro de 2014 e ao longo de 2015, quando teve início o provimento em caráter efetivo de candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital nº 29/2013 (DOU de 30/12/2013). Além disso, faz-se necessário retomar as

discussões para atualização do Regimento Interno do INES, previstas no PDI INES 2017-2021, a fim de redimensionar suas ações e sua estrutura.

3.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

As atividades de correição no âmbito desta unidade acontecem regularmente, observados os normativos em vigor, inclusive no tocante ao registro das informações relativas a processos disciplinares em observância aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, notadamente no que se refere ao prazo de 30 dias para sua inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam.

3.3 Gestão de riscos e controles internos

3.3.1 Ambiente de atuação

O ambiente de atuação do INES é de dupla natureza: o Instituto é, ao mesmo tempo, participante de processos de formulação de políticas públicas educacionais em nível nacional e ofertante de serviços educacionais em nível local. Isso demanda dupla expertise: acerca dos marcos jurídicos, políticos, teóricos e metodológicos concernentes à educação de surdos no mundo e no Brasil, e acerca das melhores práticas pedagógicas relacionadas a esse alunado.

O cenário no qual se insere o Instituto é complexo. Com quase 160 anos de existência, o que começou como pequena escola no Império é hoje um centro de referência nacional que oferta educação desde a estimulação de bebês até a pós-graduação. Nesse cenário, sua atuação nem sempre é bem compreendida, dadas suas especificidades históricas.

O INES já foi uma instituição asilar e segregadora, mas nem sempre e não apenas isso – tanto que nas décadas de 50 e 60 do século passado qualificou professores de todo o Brasil para o atendimento escolar de alunos surdos. Mas desde meados da década de 90 do século XX, teve seu papel redefinido na perspectiva de colaborar com os sistemas de ensino na quebra de barreiras a esses alunos e de promover a autonomia e a emancipação dos surdos como cidadãos e, cada vez mais, como integrantes de uma comunidade linguística brasileira – notadamente a partir da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005, que reconheceram e dispuseram sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

As políticas educacionais vigentes definem como caminho prioritário a construção de escolas inclusivas, abertas e capacitadas ao atendimento da diversidade de seus alunos, incluindo aqueles com deficiência auditiva e com surdez.

E o ambiente de atuação do INES contempla o apoio à implantação dessas políticas, por meio:

- da formação e qualificação de docentes surdos e ouvintes (em nível de graduação e pós-graduação), no plano local (cursos presenciais) e nacional (curso a distância para polos de todo o País);
- da produção e socialização em nível local e nacional de conhecimento técnico e científico na área da surdez e da educação de surdos;
- da concepção, desenvolvimento e distribuição gratuita aos sistemas de ensino de materiais de apoio aos profissionais que atuam com alunos surdos ou com deficiência auditiva;
- da cooperação técnica com os sistemas de ensino na construção e implementação de suas políticas relacionadas a esse segmento da população;
- do apoio à consolidação e difusão da Língua Brasileira de Sinais, por exemplo, por meio da web TV bilíngue – Libras e Português – acessível de diferentes formas.

Ao mesmo tempo, deve-se realçar que o INES, como instituição de ensino, busca definir e aperfeiçoar sua identidade como referência em Pedagogia Bilíngue, sintonizada com as demandas de

identidade linguística e cultural das comunidades surdas brasileiras, amparadas na legislação acima citada e, sobretudo, no Decreto 6.949, de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Com base no exposto, o cenário atual sinaliza que a missão do INES tem dois vetores:

- 1) apoiar os sistemas de ensino para que sejam construídas e consolidadas escolas públicas cada vez mais aptas a receber e atender com qualidade e acessibilidade o aluno surdo;
- 2) subsidiar a construção de uma política nacional de educação bilíngue – o que o Instituto vem fazendo, ao tomar parte em Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério da Educação para esse fim – que contemple escolas bilíngues pautadas nas reivindicações das comunidades surdas brasileiras, ao mesmo tempo tentando tornar-se uma escola bilíngue de referência.

3.3.2 Riscos ou obstáculos e ações implementadas

A seguir, descrevemos os principais riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos, bem como as correspondentes ações adotadas para enfrentá-los:

Riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos	Ações implementadas para mitigar os riscos ou obstáculos identificados
a) A Lei de Acesso à Informação traz diretrizes claras de disponibilização de conteúdos gerados pela instituição a cidadãs e cidadãos brasileiros, e em 2015 o INES contava com apenas 17% de seus títulos disponíveis em seu portal na Internet. Assim, além de não se cumprir as diretrizes legais, comprometia-se o cumprimento de sua missão como centro de referência e também deixava de atrair pesquisadores de ponta, pelo fato de que periódicos científicos não disponíveis online têm notas menores no Sistema de Avaliação <i>Qualis</i> , da CAPES.	Em 2016, realizou-se um esforço e toda a produção institucional de periódicos nas últimas décadas foi digitalizada e disponibilizada na internet, no portal do Instituto.
b) Os periódicos do INES, em especial a revista Espaço, estavam perdendo visibilidade e reconhecimento no meio científico devido à não atualização de seu formato em meio eletrônico.	Em 2016, deu-se a criação do Portal de Periódicos do INES, na plataforma <i>Open Journal Systems</i> , para disponibilização de periódicos técnicos e científicos do Instituto.
c) Com oferta de graduação e pós-graduação lato sensu, 10 grupos de pesquisa em funcionamento e 37 pesquisas em desenvolvimento no Instituto, uma instituição com a missão de ser um centro de referência não poderia deixar de ter um Comitê de Ética em Pesquisa próprio, ficando na dependência de parcerias e auxílios externos.	Em 2016, o INES conseguiu constituir, capacitar (em colaboração com a Universidade Federal Fluminense), estruturar e obter autorização junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa de seu Comitê de Ética em Pesquisa, o CEP-INES, que inicia suas atividades em 2017.
d) Corria o ano de 2016 e o Instituto ainda não contava com documento de planejamento estratégico para o período subsequente.	Foi designada no INES Comissão multissetorial encarregada de conduzir o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 (Portaria 532, de 19/9/2016, publicada em 30/9/2016, com posse e início dos trabalhos em 6/10/2016). O documento está em fase de consolidação.
e) O INES vinha realizando atividades consideradas de ouvidoria (consultas, reclamações, sugestões, elogios) de maneira não-formalizada. Os vários setores tratavam de realizar tais atendimentos, sem um gerenciamento	Por meio da atividade de ouvidoria, o INES recebe e responde consultas, reclamações, sugestões e elogios de alunos, professores, funcionários e do público externo regularmente, de maneira presencial, por telefone e por meio de link no Portal na

adequado, sem definição de local ou responsável específico, e sem utilização de recursos comunicacionais disponíveis. Isso foi trazido à tona em avaliações do Instituto relativas à oferta de ensino superior e poderia comprometer a transparência e o direito do usuário de discutir a atuação exercida pelo INES.

internet. No entanto, identificamos a necessidade de estruturar adequadamente essa atividade como um setor da Instituição com atribuições e responsáveis definidos, canais de comunicação específicos, espaço e recursos próprios, etc., dado que ainda não seguimos os padrões disseminados de melhores práticas na área. Isso inclusive foi levantado em avaliação externa no processo de credenciamento do Instituto para oferta de curso de graduação. Para tanto, promoveremos capacitação de servidores (cursos a distância respaldados pela CGU) e designação de responsáveis; definição de espaços, mobiliário e recursos humanos e tecnológicos; reforma em nosso Regimento Interno para contemplar Ouvidoria como instância independente; criação de espaço próprio interativo no portal INES na internet e na intranet, entre outras medidas.

4 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro IX - Força de trabalho da unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	512	450		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	512	450		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	507	445	4	25
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	3		
2. Servidores com Contratos Temporários	37	37	20	2
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	549	482	24	27

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – INES

Quadro X – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	226	232
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	226	232
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	221	232
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	

1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	
2. Servidores com Contratos Temporários		37
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	226	269

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – CRH / DEPA / INES

Quadro XI – Detalhamento do quadro de cargos em comissão e funções comissionadas da unidade

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	9	9	9	9
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	9	9	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	5	5	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	2	3	1
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados	2	2	2	
2. Funções Gratificadas	52	39		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	52	38	28	28
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	61	48		

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – CRH / DEPA / INES

4.1.1.1 Qualificação e capacitação da força de trabalho da unidade

A Unidade vem mapeando demandas por capacitação em consonância com as competências institucionais requeridas e, nos termos do Decreto 5.707/2006 e dispositivos regulamentares, o Instituto, nos termos de seu Plano Anual de Capacitação – PAC e Programa de Apoio, vem apoiando servidores em eventos de capacitação de curta média e longa duração.

Análise crítica: Algumas das carências do quadro de pessoal do Instituto haviam sido supridas com o ingresso dos servidores aprovados em concursos públicos para os cargos de Professor da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, Técnico Administrativo em Educação e Professor de Magistério Superior, cujas nomeações ocorreram a partir do mês de outubro de 2014 e se estenderam ao longo de 2015. Tais nomeações, em observância aos termos da Lei nº 8.745/93, levaram à inicialmente à diminuição do número de profissionais contratados. Igualmente, o Instituto conseguiu zerar sua cota de terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97.

A partir de 2016, com a esperada conclusão dos trabalhos relativos à concessão do Reconhecimento de Sabres e Competências, nos termos da Lei 12.772, de 2012 e respectivos dispositivos de regulamentação e o incentivo que aquela Lei dá à busca de titulação, ampliaram-se significativamente tanto o número de aposentadorias voluntárias, principalmente da carreira docente, quanto o número de afastamentos para capacitação de longa duração (pós-graduação stricto sensu: mestrado e doutorado), e com isso aumentou o número de contratos temporários.

4.1.2 Demonstrativo das despesas do pessoal

Quadro XII - Despesas do pessoal

DESPESAS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
	2015	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	21.897.702,17	12.164.920,65	3.141.369,50	1.513.870,70	3.046.002,95	1.989.769,45	NA	1.792.781,59	44.852,76	45.591.569,77
	2015	21.627.695,11	9.191.275,52	2.745.400,73	2.229.367,75	1.995.877,23	1.336.329,10	NA	54.550,55	NA	39.180.495,99
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	235.200,27	49.471,88	19.303,95	5.464,17	36.778,32	15.112,79	NA	NA	NA	361.331,38
	2015	184.456,96	NA	15.480,70	7.213,50	9.533,00	17.888,74	NA	1.192,20	NA	235.765,10

Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	1.255,909,23	NA	109.725,18	18.011,34	271.078,07	NA	NA	NA	NA	1.654.723,82
	2015	553.310,77	NA	83.573,66	43844,13	20534,13	NA	NA	NA	NA	701.262,69

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração (DEPA)

4.1.3 Riscos identificados na gestão de pessoas

A Unidade vem mapeando as demandas por capacitação em consonância com as competências institucionais requeridas. No entanto, cumpre destacar que algumas categorias funcionais da carreira dos cargos Técnicos Administrativos em Educação, a exemplo, do Analista de Tecnologia da Informação (NS) e do Assistente de Alunos (NM), registram algumas desistências ou vacâncias, mas tais questões na sua quase totalidade foram sanadas por nomeações de candidatos aprovados e habilitados em concursos públicos, restando somente uma pendência, também prestes a ser sanada. Nos subitens abaixo, informamos sobre eventuais ocorrências de irregularidades em 2016 ou em anos anteriores com repercussão no exercício de referência.

4.1.3.1 Irregularidades na área de pessoal

4.1.3.1.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201313588/001, de 22 de outubro de 2013, a Controladoria Geral da União, recebemos planilha contendo indícios de exercício de outra atividade remunerada por três professores com dedicação exclusiva; e/ou pertenceram, em dezembro de 2011, ao quadro societário de Sociedade Privada, na qualidade de Acionista diretor; e/ou Acionista presidente; e/ou Administrador; e/ou Diretor; e/ou Presidente; e/ou Sócio-gerente; e/ou Sócio administrador; e/ou Tesoureiro.

Procedemos à análise das ocorrências constantes das planilhas e informamos à CGU sobre a instauração de Processos Administrativos Disciplinares, de nº 23121.002126/2013-71, nº 23121.002123/2013-37 e n.º 23121.002130/2013-39, a fim de apurar possíveis irregularidades. Os dois primeiros foram concluídos e arquivados, com aplicação da pena de Advertência, e não houve danos ao erário. O terceiro, relativo à Professora Leila Maria Dias Manhães de Paula, foi concluído em 10/12/2014, tendo sido aplicada a penalidade de Advertência, conforme Portarias e Julgamento. Foi solicitada à Unidade de Recursos Humanos do INES a adoção das providências para o ressarcimento ao erário, observado o relatório final. Em 18 de novembro de 2015, a servidora interpôs recurso no âmbito da Instituição, ainda em análise.

Todos os processos encontram-se integralmente cadastrados no Sistema CGU-PAD.

4.1.3.1.2 Terceirização irregular de cargos

Não houve no exercício de referência.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Não houve contratação de estagiários no exercício de referência. Não obstante, o quadro de contratos estabelecidos ou mantidos para a prestação de serviços (pessoal de apoio) apresenta-se a seguir.

Quadro XIII – Contratos de prestação de serviços (pessoal de apoio)

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Nacional de Educação de Surdos						
UG/Gestão: 152005						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços continuados de 02 (dois) salva-vidas e de 01 (um) operador de piscina.	05.389.181/0001-03	17/03/2016	16/03/2021	Ensino médio completo	E
2016	Prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos.	09.000.091/0001-30	17/02/2016	16/02/2021	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Prestação de serviços de: combate, controle e monitoramento de pragas urbanas, englobando: dedetização, desratização, descupinização em todas as áreas internas e externas do INES, bem como combate às larvas de mosquito	09.263.494/0001-71	01/06/2016	31/05/2021	Não há especificação.	P
2016	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva	03.045.711/0001-70	01/12/2016	30/11/2021	Ensino Fundamental Completo	P

	nas instalações prediais					
2016	Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos e serviços postais, telemáticos e adicionais, nas modalidades nacional e internacional	34.028.316/0002-94				Não há especificação. E
2016	Prestação de serviços de suporte técnico (service desk) e manutenção de equipamentos de informática.	11.425.781/0001-82	01/12/2016	30/11/2021		Não há especificação. P
2016	Prestação de serviços continuados de Telefonia Móvel (SMP) pós-pago, com fornecimento de aparelhos e do serviço de longa distância nacional, para uso funcional.	40.432.544/0001-47	23/12/2016	22/12/2021		Não há especificação. P
2016	Prestação de serviços de: Assistência técnica, socorro mecânico e manutenção preventiva para veículos oficiais do INES.	34.043.125/0001-10	09/06/2016	08/06/20121		Não há especificação. P
2016	Prestação de serviços técnicos continuados de Operação e controle de 2 (dois) estúdios de gravação e transmissão de vídeo-aulas e controle do Auditório, bem como Manutenção	27.815.174/0001-69	07/11/2016	06/11/2021		Nível técnico E

	preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio, vídeo e iluminação dos estúdios e auditórios.					
2012	Prestação de serviços de suporte à infraestrutura de TI.	32.185.480/0001-07	24/06/2015	24/06/2016	Nível Técnico	P
2012	Prestação de serviços de suporte à infraestrutura de TI.	32.203.135/0001-40	24/06/2014	24/06/2017	Nível técnico	E
2012	Prestação de serviços de lavagem e passagem de roupas do INES.	33.216.805/0001-26	18/08/2015	18/08/2016	Não há especificação.	P
2012	Prestação de serviço de seguros automotivos.	61.573.796/0001-66	26/11/2015	25/11/2016	Não há especificação.	P
2013	Prestação de serviço de distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica	09.168.704/0001-42	02/01/2013	01/01/2018	Não há especificação.	A
2013	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	04.371.782/0001-26	23/01/2013	22/01/2018	Não há especificação.	P
2013	Contratação de serviços continuados de 23 recepcionistas.	14.793.641/0001-55	01/03/2013	28/02/2018	Ensino Fundamental.	P
2013	Contratação de fornecimento mensal continuado de serviço telefônico fixo comutado STF,	33.000.118/0001-79	02/06/2013	31/05/2018	Não há especificação.	P

	modalidade local e longa distância internacional das ligações originadas no Instituto Nacional de Educação de Surdos					
2015	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em todo o sistema de monitoramento por câmeras do INES	35.855.733/0001-93	03/11/2015	02/11/2020	Não há especificação.	E
2013	Contratação de serviços de feitura, distribuição, guarda de alimentos e limpeza da cozinha.	03.358.040/0001-06	11/09/2013	10/09/2018	Nível fundamental.	P
2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro	32.086.274/0001-31	13/11/2013	12/11/2018	Não há especificação.	P
2013	Contratação de serviços especializados para manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade.	02.590.254/0001-32	01/01/2014	02/01/2019	Não há especificação.	P
2014	Contratação de serviços continuados de 04 (quatro) cozinheiros para atender a Divisão de Nutrição do INES.	08.228.161/0001-49	10/03/2014	09/03/2019	Nível fundamental.	P
2014	Contratação de serviços de vigilância/segurança patrimonial desarmada	03.372.304/0001-78	01/05/2014	30/04/2019	Nível fundamental.	P
2014	Contratação de	10.548.069/0001-08	09/06/2014	29/01/2020	Não há especificação.	E

	serviços de programação visual (apuração, criação e execução do projeto gráfico e digital/eletrônica) para as publicações do INES					
2014	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da central telefônica PABX marca LEUCOTRON 01E130RA4RD.	68.568.021/0001-41	01/07/2014	30/06/2019	Não há especificação.	P
2016	Contratação de serviços de manutenção de sistemas de refrigeração.	03.716.285/0001-50	01/08/2016	31/07/2021	Não há especificação.	E
2016	Manutenção software de gestão patrimonial e almoxarifado	24.936.973/0001-03	01/12/2016	30/11/2021	Não há especificação.	P
2015	Contratação de serviços de coleta e transporte de lixo extraordinário.	09.423.108/0001-61	13/10/2015	12/10/2020	Não há especificação.	E
2014	Fornecimento de solução para interpretação e comunicação com surdos e clientes com capacidade reduzida de audição, por meio de equipamentos de videoconferência e intérpretes em LIBRAS), em Regime de Comodato	13.659.947/0001-50	02/12/2014	01/12/2019	Não há especificação.	P
2015	Contratação de	68.313.105/0001-34	13/11/2015	13/11/2020	A única exigência foi	E

	serviços continuados de 06 motoristas.				a carteira de Habilitação na categoria "D".	
2015	Serviço de recebimento, armazenamento e distribuição de alimentos e materiais.	08.228.161/0001-49	06/04/2015	05/04/2020	Ensino médio completo ou Curso na área de Logística e Administração de Almoarifado.	A
2015	Serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES	02.196.013/0001-03	01/04/2015	01/04/2020	Não há especificação.	A
2015	Prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva dos elevadores	05.531.749/0001-89	30/07/2015	29/07/2020	Não há especificação.	A
2015	Serviços de fiscalização e acompanhamento das obras e serviços de reforma elétrica e predial	01.329.144/0001-59	17/08/2015	17/04/2016	Nível superior completo.	A
2016	Prestação de serviços de promoção de eventos.	08.973.746/0001-93	05/10/2016	04/10/2017	Não há especificação.	E
2015	Prestação dos serviços de programação visual (apuração, criação e execução do projeto gráfico e digital/eletrônica) para as publicações do INES	00.568.263/0001-00	16/12/2015	16/12/2016	Não há especificação.	A
2015	Prestação dos serviços de produção gráfica	12.622.028/0001-40	17/12/2015	17/12/2016	Não há especificação.	A

	para publicações do INES					
2012	Fornecimento de gás canalizado	33.938.119/0001-69	02/01/2012	01/01/2017		
2012	Fornecimento de energia da Light	60.444.437/0001-46	02/01/2012	01/01/2017		
2013	Locação de copiadoras	05.630.085/0001-05	03/06/2013	02/06/2018		
2014	Fornecimento de antivírus	00.394.445/0273-01	29/09/2014	29/09/2017		
2016	Serviço de correio eletrônico colaborativo	01.427.728/0001-67	25/04/2016	24/04/2021		
2016	Serviço de urgência e emergência médico escolar	42.355.131/0001-32	01/07/2016	30/06/2021		
2016	Desenvolvimento gráfico e midiático - NEO	07.402.534/0001-93	03/10/2016	02/10/2021		
2016	Serviço de firewall	73.514.382/0002-45	04/11/2016	03/11/2021		

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração do INES

4.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve no exercício de referência.

4.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

1. Relação entre número de servidores técnico-administrativos terceirizados e total de servidores dessa categoria no Instituto

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo prover os cargos da área técnico-administrativa por meio de concurso público, inclusive em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados, e também em observância aos princípios da economicidade, do fortalecimento da memória institucional e da qualidade dos serviços prestados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de servidores terceirizados em relação ao corpo técnico-administrativo do Instituto.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos terceirizados, dividido pelo número total de servidores da área técnico-administrativa.

Resultados e análise crítica: Todo o quadro técnico administrativo do INES, nos termos da legislação vigente, é composto exclusivamente de servidores efetivos concursados. O INES alcançou a meta, em cumprimento à legislação vigente e às indicações dos órgãos de controle.

2. Taxa de prontidão bilíngue do corpo técnico-administrativo do INES

Objetivo: aferir em que medida os servidores da área técnico-administrativa do INES de nível médio e superior têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de servidores técnico-administrativos habilitados à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de servidores técnico-administrativos do Instituto.

Observação: Ainda não foram criados instrumentos para levantamento de dados nesse Indicador, mas podemos adiantar que todos os servidores concursados nomeados nos últimos anos, nos termos de nosso PDI 2012-2016, têm passado pelos cursos de Língua de Sinais do INES. Em 2015, foram 109 servidores concluintes, entre os antigos e os recém-concursados.

3. Índice de titulação do corpo técnico-administrativo do INES

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo técnico-administrativo para orientar ações relativas ao apoio à qualificação na perspectiva da melhoria de seu desempenho profissional e do consequente aperfeiçoamento da gestão institucional e do atendimento às pessoas surdas.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo técnico-administrativo do CAP INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo técnico-administrativo é igual a $G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $G + A + E + M + D$, onde G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Observação: O INES conta com o seguinte perfil de corpo técnico administrativo:

Ensino Fundamental Incompleto (I) ou Completo (C)		Ensino Médio (Md), Médio e Técnico (MT), Médio Profissionalizante (MP) ou apenas Técnico (T)				Ensino Superior: Graduação (G); Aperfeiçoamento (A); Especialização (E); Mestrado (M)			
I	C	Md	MT	MP	T	G	A	E	Ms.
1	2	58	11	3	1	56	n/c	76	18

4. Taxa de capacitação de servidores públicos federais em exercício no INES em processos de qualificação e requalificação

Objetivo: aferir em que medida o corpo técnico-administrativo do Instituto vem participando de ações de capacitação, nos termos da Lei 8.112, de 1990 e consoante às diretrizes do Decreto 5.707, de 2006 – que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990 – bem como do Plano Anual de Capacitação do Instituto e seu Programa de Apoio, visando, nos termos desses documentos institucionais, “aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo” e “desenvolver nos servidores as competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais”.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de capacitação.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES que participaram plenamente – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de ações de capacitação, dividido pelo número de servidores do corpo técnico-administrativo do Instituto.

Observação: Em 2013, teve início a implementação do Plano Anual de Capacitação de Servidores do INES. No ano de 2015, iniciamos a coleta de dados, com os seguintes resultados ainda não discriminados entre corpo docente e corpo técnico-administrativo: 52 servidores participando de cursos e treinamentos em geral; 41 servidores participando de congressos, simpósios, fóruns, encontros, colóquios e outros, de natureza externa; 109 servidores participando de Curso de Libras ofertado pelo próprio INES e 190 servidores participando do Congresso Internacional do INES. Além disso, dentro do Programa de Desenvolvimento do PAC-INES, que prevê apoio institucional à realização de cursos de educação formal, de graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), tivemos 3 servidores apoiados para fazer graduação, 2 servidores apoiados para pós-graduação lato sensu e 1 servidor apoiado para mestrado. Em 2016, não houve cálculo desse indicador, o que deverá ser retomado em 2017.

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1 Gestão da frota de veículos

4.2.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da unidade

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
 - Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950;
 - Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996;
 - Instrução Normativa nº 9, de 26 de agosto de 1994, do Ministério do Estado da Administração Federal e Reforma do Estado;
 - Lei 8.112/90.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UNIDADE;

Os veículos disponíveis são vitais para o pleno funcionamento do Instituto. Por meio da sua frota veicular, o INES assegura o atendimento de todas as suas demandas logísticas. Considerando os seus 11.000m² de área edificada e seus 44.000m² de área geográfica, destaca-se e ratifica-se como iniciativa pioneira a aquisição, em 2011, do Carro Elétrico, movido a bateria elétrica recarregável, utilizado para o transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção, consoante a matéria disposta no Decreto de nº 5.296/2004.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UNIDADE, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UNIDADE (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CLASSIFICAÇÃO	QUANT.	GRUPO
Renault	Logan Sedan	2007/2008	Flex	KXP 1129	Veículo de serviço	01	IV-A
Renault	Logan Sedan	2013	Flex	KPW 3406	Veículo de serviço	01	IV-A
Volkswagen	Kombi	2008/2009	Flex	KNT 4433	Veículo de serviço	01	IV-A
ZC 2068 6P, com 01 cadeirante.	Veículo Elétrico Obs. Fabricado sob encomenda.	2011	Bateria Recarregável	LUX 9656	Veículo de serviço utilizado para transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004	01	IV-A
Agrale	Microônibus	2007/2008	Diesel	LUX 9656	Veículo de uso coletivo	01	IV-D
Fiat	Van-Ducato	2007/2008	Diesel	LUV 9886	Veículo de uso coletivo, adaptado com plataforma elevatória, com vistas ao transporte de cadeirante. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004.	01	IV-D
Fiat	Van Ducato	2010	Diesel	LLM 5271	Veículo de uso coletivo	01	IV-D

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES		
RELAÇÃO DE GASTOS DOS VEÍCULOS DO INES - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016		
VEÍCULOS	QUILÔMETROS RODADOS	CONSUMO DE COMBUSTÍVEL
KOMBI (KNT-4433)	1.238 KM	297,18 LITROS DE GASOLINA/ÁLCOOL
VAN DUCATO (LUV-9886)	4.887 KM	821,37 LITROS DE DIESEL
VAN DUCATO (LLM-5271)	12.101 KM	1.426,37 LITROS DE DIESEL
LOGAN (KXP-1129)	11.791 KM	2.284,38 LITROS DE GASOLINA/ÁLCOOL
LOGAN (KPW-3406)	5.117 KM	1.468,89 LITROS DE GASOLINA/ÁLCOOL
ÔNIBUS (LUX-9646)	1.808 KM	349,27 LITROS DE DIESEL
TOTAL:	36.942 KM RODADOS	6.647,46 LITROS DE GASOLINA/ÁLCOOL/DIESEL
MOTORISTAS	IDADE	
AVELINO	60	
MARCELO	37	
ENEAS	24	
SIDNEY	42	
LUCIANO	35	
SILVIO	53	
		IDADE MÉDIA DOS MOTORISTAS: 42 anos

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

GRUPO	MÉDIA
IV-A	8,2 anos
IV-D	9 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

- Combustíveis e Lubrificantes Automotivos: R\$ 22.822,11
- Manutenção de Veículos: R\$ 56.063,91
- DPVAT: R\$ 1.160,44
- Seguro dos Veículos: R\$ 5.488,05
- Acessórios para Veículos: 0,00
- Instalação de Plataforma Elevatória para Acessibilidade: R\$ 0,00
- Total: R\$ 85.534,51

g) Plano de substituição da frota;

Está em fase elaboração o plano de diretrizes para a substituição de veículos. No entanto, vale a pena esclarecer que os veículos em funcionamento são revisados periodicamente – manutenção preventiva e corretiva –, assegurando-se as condições essenciais de utilização.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
Atividades fins e meios da Instituição.

i) Estrutura de controles de que a UNIDADE dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
Adoção de todos os procedimentos de segurança que garantam a utilização da frota de veículos.

4.2.1.2 Frota de veículos automotores a serviço da unidade, mas contratada de terceiros

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;
Não se aplica no caso do INES.
- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;
Não se aplica no caso do INES.
- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Não se aplica no caso do INES.

- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
Não se aplica no caso do INES.
- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UNIDADE;
Não se aplica no caso do INES.
- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UNIDADE (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
Não se aplica no caso do INES.
- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;
Não se aplica no caso do INES.
- h) Idade média anual, por grupo de veículos;
Não se aplica no caso do INES.
- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;
Não se aplica no caso do INES.
- j) Estrutura de controle existente na UNIDADE para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.
Não se aplica no caso do INES.

4.2.1.3 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Encontra-se em fase de elaboração, nesta UNIDADE, o plano de diretrizes para a substituição de veículos e destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. No entanto, vale a pena esclarecer que os veículos em funcionamento são revisados periodicamente – manutenção preventiva e corretiva –, assegurando-se as condições essenciais de utilização, por meio de contrato com oficina mecânica especializada. Existe, no momento, somente um veículo fora de uso: Volkswagen Parati, ano 2005, Flex, Placa KQQ 2647, considerada veículo de serviço pertencente ao Grupo IV-A. Ela deverá ser submetida à avaliação mecânica em 2017 para definição da possibilidade ou não de reparos para colocá-la em funcionamento.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

4.2.3.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro XIV - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF 1 – Rio de Janeiro	9	9
	município 1 – Rio de Janeiro	9	9
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	0	0
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		9	9
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		9	9

Quadro XV – Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da unidade, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
152005	600100390.500-5	21	3	173.735.968,71	31.12.2015	216.693.769,83		
152005	600103032.500-6	Locação para terceiros	3	218.962,73	31.12.2015	273.103,25		
152005	600104260.500-9	Locação para terceiros	3	382.820,02	31.12.2015	477.475,75		
152005	600104666.500-6	Em regularização - outros	3	221.904,93	31.12.2015	276.772,94		
152005	600104667.500-1	Em regularização - outros	3	428.133,88	31.12.2015	533.993,87		
152005	600104668.500-7	Em regularização - outros	3	181.710,02	31.12.2015	226.639,47		
152005	600104669.500-2	Em regularização - outros	3	181.710,02	31.12.2015	226.639,47		
152005	600104670.500-8	Em regularização - outros	3	250.362,86	31.12.2015	312.267,35		
152005	600104671.500-3	Em regularização - outros	3	246.423,86	31.12.2015	307.354,40		
Total: 219.328.016,33							0,00	0,00
Fonte: Atualização pelo índice IPCA								

4.2.3.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

Não houve no exercício de referência.

4.2.3.3 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UNIDADE

O INES não tem imóveis funcionais da União sob sua responsabilidade.

Análise crítica: Os bens imóveis relacionados no quadro em tela, de propriedade da União e sob responsabilidade e cadastrados via SPIUNET na UG do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, são controlados pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU/RJ. No âmbito do INES, o gerenciamento do Patrimônio é realizado pelo Serviço de Patrimônio, setor este ligado tecnicamente ao Departamento de Planejamento e Administração – DEPA/INES.

Informo que o Departamento de Planejamento e Administração (DEPA), designou o engenheiro civil Klaus Lennon Ferreira Pontes, matrícula 1219492, para realização dos procedimentos (cálculo da área construída do edifício principal e das oito casas) para fins de regularização dos imóveis do INES. A capacitação do servidor mencionado para a execução dessa tarefa está sendo providenciada por conta do órgão.

Conforme visto no treinamento de capacitação no SPIUNET, feito pela senhora Fátima Vieira Saraiva, os procedimentos para regularização dos imóveis dependem da conclusão dos trabalhos do servidor citado anteriormente. A senhora Fátima enfatizou-me que deveria ser feito levantamento da área construída dos imóveis com laudo técnico assinado pelo profissional responsável para que as reavaliações do ano de 2016 pudessem ser lançadas e, somente desta forma poderíamos dar continuidade na regularização dos referidos imóveis.

Quanto aos imóveis ocupados irregularmente, informamos que os mesmos já se encontram desocupados, e somente outros quatro encontram-se ocupados por servidores ativos.

Informamos ainda que nos anos de 2015 e 2016 não houve mudança no quadro patrimonial do INES.

4.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O INES não tem sob sua responsabilidade bens imóveis locados de terceiros.

4.3 Gestão da tecnologia da informação

O INES possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), disponível em seu portal na internet, que abrange o triênio 2015-2017. O PDTI-INES tem por objetivo avaliar as situações atuais e futuras da gestão de TI, tendo como parâmetros os objetivos estratégicos da organização. Dessa forma, o documento é o principal instrumento orientador da organização no sentido de direcionar seus investimentos e aquisições de bens e serviços relacionados à tecnologia da informação e comunicação (TIC) de forma a maximizar o cumprimento de seus objetivos estratégicos, permitindo nortear e acompanhar a atuação da área de TI, definindo, planejando e elaborando metas e ações para sua implantação. Nos termos do item 1.3 – Alinhamento Estratégico daquele documento, afirma-se que:

um elemento chave para o sucesso do PDTI do INES é a sua integração e alinhamento com o planejamento estratégico de TIC e as estratégias de negócio do Instituto. Como não havia um PETI (Planejamento Estratégico de TI), o documento norteador deste trabalho de análise passou a ser o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2012-2016, que define os objetivos e perspectivas estratégicas do Instituto. (PDTI-INES 2015-2017)

A Divisão de Informática do INES compõem-se de uma Chefia, por servidor efetivo da Casa, e quatro Setores: Administrativo, Desenvolvimento de Sistemas, Redes e Segurança e Suporte ao Usuário. Ao final de 2016, havia, além da Chefia, uma Assistente Administrativa; 2 Técnicos em T.I. em Desenvolvimento; 2 técnicos em T.I. em Rede e 3 Técnicos em T.I. em Suporte. Existe outra estrutura no INES que contempla a área de T.I. Trata-se do Núcleo de Educação Online (NEO), vinculado à Direção Geral e cuja atribuição é a criação de infraestrutura em T.I. para a efetivação do Curso de Pedagogia Bilíngue a ser conduzido pelo INES para polos de todo o Brasil, conforme estabelecido no Plano Viver sem Limite. No NEO, há 5 Técnicos em T.I., 1 Assistente Administrativo e 3 Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.

A Instituição dispõe hoje de um quantitativo em torno de 500 estações de trabalho, 91 notebooks, 519 tablets, 19 servidores de rede, sendo 15 em Linux e 04 em Microsoft, 104 SWITCHs, 25 Racks, 02 Roteadores, 02 DIO, 12 prédios interligados por Fibra Óptica, tráfego de dados internamente a 10/100 Mbits e um link de Internet por Fibra Óptica de 1GB/s de velocidade com a RNP - Rede Rio.

A Divisão de Informática, durante esse período, vem atendendo a toda demanda de trabalho, executando treinamentos, desenvolvendo sistemas, orientando assim um melhor aproveitamento e tornando mais dinâmicos os trabalhos técnicos e pedagógicos.

Com referência aos equipamentos direcionados aos usuários, o INES se encontra em condições bastante aceitáveis no aspecto da atualização de hardware, pois as especificações técnicas da SLTI proporcionaram uma grande melhoria na aquisição de novos equipamentos, pois os padrões mínimos exigidos, sem dúvida, influenciaram na qualidade dos equipamentos adquiridos.

Ressaltamos as informações abaixo prestadas sobre o **processo de desenvolvimento/manutenção** do(s) seguinte(s) sistema(s):

O INES possui servidores de banco de dados concentrados no seu Data Center principal. Segundo dados levantados existem atualmente 55 bases de dados em 04 servidores físicos, isto acontece porque existem servidores de desenvolvimento e produção. A plataforma de banco de dados existente hoje no INES é SQL Server 2000, PostgreSQL e MySQL.

Destacamos ainda como pontos positivos da área de TI em 2016, alguns deles já como realizações de metas estabelecidas no PDTI 2015-2017:

- Suporte ao Congresso do INES (anual).
- Atendimento a maior número de projetos de sistemas de informática.
- Ampliação do alcance da rede sem fio. Houve troca de equipamentos com access points mais novos e eficientes.
- Suporte aos usuários utilizando tecnologia de acesso remoto.
- Substituição de equipamentos antigos.
- Atualização de conteúdos do site do INES.
- Atualização dos servidores de DESENVOLVIMENTO e PRODUCAO
- Atualização do servidor de e-mails, utilizando o software ZIMBRA
- Manutenção preventiva de computadores.
- Instalação de micros e impressoras nos diversos Setores e Departamentos
- Manutenção da página da CPL - Comissão Permanente de Licitação, para a divulgação dos pregões eletrônicos.
- Apoio técnico aos diversos projetos da Instituição
- Suporte Técnico aos Fóruns pontuais do DDHCT
- Manutenção dos Sistemas de apoio ao negócio da instituição.
- Participação no Fórum e cursos da RNP 2016.
- Atualização e expansão gradativa do parque de equipamentos de informática.
- Ampliação do número de profissionais da área de suporte.

- Atualização dos computadores da Sala dos Servidores da DINFO.
- Aquisição de uma nova solução Firewall.
- Atualização gradativa do parque de equipamentos (computadores, notebooks e servidores).
- Aquisição de uma nova solução Zimbra.
- Formalização do Acordo de Cooperação do INES com a REDECOMEP.
- Atualização da versão do software de virtualização VMWARE.

Entre as ações planejadas para o ano de 2017, à luz do PDTI 2015-2017, podemos mencionar:

- Expansão do Link de fibra ótica, através da RNP do projeto da RedeCOMEP.
- Continuidade na Atualização e expansão gradativa do parque de equipamentos de informática.
- Reestruturação do cabeamento lógico de todo o INES.
- Implantação da rede sem fio corporativa.
- Ampliação do número de profissionais da área de desenvolvimento.
- Ampliação do número de profissionais da área de rede.
- Aprovação da política de segurança do Instituto.
- Configuração e otimização de ativos de rede.
- Projeto para controlar a segurança na entrada e saída de pessoas nas dependências do Instituto.
- Reestruturação da infraestrutura da rede lógica, visando melhorar o desempenho e a disponibilidade do serviço.
- Projeto de implantação da nova rede sem fio do INES com cobertura em todos os prédios.
- Continuidade na atualização gradativa do parque de equipamentos (computadores, notebooks e servidores).
- Implantação do Serviço *Outsourcing* de impressão.
- Aquisição de licença para Windows Server para atualização do Active Directory.
- Aquisição de licença para Windows 10, visto que a Microsoft não já retirou o suporte à versão Windows 7, utilizada atualmente na instituição.
- Aquisição de licença para Microsoft Office.
- Manutenção do Acordo de Cooperação do INES com a REDECOMEP.
- Estudo da viabilidade para instalação de um gerador visando suprir eventuais piques ou falta de energia, sem causar interrupção dos nossos servidores.
- Verificar a possibilidade de hospedagem dos serviços de email e do sítio da instituição, simultaneamente no INES e na *cloud* da RNP, possibilitando talvez um plano de contingência na paralisação destes serviços.
- Renovação da licença de Antivírus F-Secure ou abertura de pregão para aquisição de nova solução de Antivírus.
- Reforma na rede elétrica do CPD.
- Instalação de nobreak no CPD.
- Troca dos aparelhos de ar condicionado da sala dos servidores por modelos mais eficientes.

O principal risco a ser enfrentado é o fato de ainda não ter se constituído o Comitê Gestor de T.I. do Instituto, mas haver apenas um Técnico com a responsabilidade pela Gestão de T.I. Entre outras atribuições, o Comitê, que se pretende instituir em 2017, deverá definir um plano de capacitação de servidores na área. Acerca do tema capacitação, apenas um foi realizada em 2016, do Chefe do Setor, mas deve-se ressaltar que a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que fornece o link para o Instituto, disponibiliza, todo ano, vagas em cursos de capacitação para seus parceiros.

4.3.1 Principais sistemas de informações

SISTEMA	DESCRIÇÃO	TECNOLOGIA	SITUAÇÃO
Sítio INESNET – IntraNet do INES	Sítio que disponibiliza as informações e serviços aos usuários da rede interna.	PHP / Wordpress PostgreSQL	Manutenção
GESTOR – Sistema de Gestão do Gabinete	Sistema que gerencia as informações do Gabinete, como: Notícias, Agenda e acompanhamentos gerencial dos demais sistemas.	PHP PostgreSQL	Manutenção
Novo sitio (portal) INES – Atualização do Portal Internet do INES	Novo portal com gerenciador de conteúdo, que se encontra em desenvolvimento.	PHP / Wordpress PostgreSQL	Manutenção
HELPDESK - GLPI	Sistema que controla e gerencia os atendimentos da área de informática.	PHP /GLPI PostgreSQL	Manutenção
SCRH – Sistema de Controle de RH	Sistema de controle do setor de Recursos Humanos e suas demais funções.	PHP MySQL	Manutenção
SAE – Sistema de Administração Escolar	Sistema de controle acadêmico para os alunos até o ensino médio.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SES – Sistema de Entrada e Saída de Alunos	Sistema que controla e gerencia a entrada e a saída dos alunos.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SES Refeitório	Sistema para controle da distribuição de alimentos , e cardápio pelo refeitório e nutricionista.	PHP MySQL	Manutenção
DESU	Sistema de controle acadêmico que atende aos alunos do ensino superior.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGU – Sistema de Gerenciamento Unificado	Sistema Global para o gerenciamento do departamento administrativo.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGA – Sistema de Gerenciamento de Almoxarifado	Módulo do SGU, que gerencia o setor de almoxarifado com todas as suas funções.	PHP MySQL	Manutenção
SGC – Sistema de Gerenciamento de Compras	Módulo do SGU, que organiza e informatiza as compras para o Instituto.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGL – Sistema de Gerenciamento de Licitações	Módulo do SGU, que controla e informatiza o setor de licitações.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGP – Sistema de Gerenciamento de Patrimônio	Módulo do SGU, que informatiza o setor de patrimônio.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SIDOC – Sistema de Protocolo	Sistema de controle de movimentações de documentos.	Visual Basic 6 SQL Server	Manutenção
Inscrições Vestibular	Sistema de Inscrições no Vestibular	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições Libras	Sistema de Inscrições no Curso de Libras	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições PROPP	Sistema de Inscrições do Programa de Prática Profissional na Área de Surdes.	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições GINES	Sistema de Inscrições no Gremio Estudantil do Ines	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições Ines Pais	Sistema de Inscrições no Evento Ines Pais	PHP MySQL	Manutenção
DIESP	Controle de estoque do DIESP	PHP MySQL	Manutenção
GitLab	Sistema de controle de versão	Git / Ruby	Manutenção
SISPAT-ASI	Sistema proprietário do departamento de		Manutenção

	Patrimônio		
SOPHIA	Sistema proprietário da biblioteca		Manutenção
SOPHIA WEB - Biblioteca	Sistema Integrado ao SOPHIA, para consulta ao acervo da Biblioteca. Suporte esporádico para atualizações	PHP	Manutenção
DIEPRO – Sistema de Gestão Administrativa do Departamento	Sistema de controle de encaminhamentos profissionais.	PHP MySQL	Desenvolvimento
NOVO SCRH	Sistema de controle do setor de Recursos Humanos e suas demais funções.		Levantamento
SLP – Sistema de Logística de Publicações	Sistema que controla e informatiza o recebimento e distribuição das publicações.		Levantamento
SCE – Sistema de Controle do Estacionamento	Sistema para controle do estacionamento de veículos do Instituto.		Levantamento
SCL – Sistema de Controle do Curso de Libras	Sistema que controla e gerencia os alunos do curso de LIBRAS.		Levantamento
SPE – Sistema de Prontuário Eletrônico	Módulo do SAE, que controla e informatiza todos os atendimentos feitos aos alunos.		Levantamento
DIMO – Sistema de Controle dos Atendimentos Médico	Sistema de controle de perícias médicas.		Levantamento
DIAU	Sistema da Divisão de Audiologia		Levantamento

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro VI - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pela UNIDADE observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		x
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG		

10/2012)?		
Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

Considerações Gerais:

O Instituto tem concentrado esforços visando garantir a sustentabilidade socioambiental e econômica pela redução de consumo, reciclagem e reutilização de recursos, e tem desenvolvido ações com o objetivo de incentivar a redução de gastos e consumo, principalmente, de água, energia e papel. Com o objetivo de reduzir o consumo de água, e tendo em vista a grande utilização dos banheiros pelos alunos que possuem diversas necessidades especiais, foram adquiridas, em 2016, torneiras com temporizador para evitar desperdício.

Em estudo realizado com o objetivo de diminuir o consumo de energia, foi identificado que devido ao grande tráfego de pessoas no Instituto, não seria vantajoso substituir lâmpadas convencionais por lâmpadas com detector de presença, e que o mais adequado seria a substituição por lâmpadas de Led. Feita a substituição em parte da Instituição, encontra-se em elaboração termo de referência para aquisição de mais 3.000 (três mil lâmpadas) para conclusão dos trabalhos.

Foi solicitada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão autorização para utilização do Sistema Eletrônico de Informações (Sei) e participação no projeto Processo Eletrônico Nacional (Pen), com intuito de diminuir consideravelmente o consumo de papel no Instituto. Além das ações citadas, o Instituto possui coleta seletiva de lixo e está elaborando projeto de parceria para coleta do óleo de cozinha utilizado pela Divisão de Nutrição no preparo da merenda escolar.

Em atendimento à legislação vigente, o descarte de cartuchos de impressoras é feito através de parceria com a empresa Intertoner Comércio de Informática Ltda., para a correta destinação dos mesmos.

O Instituto já tomou ciência da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e está tomando providências para sua adesão.

Para aquisição de materiais e contratação de serviços é utilizado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis, elaborado pela AGU e incluso nos termos de referencia exigências quanto à sustentabilidade ambiental, em observância aos parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012. Ainda não possuímos plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do referido Decreto, mas pretendemos elaborá-lo e submetê-lo à análise e aprovação do Conselho Diretor do Instituto em 2017.

Se hoje já contamos com cestos e contêineres identificados para descarte de resíduos recicláveis, que separamos, ainda se faz necessário providenciar sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, o que igualmente planejamos fazer no próximo exercício.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Em sintonia com esse dispositivo, o PDI INES 2012-2016 contempla, como um dos objetivos estratégicos da Instituição, “construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, com ênfase na perspectiva (...) do bom atendimento ao cidadão; da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas”.

Em 2013, foram iniciadas a atividade de ouvidoria e o gerenciamento da conta do Instituto na plataforma do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Em ambos, como em todo o INES, são asseguradas acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras). Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes.

Por meio da atividade de ouvidoria, o INES recebe e responde consultas, reclamações, sugestões e elogios de alunos, professores, funcionários e do público externo regularmente, de maneira presencial, por telefone e por meio de link no Portal na internet. No entanto, identificamos a necessidade de estruturar adequadamente essa atividade como um setor da Instituição com atribuições e responsáveis definidos, canais de comunicação específicos, espaço e recursos próprios, etc., dado que ainda não seguimos os padrões disseminados de melhores práticas na área. Isso foi inclusive levantado em avaliação externa no processo de credenciamento do Instituto para oferta de curso de graduação. Para tanto, promoveremos capacitação de servidores (em cursos a distância respaldados pela CGU); designação de responsáveis; definição de espaços e recursos humanos e tecnológicos; reforma em nosso Regimento Interno e criação de espaço próprio interativo no portal INES na internet e na intranet, entre outras medidas.

Em relação ao e-SIC, que visa facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas e também possibilitar o recebimento de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, houve 29 atendimentos em 2015, com 96,5% respondidos dentro do prazo. Os temas que tiveram o maior número de questões respondidas foram: Governo e Política – Administração Pública (concursos, gestão de recursos humanos), com 16 perguntas (55,17% do total); Educação – métodos e meios de ensino e aprendizagem (pedidos de materiais), com 2 perguntas (6,90% do total).

A TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil – criada em 2013, acessível por dispositivos Desktop, Mobile e Tablet, A TV INES avançou na democratização da informação e do entretenimento acessível: assegurou grade de programação 24 horas; passou a ter o seu sinal retransmitido por satélite para Centros de Apoios aos Surdos em todo o Brasil; passou a utilizar o YouTube como plataforma de acesso por internautas. Em 2016, de forma a tornar a informação mais acessível à comunidade surda, a TV INES lançou o primeiro telejornal no Brasil pensado e elaborado especialmente para o público surdo, em Libras (Primeira Mão). O programa é feito semanalmente com as principais notícias do Brasil e do mundo e conta com a parceria de canais de televisão aberta, como o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), que oferecem o conteúdo jornalístico.

O sítio eletrônico do INES, acessível para pessoas surdas (vídeos em Libras) e para pessoas com deficiência visual (sintetizador de voz), disponibiliza, além das informações acerca do Instituto, seus serviços, produtos e eventos e modos de acessá-los, os telefones e e-mails de contato dos responsáveis de cada setor, bem como um mapa de localização do INES.

A imprensa em geral (TV, rádio, jornais e veículos online, além de assessorias de comunicação e produtores culturais) é atendida por jornalista concursada e nomeada no final de 2014, que está

fazendo curso de Libras e colabora no aperfeiçoamento do sítio eletrônico do INES para torná-lo mais eficaz e amigável no atendimento ao cidadão.

No sítio eletrônico foram incluídas, em 2016, uma área de informações sobre o Núcleo de Educação Online e uma área com informações sobre os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), ambas com links acessíveis pelo menu principal da página inicial e vasto conteúdo informativo, em língua portuguesa e em libras por meio de vídeos. No menu, também foi disponibilizado um link para os relatórios e demais documentos referentes à Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Seguindo a tendência de outras instituições públicas de se tornarem presentes e acessíveis também no âmbito das mídias digitais e das tecnologias de informação atuais, em 2015 foi criada uma página oficial do INES na rede social Facebook, a fim de intensificar a comunicação da instituição com os públicos interessados e reforçar a divulgação de eventos, ações e atividades do INES e/ou de interesse da comunidade surda. A página é atualizada constantemente pela jornalista, que também registra e responde a comentários com dúvidas cujo teor seja diretamente relacionado à atuação do INES. O link para a página está disponível no sítio eletrônico do INES, que alimenta o conteúdo compartilhado na rede social.

Além da página do Facebook e do próprio sítio eletrônico, que são constantemente abastecidos de notícias sobre a instituição, constituem veículos de informação a página da intranet, acessada apenas pela rede interna de computadores do INES, e os murais e quadros de avisos espalhados fisicamente pelo instituto.

No sítio do INES, em 2016, estavam disponibilizados links para os seguintes aplicativos de acessibilidade aos cidadãos:

- Dicionário de Libras Online;
- Link para o sítio < www.deficienteonline.com.br >, com oportunidades de emprego;
- Link para vídeo sobre educação de trânsito para surdos, no sítio do DETRAN-RJ;
- Link para o Guia de Aplicativos do Governo Federal, em <http://www.aplicativos.gov.br/> ;
- Suíte Vlibras, tradutor de conteúdo digital para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para viabilizar o acesso de pessoas surdas aos conteúdos de computadores, dispositivos móveis e plataformas *web*;
- App TV INES, para acesso à programação da TV INES em smartphones (Android e Apple iPhone);
- Hand Talk, ferramenta para dispositivos móveis que faz uso de um personagem para converter textos, imagens e áudio para Libras;
- Uni-Libras, dicionário com índice em Libras que permite ao usuário encontrar sinais por meio de vídeos, fotos e palavras. O aplicativo também oferece opções de busca (em Libras ou português) na internet, vídeos com intérprete e download de conteúdos;
- Sintetizador de Voz NVDA, leitor de ecrã, livre e de código aberto, para o sistema operativo Microsoft Windows. As informações do programa são fornecidas através de voz sintética e/ou Braille e permitem, às pessoas com deficiência visual, em igualdade de custos com os restantes indivíduos, aceder ao computador, que está a executar o Windows.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Embora o INES ainda não tenha formalizado a Carta de Serviços ao Cidadão – que será elaborada e publicada em 2017 – em consonância com o disposto no artigo 4º do Decreto 6.932/2009, as informações claras, precisas e acessíveis (textos em português, vídeos em Libras para alcançar o cidadão surdo usuário da língua de sinais, sintetizador de voz disponível para alcançar o cidadão com deficiência visual e indicação de telefones e e-mail de todos os setores e mapa de localização do

INES) relativas aos seguintes serviços/produtos/eventos estão disponíveis em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores < www.ines.gov.br >:

- Atendimentos clínicos: avaliação audiológica de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, sempre gratuitos e abertos à comunidade, com indicação da sistemática e telefones para agendamento;
- Ensino público gratuito:
 - Educação Básica: no Colégio de Aplicação do INES (incluindo descrição das etapas ministradas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio –; dos atendimentos específicos a alunos surdos com múltiplas deficiências e demais serviços, como a qualificação para o trabalho e o encaminhamento ao emprego) – estão informados telefones, dias e horários de atendimento;
 - Educação Superior: curso de Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue. Estão disponíveis os editais de seleção (em português e em Libras), bem como informações relativas a: infraestrutura existente; recursos de acessibilidade e atendimento prioritário; mecanismos de participação da comunidade acadêmica (colegiado, centro acadêmico); laboratórios e biblioteca (incluindo catálogo online, mapa de localização e contatos telefônicos e via e-mail);
- Cooperação técnica com Estados e Municípios brasileiros: abrange seminários e assessorias técnicas: estão disponíveis as áreas de conhecimento atendidas, a duração de cada atividade, os requisitos materiais e tecnológicos, as normas, formulários, contatos, etc.
- Produtos: publicações impressas, CDs e DVDs produzidos pelo Instituto e encaminhados gratuitamente a instituições de ensino e pesquisa, bibliotecas, etc. Estão descritos: a forma de solicitação; a pessoa responsável; os telefones e o e-mail de contato. Deve ser realçado que em 2016 todos os periódicos técnicos e científicos do Instituto foram disponibilizados no portal do INES, assim como a coleção videográfica Educação de Surdos, em 10 volumes.
- Eventos: seminários, congressos, fóruns, encontros realizados pelo INES, são sempre noticiados em português e em Libras;
- “Trabalhe conosco”: o cidadão interessado em trabalhar no INES encontrará sempre em formato acessível as informações relativas a concursos públicos, bem como as informações que lhe permitam conhecer o Instituto: história; estrutura e organograma; regimento interno; plano de desenvolvimento institucional; projeto político-pedagógico, etc.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Em 2017, o INES deverá formalizar instrumentos globais que lhe permitam avaliar sistematicamente a satisfação de usuários com seus produtos, serviços e eventos. Não obstante, o Instituto já adota mecanismos para medir a satisfação de cidadãos-usuários.

Temos os seguintes exemplos desses mecanismos:

- Formulários de avaliação por parte do participante são encartados no material fornecido em cada evento realizado pelo INES em todo o Brasil há pelo menos 10 anos: seminários, assessorias técnicas, fóruns, encontros de pais, congresso internacional, etc. Os resultados são tabulados e informados em relatórios setoriais, e tomados como subsídios para decisões futuras;
- A Comissão Própria de Avaliação – CPA – prevista na Lei 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – aplica regularmente, desde 2008, questionários de avaliação dos serviços educacionais ofertados pelo INES, respondidos por alunos surdos e ouvintes de graduação e pós-graduação, abarcando qualidade das aulas, relacionamento com professores e demais servidores, infraestrutura existente, etc. Os resultados

desses questionários são tabulados e analisados, e compõem documento encaminhado ao MEC em processos de credenciamento, recredenciamento e reconhecimento de curso, nos termos da legislação vigente;

- Os Professores do Curso de Libras aberto à comunidade já coletam subsídios a suas atividades por meio de avaliações respondidas por seus alunos acerca de seu trabalho. A partir de 2015, o mesmo será feito também por docentes do Colégio de Aplicação do INES;
- A TV INES, web TV bilíngue – Libras e Português – mantida pelo Instituto, também fundamenta suas definições de programação a partir do nível de satisfação dos cidadãos-telespectadores, de maneira direta (mensagem) ou indireta (contagem de visualizações, acessos, streaming, etc.).
- O departamento de Ensino Superior fez com que o curso de pós-graduação lato sensu *Educação de Surdos: uma perspectiva bilíngue em construção* disponibilizasse formulários online para que os alunos avaliassem a condução das disciplinas. Os resultados formam tabulados e encaminhados aos docentes de cada disciplina.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O INES disponibiliza, em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores < www.ines.gov.br > e de modo acessível para pessoas surdas, com deficiência auditiva e com deficiência visual, informações relativas a sua atuação consideradas relevantes e úteis ao cidadão que busca, com razão, uma gestão pública transparente. São elas:

- Regimento Interno;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Projeto do Curso de Graduação;
- Editais dos processos seletivos do curso de Graduação;
- Projeto Político-Pedagógico do Colégio de Aplicação;
- História do Instituto;
- Relatórios de Gestão;
- Link para o portal Transparência Pública, do Governo Federal, para informações acerca de licitações, despesas e convênios;
- Link para o Portal da Transparência, do Governo Federal, onde é possível acessar informações sobre servidores;
- Editais de concursos públicos em formato acessível;
- Legislação concernente aos direitos das pessoas surdas;
- Contato para imprensa, com jornalista concursada e credenciada;
- Contato para agendamento de visita técnica guiada ao Instituto;
- Legislação concernente ao direito de acesso à informação;
- Agenda do Diretor Geral, com as atividades programadas para os próximos dias.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Com respeito à acessibilidade por parte de cidadãos surdos ou com deficiência auditiva, nos termos da Lei 10.098, de 2000, do Decreto 5.296, de 2004 e normas ABNT, o INES dispõe de:

- servidores capacitados para realizar atendimento em português oral ou em língua de sinais à pessoa surda que integre a comunidade do INES (alunos, professores, técnicos-

administrativos, pais) e à pessoa surda ou com deficiência auditiva que procure o Instituto;

- professores da Educação Básica e da Educação Superior concursados e conhecedores das particularidades linguísticas relacionadas à surdez e à deficiência auditiva, inclusive no tocante à avaliação de conhecimentos a partir da produção escrita do aluno surdo, e todos com curso de Libras concluído ou em andamento;
- garantia da atuação de qualificados e concursados Tradutores e Intérpretes de Libras em todas as atividades pedagógicas – ensino, pesquisa e extensão –, administrativas, artístico-culturais e científicas no âmbito da Educação Básica, da Educação Superior e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, alguns deles habilitados a atuar também como guias-intérpretes para acessibilidade de pessoas surdocegas;
- garantia de registro em vídeo de trabalhos para avaliação de aproveitamento em disciplinas e monografias (trabalhos de conclusão de curso) apresentadas em Língua de Sinais, com apoio de Tradutores e Intérpretes de Libras e orientações registradas em um Manual da Monografia em Libras, criado em 2015 e operacionalizado em 2016;
- inserção da Libras como disciplina no Ensino Fundamental e também no curso de graduação em Pedagogia;
- adoção de práticas da Pedagogia Visual reivindicadas pelo movimento social surdo e por pesquisadores para promover a acessibilidade linguística do aluno surdo;
- contratação de solução tecnológica (central de intermediação) para tradução e interpretação em Libras por meio da atuação de profissionais e de equipamento de videoconferência, que substituiu com vantagem o telefone adaptado;
- manutenção de um sítio eletrônico totalmente acessível para cidadãos surdos e com deficiência auditiva, em que os conteúdos relevantes a esses segmentos (apresentação do Instituto, História, Regimento Interno, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto político-Pedagógico, etc.) são apresentados em texto e em vídeo (Libras);
- disponibilização de dicionário virtual de Libras no sítio eletrônico do Instituto;
- produção e distribuição de materiais de apoio à educação de surdos, destinados a promover a acessibilidade a conteúdos pedagógicos e outros nas práticas pedagógicas do próprio Instituto e encaminhados gratuitamente aos sistemas de ensino de todo o Brasil;
- divulgação da produção científica recente em educação de surdos em evento internacional de periodicidade anual, em que é assegurada interpretação para a língua brasileira de sinais;
- concepção e desenvolvimento de uma web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – que estende seu alcance à rede mundial de computadores, a tablets, celulares, smartphones e TVs digitais e que é apresentada prioritariamente em Língua de Sinais (mas também com a sonorização cabível e legenda), levando informação, cultura e entretenimento ao cidadão surdo ou com deficiência auditiva;
- sinalização luminosa em elevador para indicação a essas pessoas;
- produção de conteúdos e mídias específicos em estúdio próprio (Laboratório de Novas Tecnologias) para viabilizar a acessibilidade linguística de alunos: resenhas, resumos, apresentações, palestras, etc., gravados em vídeo por pessoas surdas ou Tradutores e Intérpretes de Libras;
- construção, com base em estudos e pesquisas, de glossário de termos acadêmicos em núcleo de pesquisa com participação de profissionais surdos, Tradutores e Intérpretes de Libras, linguistas, professores do ensino superior e do CAP INES, etc. – projeto Manuário – Dicionário Acadêmico Bilíngue Libras/Português;

- criação do Portal de Periódicos do INES, na plataforma *Open Journal Systems*, para disponibilização de periódicos técnicos e científicos do Instituto.

No tocante à acessibilidade por parte de cidadãos com deficiência visual ou com deficiência física e mobilidade reduzida, com base na aludida legislação, o INES contempla, para o período de vigência do PDI:

- assento de uso preferencial sinalizado nos auditórios do Instituto;
- elevador adaptado para acesso a palco, coxias e camarins no auditório do Instituto;
- pessoal capacitado para atender pessoas com deficiência visual;
- reserva de vagas sinalizadas no estacionamento da instituição, próximas ao prédio principal e ao prédio do Ensino Superior, para veículos que transportem pessoas com deficiência;
- disponibilização de área especial para embarque e desembarque dessas pessoas;
- atuação assegurada de Guia-Intérprete para pessoas surdocegas, uma vez que há Tradutores e Intérpretes de Libras concursados na Instituição que possuem qualificação para essa função;
- autorização para entrada de cão-guia para deficientes visuais;
- docentes que fizeram cursos nas áreas da deficiência visual e da surdocegueira, considerando que crianças surdocegas são atendidas no Instituto;
- existência de veículo leve movido a energia elétrica que serve para transporte na área do INES de pessoas com deficiência visual, física ou com mobilidade reduzida ou alunos surdos com múltiplas deficiências;
- participação de pessoas cegas e surdocegas em eventos do INES, sendo assegurada a atuação de guias-intérpretes quando demandado;
- garantia, para candidatos com deficiência visual, de prova ampliada e leitor no processo seletivo ao Curso Bilíngue de Pedagogia do INES;
- indicação sonora e em Braille dos andares no elevador do prédio da Educação Superior do INES.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Informamos que, após a implantação do sistema ASI, pela empresa Link Data, foi verificada a obrigatoriedade de lançamento de tais dados no SIAFI para controle e compatibilização de saldos. No

entanto, verificou-se também que nenhum dos servidores lotados no setor de Patrimônio tinha conhecimento necessário para utilizar o sistema.

Como não encontramos no mercado cursos que contemplem a inserção destes dados patrimoniais no SIAFI, levamos algum tempo para encontrar alguém que obtivesse este conhecimento e pudesse nos orientar. Encontramos um servidor de outra Instituição, porém o chefe do Serviço de Patrimônio está em processo de transferência de Instituição e o novo servidor que assumirá como Chefe terá sua nomeação publicada esta semana.

Com isto, comprometemo-nos a capacitar a chefia e os servidores lotados no Serviço de Patrimônio, a fim de que as exigências possam ser cumpridas daqui por diante.

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Esta unidade, até a presente data, ainda não adotou sistemática de apuração.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

6.3.1 Revisão analítica do balanço patrimonial

Abaixo, será demonstrado o extrato dos principais grupos que compõem o balanço patrimonial com as respectivas análises de suas variações ocorridas durante o quarto trimestre de 2016:

6.3.1.1 Revisão analítica do “ativo”

Órgão UGE - Órgão Superior	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento CCon - Título (4)	014/2016		014/2015	
				Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO			196.072.779	100,00%	192.520.694	100,00%
	ATIVO CIRCULANTE			2.331.704	1,19%	2.210.471	1,15%
	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			876.496	0,45%	754.412	0,39%
	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL			876.496	0,45%	754.412	0,39%
	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			56.852	0,03%	23.261	0,01%
	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS			56.852	0,03%	23.261	0,01%
	CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO			0	0,00%	0	0,00%
	OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO			0	0,00%	0	0,00%
	ESTOQUES			1.398.356	0,71%	1.432.797	0,74%
	ALMOXARIFADO			1.304.684	0,67%	1.339.125	0,70%
	OUTROS ESTOQUES			93.672	0,05%	93.672	0,05%
	ATIVO NAO CIRCULANTE			193.741.074	98,81%	190.310.223	98,85%
	IMOBILIZADO			192.383.879	98,12%	189.323.028	98,34%
	BENS IMOVEIS			180.194.920	91,90%	179.825.959	93,41%
	BENS MOVEIS			12.995.144	6,63%	10.046.246	5,22%
	DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA			(806.185)	-0,41%	(549.177)	-0,29%
	INTANGIVEL			1.357.196	0,69%	987.196	0,51%
	SOFTWARES			1.357.196	0,69%	987.196	0,51%
Total				196.072.779	100,00%	192.520.694	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 01 - Ativo

Nota explicativa:

Analisando o balanço patrimonial foi verificado que a principal alteração no Ativo foi decorrente da variação observada na conta 1.1.3.1.0.00.00 ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS, que registrou um saldo de R\$ 56.852,00 em 31/12/2016, devido a solicitação de adiantamento de salários pelos servidores deste Instituto que gozariam férias no mês subsequente.

As demais variações observadas na análise horizontal das contas “almoxarifado”, “bens móveis”, “depreciação, exaustão e amortização acumuladas”, foram decorrentes dos lançamentos referentes à rotina contábil dos setores responsáveis pelo recebimento, guarda e conservação desses materiais.

6.3.1.2 Revisão analítica do “passivo circulante e não circulante”

CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	014/2016		014/2015	
		CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	0	0,00%	0	
		VALORES RESTITUIVEIS	66	0,05%	0	
		Total	66	0,05%	0	
	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP	125.800	99,95%	0	
		Total	125.800	99,95%	0	
	OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0	0,00%	0	
		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0	0,00%	0	
		PESSOAL A PAGAR	0	0,00%	0	
		Total	0	0,00%	0	
	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGAC.FISCAIS A CP COM OS MUNICIPIOS -CONSO	0	0,00%	0	
		OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO	0	0,00%	0	
		Total	0	0,00%	0	
	Total		125.866	100,00%	0	
	Total		125.866	100,00%	0	

Fonte:Tesouro Gerencial

Figura 02 – Passivo circulante e não circulante

Nota explicativa:

Na Conta 2.1.3.1.1.04.00 – CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS

A composição da conta relativa às obrigações com fornecedores são as seguintes:

PRESTADORA DO SERVIÇO	SALDO LIQ. (R\$)
EDITORA DE PAPEIS NOVA ALIANÇA	125.800,00
TOTAL:	125.800,00

Fonte Tesouro Gerencial

Estes saldos são referentes à liquidação de Nota Fiscal referentes aos serviços prestados pela Empresa Editora de Papeis Nova Aliança, não sendo pagos, pois alguns desses serviços entregues tiveram que ser refeitos.

6.3.1.3 Revisão analítica do “patrimônio líquido”

CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	014/2016		014/2015		Variação	
		CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	AH%	R\$
PATRIMONIO LIQUIDO	RESULTADOS ACUMULADOS	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS	195.946.913	100,00%	192.520.694	100,00%	2%	3.426.219,08
		Total	195.946.913	100,00%	192.520.694	100,00%		
	Total		195.946.913	100,00%	192.520.694	100,00%		

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota explicativa:

Na análise horizontal foi verificado que houve variação do Patrimônio Líquido da Instituição ocasionado pelos seguintes fatores:

- 1) Variação da conta SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS no valor de R\$ 3.426.219,08 (três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, duzentos e dezenove reais e oito centavos), devido à diferença entre:
 - a) O “Resultado do exercício” alcançado no valor de R\$ 7.503.408,58 (sete milhões, quinhentos e três mil, quatrocentos e oito reais e cinquenta e oito centavos), por ocasião da variação patrimonial aumentativa ter sido maior que a variação patrimonial diminutiva;
 - b) E “Ajustes de Exercícios Anteriores” no valor de R\$ 4.077.189,50 (quatro milhões setenta e sete mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), motivado pelo pagamento de R\$ 1.998.215,20 (um milhão, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e quinze reais e vinte centavos) para os inativos, o valor de R\$ 341.555,23 (trezentos e quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e três centavos) para os pensionistas e também ao pagamento de R\$ 1.737.419,07 (um milhão, setecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dezenove reais e sete centavos) para os funcionários ativos.

6.3.1.4 Revisão analítica da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)

CCon - Grupo (2)	Mês Lançamento CCon - Subgrupo (3)	JAN/2016		FEV/2016		MAR/2016		ABR/2016		MAI/2016		JUN/2016		JUL/2016		AGO/2016		SET/2016		OUT/2016		NOV/2016		DEZ/2016	
		Movimento Líquido - R\$	AV%																						
	ENCARGOS	3.834.884,15	37,77%	3.734.468,99	46,86%	3.804.051,13	39,69%	3.759.998,03	36,91%	3.803.057,47	46,95%	4.885.809,19	43,11%	4.515.321,16	48,88%	4.271.798,38	43,68%	4.308.562,70	48,14%	4.550.803,09	44,79%	6.711.870,89	47,09%	5.866.470,82	47,70%
	BENEFÍCIOS A PESSOAL	421.431,18	4,15%	394.963,27	4,96%	419.911,55	4,38%	410.432,43	4,03%	412.204,54	5,09%	406.750,42	3,59%	406.977,76	4,41%	399.419,13	4,08%	403.202,57	4,51%	401.725,39	3,95%	399.403,83	2,80%	396.783,28	3,23%
	ENCARGOS PATRONAIS	579.074,11	5,70%	573.691,16	7,20%	584.517,03	6,10%	580.084,60	5,69%	590.752,80	7,29%	614.612,50	5,42%	708.645,93	7,67%	674.942,23	6,90%	680.353,39	7,60%	719.015,09	7,08%	1.279.468,87	8,98%	707.946,36	5,76%
	OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS			7.369,99	0,09%	3.676,48	0,04%	3.998,57	0,04%	4.025,17	0,05%	4.398,57	0,04%	4.398,57	0,05%	2.978,99	0,03%	4.398,57	0,05%	2.860,70	0,03%	4.398,57	0,03%	11.752,18	0,10%
	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	2.834.378,86	27,91%	2.758.444,57	34,61%	2.795.946,07	29,17%	2.765.482,43	27,14%	2.796.074,96	34,52%	3.860.047,70	34,06%	3.395.298,90	36,76%	3.194.458,03	32,67%	3.220.608,17	35,98%	3.427.201,91	33,73%	5.028.599,62	35,28%	4.749.989,00	38,62%
	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.299.904,66	32,50%	3.292.667,34	41,32%	3.298.078,59	34,41%	3.401.507,72	33,39%	3.389.782,41	41,84%	5.048.420,42	44,54%	3.447.603,23	37,32%	3.557.523,19	36,38%	3.633.493,08	40,60%	3.760.978,29	37,01%	5.647.457,59	39,62%	3.854.206,61	31,34%
	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.608.200,40	25,69%	2.594.380,20	32,55%	2.614.241,47	27,28%	2.699.165,64	26,49%	2.701.410,19	33,35%	3.995.861,19	35,26%	2.742.521,17	29,69%	2.833.220,55	28,97%	2.899.622,24	32,40%	3.023.973,66	29,76%	4.533.117,10	31,81%	3.110.464,31	25,29%
	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.024,31	0,04%	1.182,64	0,01%	14.015,75	0,15%	591,32	0,01%	0,00	0,00%	6.024,82	0,05%	3.991,72	0,04%	9.280,67	0,09%	12.202,45	0,14%	104,07	0,00%	1.252,02	0,01%	4.652,24	0,04%
	PENSOES	687.679,95	6,77%	697.104,50	8,75%	669.821,37	6,99%	701.750,76	6,89%	688.372,22	8,50%	1.046.534,41	9,23%	701.090,34	7,59%	715.021,97	7,31%	721.668,39	8,06%	736.900,56	7,25%	1.113.088,47	7,81%	739.090,06	6,01%
	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	3.009.991,84	29,64%	928.311,73	11,65%	2.099.382,43	21,90%	3.012.246,53	29,57%	893.855,73	11,03%	1.384.627,22	12,22%	1.259.711,24	13,64%	1.928.607,14	19,72%	992.083,44	11,08%	1.819.751,17	17,91%	1.858.139,90	13,04%	2.550.645,19	20,74%
	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	3.984,37	0,04%	3.916,17	0,05%	4.285,51	0,04%	8.530,38	0,08%	13.017,71	0,16%	17.457,94	0,15%	22.147,07	0,24%	26.938,81	0,28%	31.673,59	0,35%	36.667,15	0,36%	41.597,25	0,29%	46.792,61	0,38%
	SERVICIOS	2.959.391,58	29,15%	778.765,98	9,77%	1.826.531,43	19,06%	2.902.015,29	28,49%	729.340,93	9,00%	1.269.418,38	11,20%	1.117.159,72	12,09%	1.874.110,67	19,16%	830.200,88	9,28%	1.588.311,70	15,63%	1.549.793,41	10,87%	2.404.004,93	19,55%
	USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	46.615,89	0,46%	145.629,58	1,83%	268.565,49	2,80%	101.700,86	1,00%	151.497,09	1,87%	97.750,90	0,86%	120.404,45	1,30%	27.557,66	0,28%	130.208,97	1,45%	194.772,32	1,92%	266.749,24	1,87%	99.847,65	0,81%
	TRANSFERENCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.237,77	0,01%	1.046,32	0,01%	370.073,13	3,86%	2.086,55	0,02%	2.055,67	0,03%	2.055,67	0,02%	2.055,67	0,02%	5.839,31	0,06%	5.807,25	0,06%	17.510,36	0,17%	22.251,03	0,16%	14.896,59	0,12%
	TRANSFERENCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	1.237,77	0,01%	1.046,32	0,01%	370.073,13	3,86%	2.086,55	0,02%	2.055,67	0,03%	2.055,67	0,02%	2.055,67	0,02%	5.839,31	0,06%	5.807,25	0,06%	17.510,36	0,17%	22.251,03	0,16%	14.896,59	0,12%
	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS					1.335,18	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	INCORPORACAO DE PASSIVOS					1.335,18	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TRIBUTARIAS	879,78	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	879,78	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.800,00	0,07%	12.800,00	0,16%	11.600,00	0,12%	12.000,00	0,12%	12.137,30	0,15%	12.800,00	0,11%	12.026,95	0,13%	15.430,63	0,16%	9.981,70	0,11%	12.172,75	0,12%	12.572,75	0,09%	12.390,20	0,10%
	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS								137,30	0,00%	0,00	0,00%	26,95	0,00%	230,63	0,00%	381,70	0,00%	172,75	0,00%	172,75	0,00%	390,20	0,00%	
	INCENTIVOS	6.800,00	0,07%	12.800,00	0,16%	11.600,00	0,12%	12.000,00	0,12%	12.000,00	0,15%	12.800,00	0,11%	12.000,00	0,13%	15.200,00	0,16%	9.600,00	0,11%	12.000,00	0,12%	12.400,00	0,09%	12.000,00	0,10%
	Total	10.153.698,20	100,00%	7.969.294,38	100,00%	9.584.520,46	100,00%	10.187.838,83	100,00%	8.100.888,58	100,00%	11.333.712,50	100,00%	9.236.718,25	100,00%	9.779.198,65	100,00%	8.949.928,17	100,00%	10.161.215,66	100,00%	14.252.292,16	100,00%	12.298.609,41	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 04 – Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)

Nota explicativa:

As principais alterações verificadas na VPD foram as seguintes:

1. No grupo "OUTROS" foram verificadas as seguintes movimentações durante o exercício de 2016:
 - a) Registro de saldo no subgrupo (OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS) verificado na conta: 319210100 - PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGÃOS no valor total de R\$ 54.256,36 (cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos) referentes à liquidação/pagamento de ressarcimento de funcionária cedida a este Instituto pelo SERPRO;
 - b) Registro de saldo no subgrupo (OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS) verificado na conta: 329110100 - AUXÍLIO FUNERAL - no valor de R\$ 49.461,40 (quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos) - referentes ao pagamento de auxílio funeral a dependentes de Servidores que faleceram durante o ano de 2016;
2. No grupo DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO, foram verificados os seguintes registros:
 - a) Na conta contábil 1.2.3.8.1.01.00 - DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS não houve registro de movimentação durante o ano de 2016 permanecendo o saldo total de R\$469.772,10 (quatrocentos e sessenta e nove mil setecentos e setenta e dois reais e dez centavos) referentes aos anos anteriores;
 - b) Na conta contábil 1.2.3.8.1.02.00 - DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS houve registro de movimentação no valor de R\$ 257.008,56 (duzentos e cinquenta e sete mil, oito reais e cinquenta e seis centavos) durante o ano de 2016, conforme lançamentos das depreciações dos bens imóveis no SPIUNET realizados pela Coordenação Geral de Contabilidade/MEC. Totalizando um saldo de R\$ 336.413,29 (trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e treze reais e vinte e nove centavos) registrado nesta conta.
3. No grupo REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS não houve registro de movimentação durante o ano de 2016.
4. No grupo TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS/CONCEDIDAS foram verificados os seguintes registros:
 - a) Na conta contábil TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA PAGAMENTO DE RP foi verificado uma movimentação de saldo de R\$ 9.807.581,53 (nove milhões, oitocentos e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos) durante o ano de 2016, conforme demonstrado abaixo:

CONTA	VALOR (R\$)
FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE	9.121.123,79
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	594.442,19
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	92.015,55
TOTAL:	9.807.581,53

Fonte: Tesouro Gerencial

Estes valores foram utilizados para realizar os pagamentos de Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores.

6.3.1.5 Revisão analítica do balanço orçamentário

Movimentação Orçamentária - UO 26104 - INES (Administração Direta)																	
Órgão: RECURSOS RECEBIDOS DE ÓRGÃOS	Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa	Métrica		Valor em R\$												
			Dotação Inicial	AV	Dotação Atualizada (a)	AV	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	AV	Despesas Liquidadas	AV	Despesas Pagas	AV	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)	AV	
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	DESPESAS CORRENTES	Pessoal e Encargos Sociais	84.299.600,00	69,31%	100.033.941,00	72,27%			98.852.385,28	76%	98.852.319,46	84%	98.852.319,46	84%	1.181.555,72	13%
			Outras Despesas Correntes	37.335.488,00	30,69%	38.387.613,00	27,73%		4.768,56	30.442.092,07	24%	18.907.143,87	16%	18.907.143,87	16%	7.940.752,37	87%
		Total	121.635.088,00	96,36%	138.421.554,00	96,79%		4.768,56	129.294.477,35	97%	117.759.463,33	99%	117.759.463,33	99%	9.122.308,09	95%	
	DESPESAS DE CAPITAL	Investimentos	4.595.000,00	100,00%	4.595.000,00	100%			4.119.334,24	100%	991.980,62	100%	991.980,62	100%	475.665,76	100%	
	Total	4.595.000,00	3,64%	4.595.000,00	3,21%			4.119.334,24	3%	991.980,62	1%	991.980,62	1%	475.665,76	5%		
Total				126.230.088,00		143.016.554,00			4.768,56	133.418.811,59		118.751.443,95		118.751.443,95		9.597.973,85	
26245	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	DESPESAS CORRENTES	Outras Despesas Correntes					4.768,56		4.768,56		4.768,56		4.768,56		0,00	
			Total					4.768,56		4.768,56		4.768,56		4.768,56		0,00	
		Total					4.768,56		4.768,56		4.768,56		4.768,56		0,00		
Total				126.230.088,00		143.016.554,00		4.768,56	4.768,56	133.418.580,15	93,29%	118.756.212,51	89,01%	118.756.212,51	100,00%	9.597.973,85	6,71%

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 5: Balanço Orçamentário

Analisando o balanço orçamentário foram verificadas as seguintes situações durante o exercício de 2016:

1. As receitas realizadas totalizaram um valor de: R\$ 133.442.923,55 (cento e trinta e três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos) oriundos de transferências intragovernamentais;
2. As despesas foram dotadas inicialmente no valor de R\$ 126.230.088,00 (cento e vinte e seis milhões, duzentos e trinta mil e oitenta e oito reais), sendo destas 96,36% de despesas correntes (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes) e 3,64% de despesas de capital (investimentos). Durante o exercício as dotações foram atualizadas para R\$ 143.016.554,00 (cento e quarenta e três milhões, dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais) mantendo basicamente os mesmos percentuais para despesas correntes e de capitais;
3. Destes valores dotados, R\$ 133.418.580,15 (cento e trinta e três milhões, quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta reais e quinze centavos) correspondem a despesas que foram empenhadas, equivalente a 93,29% da dotação atualizada; destes valores empenhados R\$ 118.756.212,51 (cento e dezoito milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e doze reais

e cinquenta e um centavos) foram liquidados e efetivamente pagos; a diferença de R\$ 14.662.301,82 (catorze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e um reais e oitenta e dois centavos) que foram empenhados e não liquidados foram inscritos em restos a pagar não processados e a diferença de R\$ 65,82 (sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) que foram empenhados, liquidados e não pagos foram inscritos em restos a pagar processados;

4. Foi verificado também uma economia orçamentária de R\$ 9.597.973,85 (nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos) ocasionada pela não utilização dos créditos orçamentários totais que foram orçados para o Instituto;
5. Segue abaixo uma relação contendo os valores mais significativos que foram inscritos em restos a pagar, totalizando R\$ 14.662.301,82 (catorze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e um reais e oitenta e dois centavos), esses valores são decorrentes de provisionamento para pagamentos dos contratos de serviços continuados referentes ao mês de dezembro/2016, valores de repactuação/reajuste contratual e também pagamentos de serviços volumosos que aguardam conclusão:

531710100 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2016		
DESCRIÇÃO	NE	VALOR
ANGEL'S SEGURANCA E VIG. LTDA	N 2016NE800015 03	194.758,44
COMPETITIVIDADE LTDA.	N 2016NE800018 01	78.443,94
LESTE & SUDESTE SERV. GERAIS LTDA	N 2016NE800019 05	51.598,08
PISOM SERVICE LTDA - ME	N 2016NE800021 01	55.749,64
CEDAE	N 2016NE800025 44	50.000,00
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	N 2016NE800026 43	80.404,00
MSTECH EDUCACAO E TEC. EIRELI	N 2016NE800039 56	4.460.334,40
BIOLIMP CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA - ME	N 2016NE800045 78	173.650,00
ASSOC. DE COM. EDUC. ROQUETTE PINTO	N 2016NE800100 59	5.428.038,33
DONA ELIANE COM. DE ALIMENTOS EIRELI - ME	N 2016NE800212 07	52.166,38
IDEORAMA COMUNICACAO - EIRELI	N 2016NE800268 01	91.599,06
MCT RIBEIRO EVENTOS EIRELI - ME	N 2016NE800287 22	101.194,00
2R DATATEL TELEINFORMATICA LTDA	N 2016NE800302 93	2.385.000,00
SM PRODUCOES LTDA - EPP	N 2016NE800313 01	107.431,94
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	N 2016NE800347 35	386.910,00
HM TEXTIL EIRELI - EPP	N 2016NE800368 23	61.826,30
OUTROS		903.197,31
TOTAL:		14.662.301,82

Fonte: SIAFI

6.4 Evidenciação do del-credere das demonstrações contábeis

Não se aplica a esta unidade.

6.5 Notas Explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/1964 e 6.404/1976) –

Não se aplica a esta unidade.

6.6 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas –

Não se aplica a esta unidade.

6.7 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

Esta unidade não tem créditos a receber.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de deliberações e recomendações do TCU

Não houve conclusão ou pendências de atendimento a deliberações e recomendações do TCU no exercício de referência.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro XVII - Relatório de cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001, adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional. Todas as ocupações irregulares de imóveis já não mais existem.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo as orientações da Corregedoria Regional da União, foi solicitado no prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados á GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES de 15/08/2013 e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então permitir que o INES dê prosseguimento a solução das pendências, relativas bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos, citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de novo solicitação de dilatação por parte do INES.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ponto positivo: esforço por parte da CGU/RJ para a solução desta pendência. Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação por parte da GRPU/RJ;

Quadro XVIII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001, adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional. Havia três imóveis que se encontravam irregularmente ocupados por familiares de servidores já falecidos. Em vista disso, foi enviado o ofício nº. 015/2013/GAB/INES, de 17 de janeiro/2013, para a Procuradoria Regional da União, solicitando providências no sentido de obter a reintegração da posse das mesmas. Como resposta aquela Procuradoria Regional da União, solicitou por meio do Ofício de Nº. 0178/25/2013-PRU/RJ, datado de 04/02/2013 a necessidade envio de documentação relativa aos feitos. Tal documentação foi encaminhada para a referida Procuradoria por meio do Ofício de Nº. 058/2013/GAB/INES, datado de 25/02/2013. Por razões externas, a referida Procuradoria solicitou o reenvio da documentação citada por meio do Ofício nº. 1154/25/2014-PRU/RJ/CPAM, datado de 19/02/2014. Assim, o INES reenviou toda a documentação solicitada, por meio do Ofício de Nº. 064/2014GAB/INES, datado de 24/02/2014. Dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, estava a emissão, pelo INES, da Notificação Extrajudicial, solicitando a desocupação dos imóveis ocupados por familiares de servidores já falecidos. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntário o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou os imóveis. Em face desse fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou da Procuradoria Regional da União as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Em 2016, informamos que todos os imóveis que estavam irregularmente ocupados por familiares de servidores falecidos já foram desocupados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ, frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo as orientações da Corregedoria Regional da União, foi solicitado no prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados à GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES de 15/08/2013 e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então viabilizar que o INES dê prosseguimento a solução das pendências, relativas bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos, citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de novo solicitação de dilatação por parte do INES. Já em relação aos imóveis ocupados por familiares de servidores falecidos, dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, foi solicitada ao INES a emissão da Notificação Extrajudicial, visando à sua desocupação. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntário o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou então os imóveis. Face a este fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou os préstimos da Procuradoria Regional da União, no sentido de promover as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis, ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Em 2016, informamos que todos os imóveis que estavam irregularmente ocupados por familiares de servidores falecidos foram desocupados.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ponto positivo: Articulação junto à Procuradoria Regional da União, no sentido de encontrar soluções para os impasses registrados e sucesso na desocupação dos imóveis. Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação.

Fonte: Serviço de Patrimônio/INES

7.3 Medidas adotadas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Não houve dano ao erário no âmbito desta unidade no exercício de referência.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Esta unidade observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, valendo-se da atuação de controle por parte dos fiscais de contratos designados.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Esta unidade não mantém contratos com empresas beneficiadas por desoneração da folha de pagamento.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Esta unidade não realiza ações ou despesas com publicidade e propaganda.

7.7 Outras informações sobre a gestão

Em 2016, foram formuladas ou vigoraram as seguintes parcerias de cooperação técnico-científica:

Quadro XIX – Convênios e instrumentos congêneres em vigor no exercício de 2016

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRORROGAÇÃO
Convênio nº 843/2012	Universidade Federal Fluminense - UFF	Concessão de estágios obrigatório e não obrigatório a alunos regularmente matriculados nos cursos da UFF: Biblioteconomia, Psicologia, Administração, Nutrição, Letras, História, Pedagogia, Física, Serviço Social, Ciências Biológicas, Geografia, História, Ciências Biológicas e Matemática.	25/4/2012	25/04/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº20/2012 Processo nº 23102.001846/2012-66	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Concessão de estágio obrigatório a alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da UNIRIO: Biblioteconomia, Nutrição, Licenciatura em Letras, Letras, Licenciatura em História, História, Pedagogia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática.	24/04/2012 Vigência a partir da publicação (30/4/2012)	30/04/2017 (60 meses)	-----
Convênio / 2012 Processo nº 23079.023018/2012-42	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Convênio de Concessão de Estágio Obrigatório, nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Letras, Biblioteconomia, História, Matemática, Física, Letras-Literatura, Letras-Inglês, Fonoaudiologia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, Administração e Química.	04/05/2012	03/05/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº47/2012 Processo nº E03/4923/2012	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEE/RJ	Oferta de estágio curricular para estudantes do INES em Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino (DESU/ Estágio em Gestão).	25/10/2012	25/10/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº 003/1038/2012 Processo nº 147.717/2012	Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro	Cooperação recíproca entre as partes, no sentido de viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.	14/11/2012	14/11/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº 001/2014 Processo nº 23121.000516/2014-97	Universidade Federal do Recôncavo da	Convênio de Concessão de Estágio - oferecimento de estágio obrigatório, não remunerado, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, aos alunos regularmente matriculados no Curso de Licenciatura em	09/10/2014	09/10/2016 (24 meses)	Até 60 meses

Termo Aditivo nº 001/2016	Bahia - UFRB	Letras/Libras/Língua Estrangeira da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Prorrogação do prazo de vigência do convênio por 36 meses.	12/9/2016	08/10/2019 (36 meses)	
Convênio nº 001/2015 Processo nº 23121.001412/2014-08	Universidade do Estado do Pará – UEPA	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	29/5/2015	28/5/2020 (60 meses)	-----
Convênio nº 002/2015 Processo nº 23121.000668/2015-71	Instituto Euvaldo Lodi – IEL	Convênio de Concessão de estágio obrigatório e não obrigatório – intermediação, pelo IEL, na qualidade de agente de integração, entre o INES e as CONCEDENTES, visando a implementação de programa de estágio.	25/6/2015	25/6/2020 (60 meses)	-----
Convênio nº 04/2016 (SME/RJ) Processo nº 07/005.935/2015	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/RJ	Concessão de estágio não obrigatório em unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino a alunos do INES regularmente matriculados no curso de Pedagogia.	21/01/2016	31/12/2017	-----
Convênio nº 39/2016 (SME/RJ) Processo nº 07/001.851/2016	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/RJ	Concessão de estágio obrigatório em unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino a alunos do INES regularmente matriculados no curso de Pedagogia.	27/4/2016	31/12/2017	-----
Convênio nº 01/2016 (INES)	FAETEC	Concessão de estágio obrigatório pelo INES aos alunos regularmente matriculados da FAETEC.	03/6/2016	03/6/2021 (60 meses)	-----
Convênio nº 23/2016 (FME/Niterói)	Fundação Municipal de Educação de Niterói/RJ	Concessão de estágio obrigatório pela FME aos alunos do INES regularmente matriculados no Curso de Pedagogia e demais áreas de interesse da FME; oferta de até 02 (duas) vagas, para servidores (professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental), da FME, no Programa de Prática Profissional –PROPP, quando oferecido pelo INES, desde que atendam aos requisitos estabelecidos para inscrição.	22/3/2016 (abertura do processo FME) 14/6/2016	22/3/2018 (24 meses) 14/6/2018 (24 meses)	Até 60 meses
Convênio nº 03/2016 (INES) Processo nº 23121.001296/2016-81	IBC	Oferta de estágio obrigatório, pelo Instituto Benjamin Constant, a alunos regularmente matriculados no Curso Bilíngue de Pedagogia do INES.	04/11/2016	03/11/2018 (24 meses)	Até 60 meses

Quadro XX – Termos de execução descentralizada em vigor no exercício de 2016

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA
TED nº 007/2015 Processo nº 23121.001064/2015-41	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	04/12/2015	31/12/2016
TED nº 008/2015 Processo nº 23121.000818/2014-65	Universidade Federal do Ceará - UFC	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	31/12/2015	31/12/2016
TED nº 009/2015 Processo nº 23121.001184/2014-68	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	31/12/2015	31/12/2016
TED nº 001/2016 Processo nº 23121.001359/2014-37	Universidade Federal do Paraná - UFPR	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	11/01/2016	31/12/2016
TED nº 002/2016 Processo nº 23121.001680/2015-01	Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	25/02/2016	31/12/2016
TED nº 003/2016 Processo nº 23121.001694/2015-16	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	25/02/2016	31/12/2016
TED nº 004/2016 Processo nº 23121.001357/2014-48	Universidade Federal da Bahia	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	23/6/2016	31/12/2016

Quadro XXI – Convênios, termos de execução descentralizada e outros dispositivos, elaborados em 2016 e em processo de formalização prevista para 2017

INSTRUMENTO	INSTITUIÇÃO	OBJETO
Termos de Execução Descentralizada	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal do Amazonas	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal da Bahia	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal do Ceará	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal da Grande Dourados	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal de Lavras	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal da Paraíba	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal do Paraná	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Convênio	Universidade Veiga de Almeida	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Convênio	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Convênio	Escola Alemã Corcovado	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Acordo de Cooperação Técnica	Instituto de Neurologia Deolindo Couto – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Colaboração mútua nas áreas técnico-científica e de intercâmbio cultural, abrangendo atividades de ensino, pesquisa, assistência e extensão universitária, embasadas no estrito interesse da melhoria da saúde, articulada à produção acadêmica, e nos princípios da cooperação interinstitucional.

DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da unidade, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	48	48	2016
	Entregaram a DBR	48	48	2016
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

Situação do cumprimento das obrigações

A Coordenação de Administração de Recursos Humanos do INES, unidade interna responsável pelo gerenciamento da recepção das Declarações de Bens e Rendas, solicita formal e anualmente a entrega do aludido documento pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93, que pode se dar em papel armazenado em envelope lacrado ou por meio de autorização para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil. Para tanto, não conta com sistema informatizado nem realiza qualquer tipo de análise das Declarações de Bens e Rendas com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

SIASG e SICONV

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE, CPF nº 732.846.617-00, Diretora do Departamento de Planejamento e Administração - DEPA, do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017.

MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE

SISAC

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017.

MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE

CPF: 732.846.617-00

Diretora do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA)
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

Informações contábeis

Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

No âmbito deste Instituto, importante trabalho vem sendo feito no sentido de implementar as disposições da NBC T 16.9, que “*estabelece os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão*” e da NBC T 16.10 que “*estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público*”.

Esta UNIDADE (UNIDADE) ainda não está aplicando os dispositivos contemplados nas NBC T 16.9 e 16.10, em função de ter adquirido solução técnica de TI confiável para gerenciamento de patrimônio e almoxarifado e para realização dos cálculos necessários em agosto de 2014, como será a seguir detalhado, considerando que a aplicação dos dispositivos acima mencionados está condicionada à existência de uma ferramenta sistêmica totalmente confiável de bens da UNIDADE, devidamente atualizada, para fins de processamento de cálculos contábeis.

Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado, modelado e conciliado físico-contabilmente. Este banco, bem como os resultados finais de todo o processo de inventário foram disponibilizados em tabelas denominadas: Base Física Completa, Base Contábil Completa, Bens Conciliados, Sobra Física, Sobra Contábil, Sugestão de Baixa, Quadro Geral Resumo e Definições e enviados para a CGU em 03/12/2013, por meio do Ofício de N°. 695/2013/DG/INES. Tal mapeamento e modelagem de dados constituíram primeira e importante etapa de todo o processo a ser efetivado.

Em janeiro de 2014, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que se encontra em fase de depuração de dados.

Assim, para a implantação dos dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, também tomamos as providências necessárias para a modernização e sistematização dos controles patrimoniais, tendo como a primeira etapa a realização de instrução processual, cujo objeto deteve-se à aquisição de sistema informatizado de gestão patrimonial, através de licitação.

Efetuamos a contratação de suporte técnico especializado para o fornecimento de software de gestão pública, a partir da data de 05/08/2014, conforme contrato de Nº. 23/2014, relativo ao Processo de Nº. 23.121.000020/2014-13, que também envolve serviços de solução de automação do patrimônio/almojarifado inerente ao nosso Instituto. A implantação está em andamento, considerando a totalidade das demandas relativas às áreas citadas.

Em síntese, já realizamos os seguintes procedimentos técnicos: migração dos dados contidos nos registros de planilhas de que dispúnhamos e o levantamento e reemplaquetamento de todos os bens móveis do acervo (em finalização). Seguidamente, serão realizados os cotejamentos e a reavaliação dos bens adquiridos até 31/12/2009.

Assim, diante dos compromissos assumidos, nos últimos anos, já enviamos, por meio eletrônico, as prévias dos seguintes relatórios:

- 1) Prévia do Relatório Analítico de Bens Móveis - Por Conta;
- 2) Prévia do Relatório Sintético de Depreciação;
- 3) Prévia do Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

Por fim, ressaltamos que os trabalhos ainda não foram totalmente finalizados, e esperamos que, em tempo breve, consigamos regularizar por derradeiro todas as pendências ao INES aplicadas.

Conformidade contábil

A verificação da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Educação de Surdos é realizada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação.

Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SEÇÃO: RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

Declaração do Contador com Ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Coordenação de Contabilidade e Custos

Declaração do Contador

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Prestadora da Conta **Instituto Nacional de Surdos - INES**, que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ressalvas apresentadas abaixo.

Ressalvas:

- a) 302: *Falta e/ou Atraso de Remessa do RMA e RMB* - Ao longo do exercício não houve o envio, mensal, à Setorial Contábil do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB);
- b) 642: *Falta/Evolução Incompatível Dep.At.Imobiliz.* - O cálculo da Depreciação de Bens Móveis ainda não foi iniciado.
- c) 643: - *Falta/Evol.Incompatível Amortiz.Ativo Intangível* - O cálculo da amortização referente aos ativos intangíveis registrados no Balancete da UG ainda não foi iniciado.

Cabe ressaltar que as justificativas apresentadas pela unidade sobre as ressalvas citadas nesta declaração, bem como as providências adotadas para regularização das inconsistências relacionadas

acima, estão detalhadas na *Declaração sobre a Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial*, item “Ocorrências não sanadas no exercício de 2016”.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 20 de fevereiro de 2017.


Núcia Ferreira da Silva
CRC-DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Prestadora da Conta

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017.

MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS CAVALCANTI
Diretor Geral do INES

ANEXO 1 – PLANO DE AÇÃO 2017-2021

Apresentamos, a seguir, trechos relevantes do Plano de Ação 2017-2021, com base no PDI INES 2017-2021, em fase de consolidação, e nos resultados alcançados até o presente.

INES – PDI 2017-2021

MISSÃO

Fazer da surdez um fator de cidadania no Brasil, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão pública de excelência.

VISÃO DE FUTURO

Alcançar, pelo comprovado impacto de suas ações na transformação da vida de pessoas e comunidades surdas, reconhecimento local, nacional e internacional na área da surdez, ao:

[ENSINO] - Ofertar ensino público e intercultural bilíngue (língua brasileira de sinais e língua portuguesa) balizado por padrões éticos e de excelência, da educação infantil à pós-graduação, de modo presencial, semipresencial e a distância, formando pessoas para a cidadania plena e para o trabalho qualificado;

[PESQUISA] - Construir conhecimentos e desenvolver tecnologias relacionadas à área da surdez, alicerçados em princípios éticos, caracterizados pelo pluralismo teórico-metodológico e orientados para agendas que expressem compromissos com a sociedade em geral e com a causa da surdez como fator de cidadania;

[EXTENSÃO] - Estabelecer uma relação dialógica e colaborativa com a sociedade em geral, as comunidades surdas e o poder público para a solução de problemas locais, regionais e nacionais relacionados à surdez, disponibilizando informações, conhecimentos, serviços, tecnologias e produções culturais de modo acessível sempre;

[GESTÃO] – Conjuguar o contínuo aperfeiçoamento das capacidades do INES em termos humanos, tecnológicos, materiais e gerenciais – via planejamento e acompanhamento participativos do desenvolvimento institucional – a sua participação na gestão de políticas públicas orientadas à surdez como fator de cidadania.

VALORES

Dignidade: Compreendida, com SARLET (SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p.62), como:

“a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos”.

Interculturalidade: Compreendida, com Catherine Walsh (2001) citada por Vera Maria Candau (em Direitos humanos, educação e interculturalidade: tensões entre igualdade e diferença. Rev. Bras. Educ. vol.13 no. 37. Rio de Janeiro Jan./Abr. 2008), como:

- (a) “um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados”.

Cidadania: Compreendida, com José Murilo de Carvalho (em Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002), como gozar “de todos os Direitos”, assim definidos:

Civis:

“São os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular.” (p. 9-10)

Políticos:

“Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado” (p. 9-10), bem como “formas alternativas de envolvimento da população na formulação e execução de políticas públicas” (p. 228).

Sociais

“Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo.” (p. 9-10)

Os Objetivos e Metas institucionais para o período de 2017 a 2021, balizados na Missão, Visão de Futuro e Valores definidos, seguem delineados por Funções, a saber:

FUNÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**UNIDADE RESPONSÁVEL: ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL DO INES****ABRANGÊNCIA:**

- Análise do contexto jurídico-político-social das ações do INES;
- Formulação e gestão de políticas e normas institucionais;
- Coordenação da participação do INES em processos de construção de políticas nacionais;
- Planejamento estratégico institucional;
- Apoio ao planejamento setorial;
- Construção e implementação de indicadores institucionais;
- Monitoramento e avaliação do desenvolvimento institucional;
- Elaboração do Relatório de Gestão.

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: AVALIAÇÃO SITUACIONAL</p> <ol style="list-style-type: none">1. Elaborar um diagnóstico transdisciplinar das condições socioeconômicas, epidemiológicas, educacionais e culturais relacionadas à surdez e às comunidades surdas no Brasil, em colaboração com os órgãos nacionais de pesquisa;2. Lançar as bases para que a instituição adote um modelo de gestão por competências na implementação do PDI.	<p>* Construir, a partir de 2017, o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parceria com o INEP (MEC), o Ministério de Direitos Humanos, o IBGE (Ministério do Planejamento), o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e o Ministério do Desenvolvimento Social.</p> <p>* Conduzir e avaliar o mapeamento periódico de nível de qualificação da força de trabalho, o mapeamento de competências e a identificação de necessidades de capacitação como ferramentas para aprimorar a força de trabalho do INES visando à implementação do PDI.</p>
<p>TEMA: GESTÃO DE POLÍTICAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Subsidiar a formulação das diretrizes e políticas públicas nacionais nas áreas linguística, educacional, cultural, de saúde, de comunicação, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de direitos humanos e de ética em pesquisa,	<p>* Constituir e coordenar, no INES, a Câmara Técnica de Políticas Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em política pública e legislação nas esferas da linguística, educacional, cultural, de saúde, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de direitos humanos e de ética em pesquisa, entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e com participação de lideranças da comunidade surda brasileira.</p>

<p>entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e em consonância com a diretriz bilíngue que baliza a atuação do Instituto;</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Incentivar a construção de conhecimento sobre políticas públicas relacionadas à surdez no Brasil. 3. Subsidiar e promover o exercício da cidadania pelas pessoas surdas no Brasil. 4. Formular políticas institucionais que atendam às demandas recorrentes do público deste Instituto. 5. Promover a gestão democrática. 	<p>* Instituir e gerenciar o Concurso Nacional de Incentivo à Pesquisa na área da Surdez, que contemple o eixo da missão institucional: <i>fazer da surdez um fator da cidadania no Brasil</i>.</p> <p>* Editar publicação eletrônica e série para TV INES sobre cidadania e surdez no Brasil e no mundo, visando favorecer a disseminação e a troca de experiências e informações sobre os debates políticos das comunidades surdas de diferentes países.</p> <p>* Criar uma Política de Assistência Estudantil para o Instituto, visando assegurar condições de permanência e sucesso e evitar a evasão na Educação Básica e no Ensino Superior.</p> <p>* Instituir um modelo participativo de planejamento e gestão orçamentária, envolvendo departamentos, servidores, alunos e familiares na definição de prioridades, observadas as diretrizes governamentais e o planejamento estratégico do Instituto.</p>
<p>TEMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Impulsionar e monitorar o desenvolvimento institucional do INES no período 2017-2021. 2. Orientar as ações do INES para a excelência no cumprimento de sua missão. 3. Adequar a estrutura organizacional do Instituto às novas diretrizes de planejamento estratégico. 	<p>* Constituir e coordenar a Comissão Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, para monitorar a implementação do PDI, com as atribuições de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar e indicar aperfeiçoamentos nos processos institucionais e sua gestão; • Desenvolver a comunicação institucional; • Redefinir indicadores para as ações do INES definidas a partir das metas do PDI e iniciar a sua implementação na gestão de suas ações; • Acompanhar sistematicamente a execução das metas do PDI nos diferentes setores, apoiando os gestores; • Elaborar relatórios parciais e anuais de avaliação da implementação do PDI; • Avaliar a execução do PDI e propor adequações ou mudanças, considerando: relatório anual da CPA e relatórios dos Departamentos que constituem o INES, para avaliar as condições estruturais do INES, a necessidade de equipamentos, o valor dos serviços prestados, quantidade de servidores, qualificação, qualidade da mão de obra na prestação dos serviços e sua avaliação, etc.; • Zelar pelo cumprimento do PDI em períodos de transição após escolha de Diretor(a) Geral.

	<p>* Coordenar o processo participativo de construção do novo Regimento Interno e do novo Conselho Diretor do INES.</p>
<p>TEMA: CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações. 2. Institucionalizar a Ouvidoria INES, em sintonia com as melhores práticas na área e com a Ouvidoria Geral da União. 	<p>* Criar o Núcleo de Auditoria Interna, subordinado diretamente à Direção Geral/INES, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dar credibilidade aos atos de gestão administrativa; • auxiliar o atingimento dos objetivos institucionais; • verificar a legalidade, eficiência e efetividade, frente aos resultados alcançados; • apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das áreas responsáveis. <p>* Criar a Comissão de Ética ligada diretamente à Direção Geral com o intuito de desenvolver o Código de Ética Profissional do INES tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, bem como planejar e implementar a divulgação do referido código, para posteriormente supervisionar a observância do mesmo, bem como receber notificações quanto a infração de normas e providenciar diligência para apuração do fato.</p> <p>* Construir, de modo participativo, um Código de Ética do Servidor do INES;</p> <p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • do atendimento acessível e de qualidade ao cidadão; • da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; • da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; • da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas. <p>* Instituir em 2017 a Ouvidoria INES por meio das seguintes medidas:</p>

	<ul style="list-style-type: none">• Capacitação de servidores (cursos a distância respaldados pela CGU);• Designação de responsáveis;• Definição de espaço, mobiliário e recursos humanos e tecnológicos;• Reforma no Regimento Interno para contemplar Ouvidoria como instância independente;• Criação de espaço próprio interativo no portal INES na internet e na intranet.
<p>RELAÇÕES INSTITUCIONAIS</p> <p>1. Fortalecer o papel do INES como referência na área da surdez.</p>	<p>* Construir e gerenciar uma agenda de relações interinstitucionais de âmbito local, regional, nacional e internacional.</p>

FUNÇÃO: EDUCAÇÃO BÁSICA**UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO INES (DEBASI)****ABRANGÊNCIA:**

- Avaliações e encaminhamentos nas áreas: médica, social, psicológica.
- Estimulação precoce
- Educação infantil
- Atendimento especializado a crianças surdas com outras condições
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Preparação para o Trabalho e Geração de Renda

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: AVALIAÇÃO MÉDICA, PSICOLÓGICA E SOCIAL</p> <p>1. Prover atenção integral ao aluno do CAP-INES</p>	<p>* Viabilizar o atendimento psicossocial e médico em Libras de alunos do CAP-INES pelos profissionais da Disop.</p> <p>* Promover a retomada do atendimento odontológico a alunos do CAP-INES, incluindo o campo da Ortodontia.</p>
<p>TEMA: ESTIMULAÇÃO PRECOCE, EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO</p>	<p>* Fazer com que todo o corpo docente da Educação Básica tenha o curso completo de LIBRAS e a utilize, efetivamente, como primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem;</p> <p>* Criar um espaço de convivência em LIBRAS, aberto a alunos, professores e técnicos;</p> <p>* Promover reuniões conjuntas e sistemáticas entre a equipe de LIBRAS e a equipe de Língua Portuguesa, com vistas a aperfeiçoar a proposta de educação bilíngue e efetivar a LIBRAS como L1 e o Português como L2;</p> <p>* Promover o debate e a definição de estratégias acerca dos processos de aquisição de Línguas Estrangeiras (Espanhol, Inglês) em sua modalidade escrita por alunos surdos, a partir da referência à LIBRAS;</p>

- * Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica, visando promover uma articulação vertical e horizontal da ação educativa, incluindo reuniões dos diferentes segmentos de ensino e entre os diferentes segmentos de ensino, para melhor articulação da proposta pedagógica;
- * Construir indicadores de qualidade da Educação Básica do INES, que incluam:
 - a avaliação do nível de proficiência e didática em LIBRAS de docentes;
 - a avaliação em Libras do desenvolvimento dos alunos nas etapas do seu percurso escolar, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio;
 - o acompanhamento de egressos.
- * Criar um Grupo de Trabalho e promover debate sobre questões relativas à proposta curricular, incluindo a seriação e número de alunos por turma, para atender melhor às necessidades pedagógicas relacionadas à educação dos surdos, em face das mudanças histórico-culturais e tecnológicas do mundo moderno;
- * Organizar programas curriculares pautados em habilidades, competências e atividades ocupacionais, com relatório individual do aluno, certificando a terminalidade específica de estudo para alunos que apresentam comprovada defasagem idade/série e que não puderam alcançar os objetivos curriculares definidos;
- * Mapear as causas da evasão escolar do CAP-INES e buscar ou alocar recursos para combatê-la;
- * Em articulação com o DDHCT, ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES.
- * Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva;
- * Fomentar a participação de alunos do CAP-INES no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e sua inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação, visando apoiar o seu ingresso no ensino superior.
- * Ofertar atividades desportivas para jovens surdos.
- * Instituir trabalho sistemático, em espaço definido, de reforço escolar em áreas críticas do conteúdo curricular, como matemática e português.

	<p>* Avaliar a situação de alunos surdos com outras condições matriculados no CAP-INES com vistas a favorecer o seu desenvolvimento escolar.</p>
<p>TEMA: PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA</p>	<p>* Estabelecer parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, ONGs entre outros que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação e qualificação profissional a partir de 2017 e divulgar as parcerias através do site do INES, no espaço correspondente à DIEPRO;</p> <p>* Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda a partir de 2017, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS);</p> <p>* Estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica a partir de 2017, em consonância com o Pronatec.</p> <p>* Abrir a possibilidade de participação de mães de alunos do CAP-INES em cursos de geração de renda.</p> <p>* Ofertar cursos profissionalizantes, contemplando a formação de Instrutores de Libras.</p>

FUNÇÃO: EDUCAÇÃO SUPERIOR**UNIDADE RESPONSÁVEL:** DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR DO INES (DESU) E COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO INES**ABRANGÊNCIA:**

- Ensino de graduação presencial
- Ensino de graduação semipresencial
- Ensino de pós-graduação lato-sensu
- Ensino de pós-graduação stricto-sensu
- Pesquisa
- Extensão
- Acompanhamento de egressos

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: ENSINO</p> <p>1. Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.</p>	<ul style="list-style-type: none">* Matricular anualmente 70 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia;* Garantir a manutenção do curso de pós-graduação em Educação Bilíngue;* Criar um curso de pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa como L2;* Criar curso de graduação tecnológica na área de tradução e interpretação;* Criar o curso de mestrado profissionalizante com a submissão do projeto à CAPES até 2018;* Oferecer a cada ano, já a partir de 2017, ao menos um curso de extensão ligado à LIBRAS;* Oferecer cursos de extensão em LIBRAS voltado para professores;* Construir, até 2018, uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior;* Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica, com palestras e mesas-redondas e oficinas;* Promover anualmente a realização da Jornada de Iniciação Científica.

	<p>* Mapear as causas de evasão e buscar ou alocar recursos para combatê-la.</p>
<p>TEMA: PESQUISA</p> <p>1. Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez.</p>	<p>* Elaborar o edital de diretrizes de Pesquisa, com vistas à definição de linhas de pesquisa, bem como à constituição de núcleos e grupos;</p> <p>* Constituir uma Comissão Acadêmica para apoiar a elaboração de projetos de pesquisa / avaliação e para estabelecer elos com os órgãos de fomento e viabilizar a inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa bem como o apoio aos nossos projetos;</p> <p>* Criar, em 2017, uma Coordenação de Pesquisa e Extensão para administrar os grupos de pesquisa, bem como a oferta de Cursos de pós-graduação.</p> <p>* Realizar, no ano de 2017, ações educativas em todos os setores do INES que se envolvam em pesquisa para orientar sobre o uso da plataforma Brasil;</p> <p>* Implantar, no ano de 2017, um plantão de atendimento a pesquisadores para tirar dúvidas sobre o cadastro de projetos na Plataforma Brasil e sua tramitação;</p>
<p>TEMA: EXTENSÃO</p> <p>1. Desenvolver a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.</p>	<p>* Promover a educação continuada em temas relacionados à Surdez e à Educação de Surdos, inclusive por meio de plataforma de Educação a Distância;</p> <p>* Promover concurso para intérpretes e professores de Libras.</p>
<p>TEMA: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO</p> <p>1. Renovar e implementar a informatização no DESU</p>	<p>* Comprar 15 novos equipamentos para a "Sala de Estudos" do DESU para que, ao menos três máquinas tenham capacidade mínima de edição de vídeo – ilha de edição;</p>

	<ul style="list-style-type: none">* Criar de um sistema de gestão acadêmica integrada para as duas modalidades do curso de pedagogia;* Comprar, em 2017, novos retroprojetores para as salas de aula e auditório;* Adquirir novos livros para a os cursos do DESU.
2. Propor para a Direção Geral a reforma das instalações físicas do DESU.	<ul style="list-style-type: none">* Reformar a sala de estudo dos alunos;* Transformar espaços hoje ocupados por sanitários em refeitórios para professores/funcionários (térreo, entrada) e alunos (primeiro andar);* Transformar uma das salas do segundo andar em 4 saletas exclusivas para orientação acadêmica.

FUNÇÃO: DESENVOLVIMENTO HUMANO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**UNIDADE RESPONSÁVEL:** DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (DDHCT)**ABRANGÊNCIA:**

- Preservação da memória e acervo cultural relacionado à área da surdez, aos surdos e à Língua Brasileira de Sinais
- Articulação e intercâmbio com instituições do Brasil e do exterior na área da surdez
- Ensino presencial, online (via TV INES) e EAD da Língua Brasileira de Sinais
- Promoção da identidade linguística da comunidade surda, por meio da TV INES
- Apoio à produção de conhecimentos e ao desenvolvimento de tecnologias relacionadas à surdez no âmbito do INES
- Apoio à difusão de conhecimento e tecnologias na área da surdez, por meio de eventos, publicações e da TV INES
- Oferta de serviços de diagnóstico e orientação em saúde auditiva
- Cooperação técnica com Estados e Municípios na área da surdez

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: LIBRAS</p> <p>1. Contribuir para a valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, favorecendo sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.</p>	<p>* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES;</p> <p>* Veicular, em 2018, um curso de LIBRAS por meio de plataforma de EAD para professores da rede pública de todo o País.</p> <p>* Criar, em 2017, o Núcleo de exame e pesquisa sobre a Libras, para o desenvolvimento de matérias didáticas para ensino de Libras como Primeira Língua – L1 e segunda Língua – L2, pesquisas linguísticas sobre a Libras e teste de proficiência em Libras online.</p> <p>* Realizar anualmente, até 2019, o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS – PROLIBRAS.</p> <p>* Oferecer cursos de extensão em LIBRAS voltado para professores e para técnicos administrativos do INES.</p>
<p>TEMA: PUBLICAÇÕES</p> <p>1. Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-</p>	<p>* Alcançar o grau <i>Qualis</i> B2 na avaliação do periódico Espaço;</p>

<p>pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Elaborar e publicar, no período de vigência deste PDI, materiais relacionados a métodos de ensino de diferentes componentes curriculares para alunos surdos; * Elaborar, a partir de 2013, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais abalizados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o Pronatec, inclusive por meio de parcerias; * Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.
<p>TEMA: DIFUSÃO DE CONHECIMENTO</p> <p>1. Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar, a cada 2 (dois) anos, um Congresso Internacional Pluridisciplinar; * Efetivar um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa; * Realizar, anualmente, eventos como os Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, os Seminários (incluindo o do Grêmio Estudantil do INES - GINES), Encontros de Pais, etc.
<p>TEMA: COOPERAÇÃO TÉCNICA</p> <p>1. Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares; * Realizar parceria com a Prefeitura do Rio para a inserção de crianças na educação infantil municipal e também, no que couber, para a doação de aparelhos auditivos, tomando essa experiência como base para a ação colaborativa do INES em âmbito nacional, em assessorias técnicas para Estados e Municípios; * Criar um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais; * Estabelecer parcerias com CAPS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), em Estados e Municípios, com vistas a mapear as demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento das políticas; * Estimular, nos encontros com órgãos públicos de Estados e Municípios, a realização de levantamentos

	para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.
<p>TEMA: MEMÓRIA E DIFUSÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural; 2. Contribuir para a Política da Diversidade Linguística fomentando a preservação e a documentação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como patrimônio imaterial do País e favorecendo sua inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística. 	<ul style="list-style-type: none"> * Criar, até 2018, um Centro de Memória Social dos Surdos e de Documentação da Língua Brasileira de Sinais no INES, conduzido por profissionais do Instituto habilitados nas áreas de História, Antropologia e Linguística, com participação de profissionais surdos qualificados e de Tradutores e Intérpretes da Libras, estabelecendo parcerias com os CAS, nos Estados, e com centros de pesquisa em universidades brasileiras; * Ampliar o quadro de profissionais visando ao pleno funcionamento desse Centro: Bibliotecário; Técnico Administrativo de Nível Médio; Museólogo; Arquivista; Historiador; * Identificar e efetuar as restaurações necessárias de itens do acervo de obras e documentos raros do Instituto; * Digitalizar e disponibilizar no portal do Instituto as obras raras do Instituto, observadas as diretrizes pertinentes à sua preservação; * Constituir repositório digital das publicações completas do Instituto; * Instituir uma Política de Acervo e uma Comissão de Acervo com ampla representatividade;
<p>TEMA: IDENTIDADE LINGUÍSTICA DA COMUNIDADE SURDA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania; 	<ul style="list-style-type: none"> * Fortalecer as ações da TV INES, com diversificação de suas produções e ampliação de seu alcance, levando informação, formação e entretenimento de maneira acessível sempre, com protagonismo de profissionais surdos e colocando em primeiro plano a Língua Brasileira de Sinais em uma perspectiva intercultural.

FUNÇÃO: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**UNIDADE RESPONSÁVEL: NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEO****ABRANGÊNCIA:**

- Disponibilização de acervo e publicações digitalizados
- Viabilização da oferta de cursos de graduação online
- Viabilização da oferta de cursos de pós-graduação online
- Viabilização da oferta de cursos de extensão online, incluindo de Libras
- Promoção de eventos e publicações relacionados à educação a distância
- Realização de capacitações em Educação a Distância para docentes, discentes e técnicos

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p> <ol style="list-style-type: none">1. Formar profissionais graduados e efetivamente preparados para atuar no magistério e suas interfaces em contextos bilíngues (LIBRAS – LP), capazes de participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;2. Oferecer oportunidade de aperfeiçoamento, especialização e treinamento profissional aos seus alunos;3. Incentivar, constantemente, a investigação científica e a prática da pesquisa, visando ao desenvolvimento científico tão necessário à sociedade, além de fomentar a criação e valorizar a diversidade cultural;4. Promover o aperfeiçoamento e a qualificação profissional permanente em nível de pós-graduação, aperfeiçoamento e extensão;5. Utilizar criticamente os recursos tecnológicos, objetivando a melhoria contínua da qualidade de vida;6. Realizar eventos que promovam o contato de discentes e docentes com a realidade externa ao INES e com profissionais	<ul style="list-style-type: none">* Ofertar curso de graduação em Pedagogia com 360 vagas, em 12 polos, para estudantes surdos e ouvintes, nas cinco macrorregiões do país a partir de 2017;* Desenvolver repositório institucional digital até 2018, com intuito de reunir diversas coleções de objetos educacionais digitais bilíngues (textos, vídeos, imagens, animações etc.)* Aumentar em 80% o fluxo de produção de materiais didáticos bilíngues do INES;* Criar revista eletrônica – INES/NEO para divulgação de produção acadêmica relacionada à Educação Online;* Promover eventos técnico-científicos em Educação Online a partir de 2018;* Promover cursos anuais e programas semestrais de capacitação em EaD para docentes, discentes e corpo técnico-administrativo;* Desenvolver projetos de pesquisa e extensão em Educação a Distância;* Construir o Curso de LIBRAS do INES, em 05 módulos, na modalidade a

<p>das áreas de conhecimento com as quais a instituição trabalha em nível de graduação, pós-graduação e extensão;</p> <p>7. Incentivar a idealização e a concretização de atividades de cunho cultural e científico por parte de docentes e discentes, estimulando a criação cultural e a divulgação de conhecimentos e experiências desenvolvidos no INES;</p> <p>8. Estimular a criação cultural, a divulgação e a produção de conhecimentos na comunidade externa, mantendo os canais de comunicação sempre abertos e incentivando essa comunidade a tomar parte dos eventos promovidos no INES;</p> <p>9. Promover atividades e cursos de extensão abertos à participação de todos, visando à disseminação oriundos da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas pelo INES;</p> <p>10. Desenvolver, na modalidade a distância, um ensino de qualidade e responsabilidade, primando pela excelência.</p>	<p>distância, para familiares de surdos e profissionais da educação de todo o Brasil;</p> <p>* Elaborar panorama da escolarização de estudantes surdos no país, apresentando informações estatístico-educacionais dos estudantes surdos com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica e Superior no âmbito nacional;</p> <p>* Estruturar um Departamento de Educação a Distância, com a designação de profissionais concursados na área, que assumam a responsabilidade pela formulação de diretrizes e pela construção de gerenciamento de projetos;</p> <p>* Implantar, até 2020, central de monitoramento para armazenamento e controle de tráfego de dados informacionais relacionados à EaD;</p> <p>* Implementar ao menos um curso de Pós-graduação em EaD até 2019.</p>
---	--

FUNÇÃO: SAÚDE E SURDEZ**UNIDADES RESPONSÁVEIS: DISOP, DIAU, DIFON, CAAF, DIMO****ABRANGÊNCIA:**

- Avaliação e atendimento de famílias e alunos dos pontos de vista médico, social e psicológico
- Diagnóstico em saúde auditiva para viabilizar o acesso a direitos sociais: educação, trabalho, assistência social, previdência
- Subsídios às políticas nacionais de saúde auditiva e de assistência social
- Indicações sobre próteses auditivas, terapias, etc.
- Construção de conhecimentos relacionados à saúde auditiva
- Difusão de informações e conhecimentos relacionados à saúde auditiva
- Assessoramento técnico sobre saúde auditiva a Estados e Municípios
- Atendimento fonoaudiológico a alunos do CAP-INES

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO, TERAPIA</p> <p>1. Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento, com ênfase na integração dos diversos setores de Ciências da Saúde;</p>	<p>* Desenvolver ações de ensino e pesquisa em consonância com a função social do INES, articulada à assistência, à saúde de baixa e média complexidade e integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo ao seu público atendimento de qualidade, de acordo com os princípios éticos e humanísticos;</p> <p>* Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico relacionado à saúde auditiva;</p> <p>* Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados às causas da surdez e às possibilidades de prevenção;</p> <p>* Criar uma equipe multidisciplinar (fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, pediatra) de acolhimento, avaliação e orientação à família desde o momento do diagnóstico da surdez;</p> <p>* Promover a reforma e as adequações necessárias nas edificações e instalações que servem ao trabalho em Audiologia / Otorrinolaringologia e ao trabalho em Fonoaudiologia;</p> <p>* Aprimorar a relação entre o diagnóstico, a “fila de espera” e a educação infantil;</p> <p>* Definir uma política de avaliação dos bebês, incluindo um protocolo de atendimento e prazos, e uma proposta pedagógica de educação precoce, com definição dos recursos e profissionais necessários;</p> <p>* Definir as atribuições, o perfil e o quantitativo necessário dos profissionais da área clínica e demandar</p>

novos concursos públicos quando necessário;

* Construir e implantar um projeto de qualificação dos novos profissionais da área de Saúde pela equipe atual com respeito à memória das práticas de atendimento na área da Surdez, em especial no campo do diagnóstico;

* Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem o Curso completo de LIBRAS ofertado pelo Instituto ou equivalente;

* Institucionalizar o atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde: Medicina (Otorrinolaringologia), Audiologia, Fonoaudiologia, Odontologia, Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Fisioterapia;

* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez – audiolgia e fonoaudiologia, psicologia, serviço social, medicina, odontologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia – na perspectiva de simplificar e qualificar o atendimento ao cidadão e de possibilitar, inclusive por meio da construção de indicadores, a construção de conhecimento;

* Reorganizar o fluxo de informação no INES (DIAU, Serviço Social, Secretaria, Serviço Médico, SEDIN), criando-se um prontuário eletrônico único com acesso livre por parte dos setores de Serviço Social, Psicologia, Audiologia, Fonoaudiologia e Médico (com sigilo de informação) e acesso restrito por parte de outros segmentos (informações relevantes para a área pedagógica: tipo de perda, data do diagnóstico, causa, medicamentos, protetização).

* Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez, na perspectiva de viabilizar e agilizar o atendimento;

* Disseminar o conhecimento produzido sobre a prática fonoaudiológica com alunos surdos, com ênfase na interface entre comunicação e aprendizagem, diretamente para os pais ou responsáveis (abrangendo linguagem, motricidade oral, audição, voz e uso de próteses auditivas) e para a sociedade em geral por meio de assessorias técnicas, participação em eventos, publicação de artigos, produção de materiais (folhetos, vídeos) e campanhas de esclarecimento;

* Servir como campo de treinamento para o ensino de graduação das profissões de Saúde no que se refere à assistência de baixa e média complexidade;

* Formular propostas de cursos interdisciplinares de Pós-Graduação *Lato Sensu* em *Saúde, Surdez e Educação*;

	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar articulação interinstitucional com vistas ao estabelecimento de convênios para obtenção e adaptação de aparelho auditivo e para avaliação e procedimento de implante coclear; * Elaborar um Termo de Referência e efetuar a licitação com vistas a contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos do Instituto; * Construir um curso de Aperfeiçoamento em Audiologia, para graduados em Fonoaudiologia, com carga horária de 120 (cento e vinte) horas; * Promover ações interinstitucionais visando à ampliação dos conhecimentos e recursos relacionados à Surdez e Saúde.
<p>TEMA: SURDEZ ASSOCIADA A OUTRAS DEFICIÊNCIAS</p> <p>1. Desenvolver programas de reabilitação para pessoas surdocegas ou surdas com múltiplas deficiências ou condutas típicas, visando ampliar sua autonomia e melhorar sua qualidade de vida, sempre em interface com o Colégio de Aplicação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Institucionalizar o Núcleo de Reabilitação no futuro Centro de Ciências da Saúde do INES, e contemplar: a elaboração de um documento de diretrizes, que contemple a perspectiva de acesso ao currículo escolar; a ampliação e qualificação do quadro de recursos humanos; os ajustes necessários em termos de instalações, recursos materiais e tecnológicos, e o estabelecimento de cooperação com instituições nacionais e internacionais.

FUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO**UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (DEPA)****ABRANGÊNCIA:**

- Gestão de pessoas
- Execução orçamentária e financeira
- Patrimônio
- Serviços gerais
- Compras
- Licitações e contratos
- Almoxarifado
- Nutrição

OBJETIVOS	METAS
<p>TEMA: GESTÃO DE PESSOAS</p> <p>1. Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.</p>	<p>Criar um Núcleo de Capacitação de Pessoal, visando:</p> <ul style="list-style-type: none">• Realizar o levantamento anual de necessidades de capacitação;• Gerenciar a elaboração das turmas internas e suas respectivas avaliações;• Definir programas que atendam as necessidades institucionais, de acordo com as necessidades de capacitação dos setores e ao relatório de avaliação de desempenho;• Gerenciar os gastos com a capacitação;• Avaliar os resultados dos eventos de capacitação internos e externos;• Montar uma rede de colaboradores internos e externos;• Desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas para as ações de qualificação profissional e de programas de educação formal;• Estabelecer programas e rotinas continuadas de capacitação;• Executar rotinas de progressão por qualificação e de titulação;• Desenvolver junto a CIS uma política de desenvolvimento na carreira dos técnicos administrativos e junto a CPPD do corpo docente. <p>* Apoiar os servidores do Instituto em ações de capacitação em consonância com o PAC-INES e com o mapeamento de</p>

	<p>competências;</p> <p>* Elevar a qualificação da força de trabalho de INES por meio de: aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado;</p> <p>* Criar um canal de comunicação com os servidores em relação às ações de gestão de pessoas.</p> <p>* Criar um setor responsável pela atenção à saúde e à qualidade de vida no trabalho do servidor.</p>
<p>TEMA: GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>1. Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferente setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>* Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis;</p> <p>* Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;</p> <p>* Fazer, por meio de parcerias, um levantamento, catalogação e avaliação da biodiversidade do trecho de Mata Atlântica que compõe a área do INES;</p> <p>* Realizar regularmente ações de preservação do referido trecho de Mata, e de educação ambiental com nossos alunos e com a comunidade.</p>
<p>TEMA: GESTÃO DA INFORMAÇÃO</p> <p>1. Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do</p>	<p>* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação;</p> <p>* Promover a implementação e avaliação do PDTI, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI;</p> <p>* Atualizar o portal do INES na internet, observados os critérios de acessibilidade e acesso à informação definidos para os órgãos da administração pública federal.</p> <p>* Implantar os projetos do Ministério do Planejamento referentes a sistemas de informação, como:</p>

<p>Tribunal de Contas da União.</p>	<ul style="list-style-type: none">• <u>AFD – Assentamento Funcional Digital</u>: criação do dossiê em mídia digital, composto por documentos funcionais, digitais ou digitalizados, considerado fonte primária das informações dos servidores vinculados aos órgãos do SIPEC;• <u>SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal</u>: ferramenta que substitui o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), atual responsável pela tarefa. O SIGEPE tratará das funções: Cadastro, Folha de Pagamento, Provisão da Força de Trabalho, Legislação Pessoal e Saúde, Qualidade de Vida; Evolução Funcional; Compensação de RH; Seguridade Social; Capacitação e Desenvolvimento; Monitoração; Avaliação de Desempenho; Gestão de Processos e Sistemas.• <u>SEI: Sistema Eletrônico de Informações</u>: tramitação eletrônica de todos os processos em do órgão, trabalhando-os de forma mais integrada e ágil a partir de uma plataforma virtual, diminuindo o estoque de papel e acelerando as análises, permitindo a interligação e tramitação eletrônica de documentos e processos entre os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
-------------------------------------	--